

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**A Tradução enquanto processo e resultado:
Reflexões linguísticas sobre tarefas
de tradução no ISCP SI – cadeias referenciais,
modalidade e outras questões**

VÍTOR VALÉRIO

Relatório de Estágio orientado pelo Prof. Doutor Rui Marques,
especialmente elaborado para a obtenção
do grau de Mestre em Tradução

2020

Aos meus pais

Agradecimentos

Nem o estágio profissionalizante, nem a redação deste relatório teriam sido possíveis sem o contributo de muitos.

À minha família agradeço pelo alento constante e, em especial, à minha querida mãe agradeço as esperanças, o carinho e as chamadas à razão.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Rui Marques, agradeço as diretrizes, organização do trabalho e disponibilidade.

À supervisora local, a Dr.^a Cristina Reis, agradeço as orientações, companhia e compreensão face à necessidade de conjugar as horas de estágio com o trabalho e as aulas da faculdade.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e funcionários agradeço o acolhimento simpático e a prestabilidade.

Às minhas entidades empregadoras agradeço a compreensão e a facilidade de horários, sobretudo no ano de 2018 e primeiros meses de 2019, durante a realização do estágio, bem como a prontidão e disponibilidade quanto à aceitação de férias para redação do relatório, nos restantes meses de 2019 e já em 2020.

Aos amigos advogados e estudantes de Direito, agradeço os esclarecimentos atinentes à dita área.

A outros amigos agradeço a compreensão quando foi necessário estar ausente e também o ânimo.

A todos, um bem-haja!

Resumo

O presente relatório resulta da realização de um estágio profissionalizante no quadro do mestrado em Tradução da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O estágio visou o desenvolvimento de competências adquiridas na componente letiva do curso, tendo como entidade de acolhimento o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. As tarefas desempenhadas incluíram a tradução, revisão e elaboração de glossário de um manual de segurança britânico, em que o inglês e o português foram o par de línguas de trabalho.

Neste âmbito, constituirão objeto de reflexão as dificuldades sentidas e, bem assim, aspetos pertinentes pela sua discrepância com o original. Estes dois elementos serão aqui abordados tendo em conta os seguintes temas: o processo de tradução, as cadeias referenciais, a pontuação, a modalidade e as técnicas de tradução.

Palavras-chave: tradução; estágio; manual de segurança; linguística; processo de tradução; cadeias referenciais; pontuação; modalidade; técnicas de tradução.

Abstract

The report hereby presented is the result of an internship undertaken within the framework of the master's degree in Translation at Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. The internship aimed at the development of skills acquired during the academic path and had Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna as hosting institution. The tasks carried out included the translation, revision along with the production of a glossary, having a British security guide as source text. Portuguese was the target language.

In this context, the report will be centred around the difficulties encountered as well as aspects which turned out to be relevant due to the discrepancy they represent between source and target text. Those two topics are discussed while approaching the following themes: translation process, reference chains, punctuation, modality, and translation techniques.

Keywords: translation; internship; security guide; translation process; reference chains; punctuation; modality; translation techniques.

Índice

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	1
Lista de figuras	2
Lista de quadros	3
Introito	4
1. A Instituição de acolhimento	7
1.1. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna: atribuições.....	7
1.2. Condições do local.....	7
1.3. Número de horas de estágio.....	8
1.4. Código de conduta.....	8
1.4.1. Materiais e recursos.....	8
1.4.2. Distribuição das horas de estágio.....	8
1.4.3. Gestão de cópias e acessibilidade da informação guardada.....	8
2. Considerações sobre o Texto de Partida	9
3. Caracterização das fases do processo de tradução	13
3.1. Objeto da tradução	13
3.2. Objeto da revisão.....	13
3.3. Objeto da elaboração do glossário.....	14
3.4. Distribuição estimada de horas de acordo com a tipologia do trabalho	14
4. Descrição do processo de tradução.....	15
4.1. Categorização do processo de tradução: métodos, reescrita e ética	15
4.2. O processo de tradução, as normas de qualidade e o Quadro Europeu de Competências 2017	23
4.3. O processo de tomada de decisão.....	25
4.3.1. Etapas procedimentais de tradução	26
4.3.2. Etapas procedimentais de revisão.....	29
4.3.3. Etapas procedimentais de elaboração do glossário.....	31
4.4. Os recursos lexicais e terminológicos utilizados.....	33
4.5. Ferramentas de Tradução Assistida por Computador (TAC)	36

5. Análise da tradução	38
5.1. As cadeias referenciais	38
5.1.1. Problemas com a determinação do antecedente	41
5.1.2. Adição de anáforas como opção de tradução	44
5.1.3. Alteração de cadeias referenciais e omissão de pró-formas.....	50
5.2. Pontuação.....	56
5.3. Modalidade	60
5.3.1. Tipificação da modalidade: domínios semânticos e dimensões modais	61
5.3.2. Tipificação da modalidade: formas de expressão	65
5.3.3. O modo e a modalidade: um olhar comparado entre a LP e a LC	68
5.3.3.1. O modo imperativo.....	69
5.3.3.2. O modo conjuntivo e o modo indicativo	71
5.3.4. Tradução da modalidade com realização lexical: operadores verbais	79
5.3.5. Tradução da modalidade com realização lexical: operadores não verbais e a sua combinação com operadores verbais	90
5.4. Técnicas de tradução	95
5.4.1. Definições	95
5.4.2. Estado da arte: síntese	96
5.4.3. Casos de destaque: a tradução de culturemas	106
5.4.4. Casos de destaque: os níveis de Newmark e a tradução de redundâncias semânticas.....	109
Considerações finais	115
Referências bibliográficas	119
Anexo: Cronograma.....	125

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CC	– Cultura de Chegada
Cf.	– Confronte-se; compare-se com
CP	– Cultura de Partida
EN	– Norma Europeia
ISCPSI	– Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
ISO	– Organização Internacional para a Normalização
LP	– Língua de Partida (inglês, variante britânica)
LC	– Língua de Chegada (português, variante europeia)
MT	– Memória de Tradução
Op. cit.	– <i>Opus citatum</i> (obra citada não imediatamente antes)
SN	– Sintagma(s) Nominal(ais)
SV	– Sintagma(s) Verbal(ais)
TAC	– Tradução Assistida por Computador
TC	– Texto de Chegada
TP	– Texto de Partida
UE	– União Europeia

Lista de figuras

Fig. 1. Relação entre CP e CC.....	9
Fig. 2. Gráfico circular representativo da percentagem atinente ao trabalho de tradução, revisão e elaboração do glossário.....	14
Fig. 3. Relação entre as posições éticas de domesticação e estrangeirização em tradução e possíveis efeitos discursivos no processo cognitivo do leitor...	19
Fig. 4. Relação entre a permeabilidade ao TP e as necessidades do público-alvo.....	26
Fig. 5. Fluxograma de decisões perante dificuldades de tradução.....	28
Fig. 6. Fluxograma de decisões relativas à uniformização do texto revisto.....	29
Fig. 7. Fluxograma de decisões relativas à agregação de expressão original e <i>translatum</i> ao glossário.....	32
Fig. 8. Extrato do Lexicanalytics (1).....	36
Fig. 9. Extrato do Lexicanalytics (2).....	37
Fig. 10. Hierarquia dos níveis de análise com base em sete ocorrências consideradas problemáticas.....	111
Fig. 11. Foco da análise na tradução de redundâncias semânticas.....	113

Lista de quadros

Quadro 1. Elementos do processo de tradução.....	16
Quadro 2. Condicionantes e <i>skopos</i> éticos do estágio em causa à luz da ética do tradutor, processo de tradução e resultado.....	21
Quadro 3. Uniformização da tradução de <i>Deter, Detect, Delay</i>	30
Quadro 4. Célula do glossário elaborado.....	32
Quadro 5. Dêiticos mais frequentes e respetivo número de ocorrências.....	39
Quadro 6. Anáforas mais frequentes e respetivo número de ocorrências.....	40
Quadro 7. Tipos de modalidade atendendo ao domínio semântico e dimensões modais com base nos trabalhos de Oliveira & Mendes (2013) e Huddleston & Pullum (2002).....	64
Quadro 8. Formas de expressão da modalidade (Oliveira & Mendes, 2013).....	66
Quadro 9. Níveis de aplicação do operador modal e formas de expressão modal (Portner, 2009).....	67
Quadro 10. Distribuição da modalidade frásica no TP: verbos auxiliares modais e verbos modais.....	80
Quadro 11. Desvios de Catford (1965).....	98
Quadro 12. Chesterman (2016).....	99
Quadro 13. Técnicas de tradução possíveis para Highways Agency.....	110

Introito

‘Do you mean that you think you can find out the answer to it?’ said the March Hare.

‘Exactly so,’ said Alice.

‘Then you should say what you mean,’ the March Hare went on.

‘I do,’ Alice hastily replied; ‘at least—at least I mean what I say—that’s the same thing, you know.’

‘Not the same thing a bit!’ said the Hatter. ‘Why, you might just as well say that “I see what I eat” is the same thing as “I eat what I see”!’

Carroll, Lewis.
Alice’s Adventures In Wonderland And Through The Looking-Glass.
Nova Iorque: Oxford University Press, 1982/2009, p. 61

O quiasmo do Chapeleiro no diálogo com Alice na obra de Lewis Carroll figura um ponto de partida interessante para a leitura deste relatório. De facto, as palavras têm importância e parece crível que uma tradução alguém do desejável possa originar um tornado na mente do público. Traduzir cada sequência com seu propósito e ter um propósito ao traduzir foi importante quer aquando da realização do estágio, quer durante a redação deste relatório, que se submete a apreciação do júri.

Em termos genéricos, cumpre dizer que já se vinham a desenvolver trabalhos de tradução antes de ingressar no mestrado e, como tal, considerou-se essencial adquirir formação nesta área do saber. A realização de um estágio foi uma decisão tomada desde logo, pois pretendia-se adquirir experiência num trabalho prático, inicialmente pensando-se vir a traduzir numa empresa. Surgiu posteriormente a hipótese de traduzir no ISCPSI, tornando-se possível aliar a prática de tradução ao interesse pelo conteúdo a traduzir, dado que existiam pontos de contacto com a formação adquirida na licenciatura em Línguas e Relações Internacionais.

Mais concretamente sobre o relatório, começa-se, no ponto 1, por descrever a instituição de acolhimento, sendo delineados os elementos associados à prática de tradução em contexto de estágio no ISCPSI. São enumeradas as condições logísticas e destacados elementos pertinentes que sejam atinentes ao cumprimento do protocolo de estágio celebrado entre as partes.

Seguidamente, no ponto 2, são tecidas considerações sobre o TP no que diz respeito ao público-alvo, propósito, contextualização da temática do manual traduzido, socioleto e tipologia textual. Este capítulo visa dar conhecimento acerca do conteúdo do TP, permitindo a jusante entender divergências e semelhanças com o TC.

No âmbito do ponto 3, são adiantados detalhes relativos às fases do processo de tradução levado a cabo: a tradução, revisão e elaboração de um glossário. É também estabelecida uma relação entre o período de estágio mencionado no ponto 1 e a tipologia de cada um destes três trabalhos.

A propósito do ponto 4, será discutida a linha orientadora do processo de tradução relativa às três fases mencionadas no ponto anterior. O processo é descrito atendendo aos métodos envolvidos e com base no conceito de reescrita e ética, partindo-se de seguida para o papel das normas de qualidade ISO e EN na realização do estágio e a forma como o Quadro Europeu de Competências 2017 se enquadrou no estágio. O processo de tomada de decisão, entendido como um método, é objeto de análise para destacar as etapas procedimentais respeitantes a dificuldades sentidas durante a fase de tradução, revisão e elaboração do glossário. Passa-se, adiante, à enumeração dos recursos lexicais e terminológicos a que se recorreu e à reflexão sobre a maneira como estes contribuíram para a criação e validação de hipóteses de tradução. Por fim, concede-se destaque às ferramentas de TAC a fim de demonstrar que, tendo havido possibilidade de as utilizar, o trabalho teria sido agilizado.

No ponto 5, exclusivamente dedicado à tradução, o grosso deste estágio, apartando-nos da revisão e glossário, propõe-se o debate sobre problemas de interpretação, discrepâncias entre TP e TC, dificuldades de tradução e alternativas de tradução (algumas selecionadas na tradução, outras parte da formulação de hipóteses). Estes tópicos são abordados concretamente quando são estudadas as cadeias referenciais e a transposição da pontuação do TP para o TC, bem como a modalidade e a aplicação das técnicas de tradução definidas por Chesterman (2016). Estas áreas da linguística e os casos a apresentar foram selecionados por um dos seguintes critérios de relevância, de forma cumulativa ou não: apresentavam maior discrepância entre TP e TC; poderiam assumir diversas formas no TC; apresentavam grande número de ocorrências no TP e/ou TC; ou apresentavam interpretação duvidosa no TP e/ou TC.

No presente relatório é adotada, acima de tudo, uma postura descritiva do que foi realizado e da forma como foi realizado, embora também se discuta o que poderia ter sido concretizado (e.g. alternativas de tradução). Algumas notas prescritivas poderão, porém, estar presentes para chamar a atenção de aspetos a melhorar na organização do estágio, o que servirá para retirar conclusões a apresentar nas considerações finais deste documento. Reitera-se que, sobretudo a respeito das propostas a avançar, estas não são as únicas possíveis e

que, em caso de dúvida, prevaleceu o que a supervisão entendeu ser a proposta mais adequada.

Note-se igualmente que o presente relatório assenta na descrição do trabalho de tradução de informação confidencial, de maneira que nem sempre será possível apresentar sequências completas para defender um argumento. Nesse sentido, se for pertinente recorrer a sequências com elementos confidenciais, a expressão [*confidencial*] substitui a palavra do original. Em contrapartida, nas comparações a estabelecer entre original e propostas de tradução, foram selecionados o que Kitty van Leuven-Zwart (1989) denomina *transems*, i.e., unidades de texto compreensíveis para avaliar discrepâncias entre o TP e o TC.

Nas sequências e respectivas propostas de tradução, os elementos a sublinhado simples ou a sublinhado duplo não estão presentes nem no TP, nem no TC. Servem o propósito de evidenciar nos exemplos do relatório o que se terá explicado imediatamente antes ou depois no caso do sublinhado simples, ou será retomado à frente, no caso do sublinhado duplo. De igual modo, cada sequência ou ocorrência em inglês é acompanhada, entre parênteses retos, por um número na ordem crescente do surgimento dessa sequência ou ocorrência no relatório e cada proposta de tradução terá uma letra associada.

1. A Instituição de acolhimento

1.1. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna: atribuições

O ISCPSI é uma instituição de ensino superior público universitário policial localizada em Alcântara-Lisboa.

O ISCPSI ministra formação inicial e ao longo da vida aos oficiais de polícia da Polícia de Segurança Pública, entre outros, através de ciclos de estudos conducentes à obtenção de graus académicos em Ciências Policiais. A instituição ministra ainda formação académica e técnico-profissional destinada aos técnicos superiores e dirigentes das forças, serviços e organismos de segurança, das polícias municipais e de outras entidades com atribuições deste foro.

Por fim, é também da competência do ISCPSI realizar, coordenar e colaborar em projetos de investigação e desenvolvimento, integrados em objetivos de interesse nacional, designadamente no âmbito da segurança interna. A instituição procura desenvolver doutrina nas áreas da segurança e polícia, políticas de segurança, cooperação policial internacional, organizações e missões internacionais e gestão de crises¹.

1.2. Condições do local

Para o desenvolvimento do seu trabalho, sem prejuízos para a saúde a longo prazo, o tradutor deve ter ao seu dispor um ambiente onde haja conforto ergonómico, térmico e visual.

Durante a realização do estágio, a maioria dos trabalhos foram desenvolvidos no gabinete adjacente ao da supervisora local, onde a iluminação natural era favorável à leitura do documento em suporte papel, bem como ao manuseamento do computador pessoal.

Em termos ergonómicos, o conforto do estagiário foi sempre assegurado.

¹ Informação retirada de <http://www.iscpsi.pt/> (último acesso 20/04/2019).

1.3. Número de horas de estágio

O estágio profissionalizante decorreu num total de 308 horas num mínimo necessário de 302 horas.

Para especificações, consulte-se o cronograma em anexo.

1.4. Código de conduta

1.4.1. Materiais e recursos

O material a traduzir foi facultado inicialmente em suporte papel.

A respeito das ferramentas informáticas utilizadas, para o trabalho de tradução, revisão e indexação de terminologia recorreu-se ao Microsoft Office Word.

Não foram utilizadas ferramentas de TAC, atendendo ao suporte dos documentos numa primeira fase.

O hardware utilizado consistiu em dois artigos pessoais: um computador e um dispositivo móvel de banda larga sem fios.

1.4.2. Distribuição das horas de estágio

As 308 horas de estágio foram distribuídas inicialmente em sessões de três horas e sete horas e, posteriormente, em sessões de sete horas apenas.

Os dias e a duração das sessões podem ser consultados no cronograma em anexo.

1.4.3. Gestão de cópias e acessibilidade da informação guardada

Terminada a sessão de tradução, o ficheiro foi sistematicamente guardado no computador pessoal e enviado para o e-mail institucional da supervisora local. O ficheiro tinha como título o dia, a tipologia do trabalho (i.e. tradução, revisão ou glossário), seguidos do último ponto objeto do trabalho.

Não foi utilizado qualquer sistema de gestão de projetos.

2. Considerações sobre o Texto de Partida

Embora partilhem um carácter predominantemente diretivo², o TP e o TC em que se baseia esta relatório apresentam um público-alvo distinto. O TC, contrariamente ao TP, é um texto *inbound*, ou seja, visa-se uma utilização interna à instituição em causa. Tal teve implicações no tipo de tradução pretendido e na postura do tradutor quanto aos métodos de pesquisa e à escolha de palavras.

O TP procura organizar conhecimentos e procedimentos com vista a instruir o público em geral no Reino Unido em termos do que se entende como uma forte cultura securitária. Pelo contrário, o TC constitui um manual desenhado especificamente para os formandos do ISCPSI.

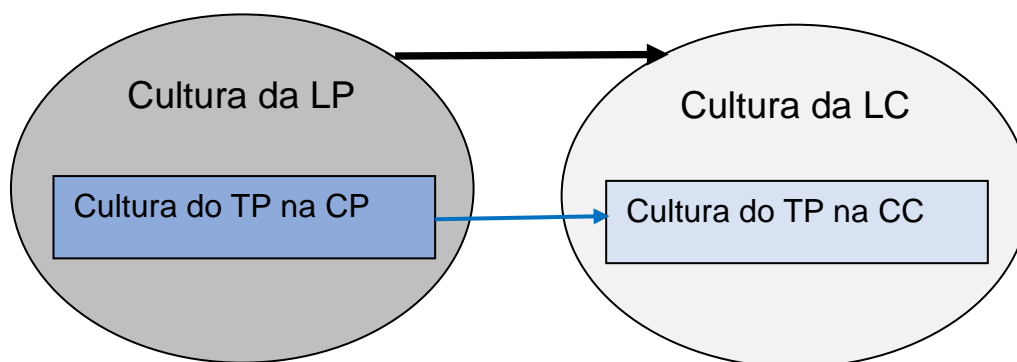


Fig. 1. Relação entre CP e CC.

Um texto e a cultura na qual o mesmo foi concebido são indissociáveis. O *habitus* (Bourdieu, 1980, pp. 52-53) impregna, em maior ou menor grau, um texto, ou seja, o sistema de crenças e valores inerentes a uma cultura estão patentes no modo como um produtor de texto se expressa em conteúdo e forma. Deste modo, é possível afirmar que o *habitus* constitui um constrangimento para o tradutor. Os constrangimentos decorrentes da influência da estrutura sobre o tradutor ou decorrentes da aplicação de uma política de tradução podem ser

² Na síntese de Holmes (1988/1994) a classificação *vocativo* seria a adequada para descrever o principal padrão textual. Já de acordo com Reiss (1977), o TP encaixaria na categoria de texto operativo e informativo. Opta-se aqui pela classificação de Peres (2009, p. 8), podendo afirmar-se que o TP abarca sequências diretivas típicas de um texto procedimental e exortativo, embora em menor escala seja composto por sequências não diretivas de narração e sobretudo descrição.

entendidos sociologicamente como censura social³. Não se confunda este conceito com o de censura política, que se prende com aspetos políticos que, em tradução, consistem num “[...] coercive and forceful act that blocks, manipulates and controls cross-cultural interaction in various ways.” (Billiani, 1998/2009, p. 28). Sugere-se que os constrangimentos sejam entendidos como um efeito colateral da mediação.

A um nível macro, a abordagem britânica à segurança partilha muito com as suas congéneres continentais e disso o tradutor, enquanto mediador cultural, deve estar ciente. A segurança britânica comunga dos mesmos objetivos, embora as suas estratégias difiram daquelas delineadas pela UE em 2005⁴ tanto mais por serem as mais atuais e conformes a problemas emergentes. O manual traduzido poderá, por isso, ser entendido como a transposição e desenvolvimentos da estratégia *Impedir, Proteger, Perseguir criminalmente e Responder* delineada em 2005 pela UE e uma alternativa à abordagem *Cumprimento, Coerência e Convergência* (André Tarrat, 2009, *apud* Rault, 2010) dos franceses.

Esta transferência de capital cultural, aqui cultura como conhecimento, pode ser tanto mais mediada quanto mais manipulado for o TC. Esta manipulação vai desde a simples tradução *verbatim et literatim* de cognatos às *belles infidèles* necessárias ou colaterais. Não tendo sido mandatária uma adaptação, por vezes uma nota de rodapé explicativa pôde cumprir a função de *cultural bridge*, embora possa ter evidenciado a visibilidade (Venuti, 1995/2008) do tradutor.

A um nível micro, o *habitus* pode ser percecionado como uma estrutura mais específica, por exemplo, a cultura profissional. É neste substrato que a gíria pode tornar o TP mais opaco a um tradutor não especializado, externo ao *ethos* das Ciências Policiais, pelo que a revisão terminológica mediada entre a super-

³ Não podemos falar de censura política exercida por uma sociedade caso não haja uma prática reiterada de censura. Em geral, a censura em tradução, em especial em Estados de Direito, não partirá de fora para dentro. Existem, porém, exceções em que poderia existir censura num Estado Democrático no que à tradução diz respeito se um conteúdo atentar aos direitos, liberdades e garantias consagrados na constituição ou porque coloca a segurança interna em causa. Já na grande maioria dos casos, defende-se aqui que essa *censura* poderá partir de dentro para fora. Podemos antes, em bom rigor, falar de autocensura se os valores pessoais prevalecerem sobre os sociais.

⁴ Vide *A Estratégia Antiterrorista da União Europeia*, adotada pelo Conselho da União Europeia, em 30 de novembro de 2005, doc. 14469/4/05, cuja finalidade é lutar contra o terrorismo a nível global e tornar a Europa mais segura. A estratégia é mencionada em *Outline of the counter-terrorism strategy for Syria and Iraq, with particular focus on foreign fighters*, (Conselho da UE 5369/15) enviado às delegações – e na Declaração Conjunta de Riga (Conselho da UE 5855/15), referente à luta contra o tráfico de armas de fogo. Foi igualmente adotada a Diretiva (UE) 2017/541 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março, relativa à luta contra o terrorismo.

visora local e os especialistas da instituição foram cruciais para um encaixe seguro dos socioletos da LP e da LC.

Numa outra perspectiva, e provavelmente em dissonância com o imediatamente acima descrito, a transferência de capital cultural não é necessariamente uma balança em equilíbrio. As relações de poder⁵ entre culturas podem ser analisadas por contraste entre TP e TC e, inclusive, durante o processo de tradução. Uma língua cuja cultura seja menos influente será mais permeável à cultura de outras línguas, o que se espelha, no caso vertente, numa maior presença de empréstimos e calques no TC.

Ainda sobre a mediação TP-tradutor-TC, pensar a tradução é um exercício moroso, mas orientador. Nos Estudos de Tradução fala-se num terceiro espaço, onde o tradutor entra em diálogo com o texto e onde toma decisões. A sociedade pode ter peso nas decisões de um tradutor, mas é a voz do tradutor que determina a coadunação com o pensar da cultura do TP ou da cultura do TC numa ou noutra instância. Afinal, o tradutor é um *inbetweenener*.

Desta forma, não se pode afirmar que a tradução desenvolvida se insere num quadro de exclusão mútua de “tradução encoberta/tradução aberta”⁶. Este processo de tradução pautou-se pela equivalência julgada necessária em ocorrências diferentes, sempre nesta ótica introspectiva que sintetiza o *pathos* da tradução. E é também nessa aceção de equivalência que a noção de *habitus* suscita o debate sobre o que se entende como tradução e adaptação e o que é aceitável ou não em cada caso (*vide* ponto 4.1.).

Cabe também neste ponto abordar a tecnicidade do TP. No meio académico e profissional, o texto técnico é objeto de trabalho, mas nunca surge um momento para debater o conceito de tecnicidade. Pode correr-se o risco de que se veja um texto como técnico apenas porque o conteúdo é de difícil leitura.

Aqui, a tecnicidade não é entendida como qualidade binária técnico/não técnico, à luz de Biber (1993), que propõe que um texto varia no grau de tecnicidade, desde a total ausência à presença ubíqua de elementos tidos como técnicos ou não técnicos⁷.

⁵ Na Teoria Pós-Colonialista da Tradução, “politics of translation” (Spivak, 1993) resume *in extremis* a posição da tradução nas relações de poder entre Estados e culturas: “In the act of wholesale translation into English there can be a betrayal of the democratic ideal into the law of the strongest” (p. 182).

⁶ Termos introduzidos por House (1977), para estabelecer uma avaliação da qualidade da tradução. Originalmente “covert/overt translation”. Para van Doorslaer (2007), ambas as vertentes constituem *modes of translation*.

⁷ Trata-se de uma multitude de características lexicais e sintáticas, entre as quais, a maior ou menor presença de estruturas passivas sem agente expresso, indicadores de atitudes proposi-

Contudo, reconhece-se que até a seleção desses elementos é subjetiva, pelo que a determinação do grau de tecnicidade de um texto não será consensual.

Posto isto, pode estimar-se que o TP em causa tem qualidades genericamente partilhadas pelos textos técnicos em inglês, como seja a terminologia, a inexistência de contrações, a não omissão de *that* em orações completivas ou integrantes e uma menor carga comunicativa⁸ (Nida, 1964, 1969). Por outro lado, o TP apresenta características associadas a textos não técnicos, como seja o uso da segunda pessoa no sujeito de orações interrogativas. Infere-se, assim, que o texto apresenta alguma tecnicidade e, visto que o texto técnico não colhe enquanto tipologia ou género textual, podemos concetualizar o TP como um manual de instruções.

cionais e modais de possibilidade, assim como o rácio *tipo/token*; este último a abordar no ponto 4.5.

⁸ A carga comunicativa compreende o rácio entre o número de unidades de informação e o número de *tokens*. No caso vertente, houve maior grau de reiteração, necessária para evitar sobrecarregar o leitor com informação.

3. Caracterização das fases do processo de tradução

3.1. Objeto da tradução

A tradução levada a cabo durante o estágio teve por objeto a tradução parcial de um manual de segurança de inglês, variante britânica, para português, variante europeia, nomeadamente (i) o texto compreendido entre as páginas 75 – inclusive – e 126 – inclusive. Sempre que ao longo deste relatório se mencione *TP* no âmbito da tradução, entenda-se que se fala de (i).

Esta etapa de tradução foi antecedida e procedida de etapas de tradução de (ii) um conjunto de páginas introdutórias de capítulos que integram o referido manual, com um total de 13 páginas que não estão compreendidas no intervalo de páginas citado supra.

O período de definição de métodos e fontes de pesquisa, tradução e introdução das alterações avançadas pela supervisora local decorreu entre os dias 7 de setembro de 2018 e 21 de fevereiro de 2019, de acordo com os dias assinalados no cronograma em anexo.

3.2. Objeto da revisão

Nesta rubrica entenda-se *revisão* como o processo correspondente a práticas de análise, substituição, eliminação e uniformização que incidiram sobre o texto no seu todo após a fase de tradução ter sido concluída. A revisão tem, portanto, por objeto as traduções dos demais estagiários. Aqui não estão incluídas as alterações promovidas após os comentários da supervisora local, nem a autor-revisão subsequente à jornada de tradução, devendo todas essas serem entendidas como parte da tradução.

Foi revisto o manual num total de 174 páginas no TP e 264 páginas no TC (à data de 21 de março, excluindo o glossário). Sempre que ao longo deste relatório se mencione *TP* no âmbito da revisão, entenda-se que é uma referência a este total de 174 páginas.

A revisão global decorreu no período compreendido entre o dia 26 de fevereiro de 2019 e o dia 21 de março de 2019, de acordo com os dias assinalados no cronograma em anexo. A partir de certo momento, o processo de revisão tornou-se concomitante à elaboração do glossário.

3.3. Objeto da elaboração do glossário

O glossário em causa corresponde à tradução de um já associado ao manual em inglês, que foi complementado com informações existentes no corpo do texto traduzido (e.g. notas de tradução em rodapé) ou resultado de novas pesquisas. Quando, no decurso da leitura deste relatório, se mencionar *TP* no âmbito do glossário, entenda-se como uma referência ao total de 174 páginas.

A elaboração do glossário (tradução e complementação) decorreu no período compreendido entre o dia 7 de março e o dia 21 de março.

3.4. Distribuição estimada de horas de acordo com a tipologia do trabalho

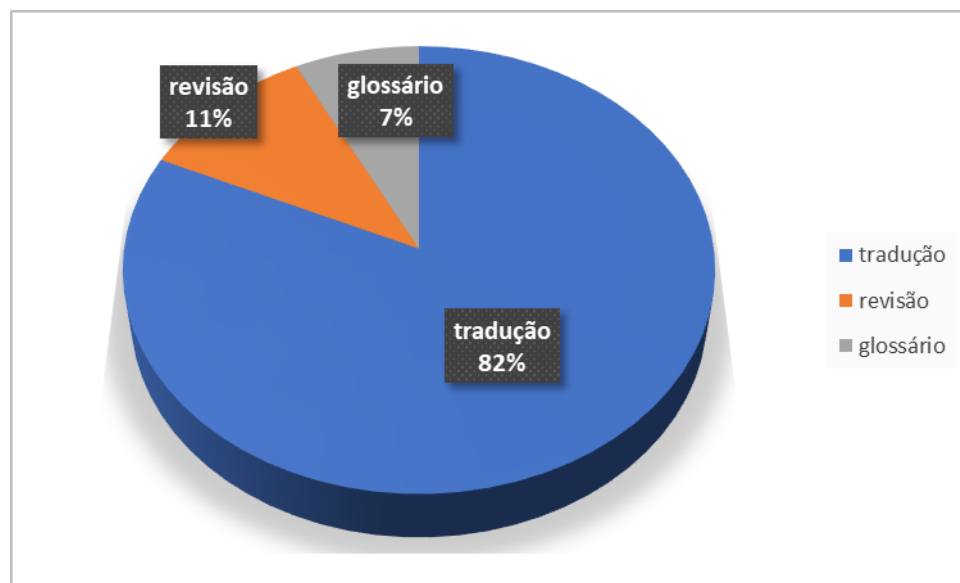


Fig. 2. Gráfico circular representativo da percentagem atinente ao trabalho de tradução, revisão e elaboração do glossário

Uma vez que a partir do dia 7 de março o trabalho de revisão e a elaboração do glossário foram simultâneos, estimou-se que das 35 horas de estágio que esse período compreendeu, 23 horas tenham sido exclusivamente dedicadas ao glossário.

4. Descrição do processo de tradução

4.1. Categorização do processo de tradução: métodos, reescrita e ética

Podemos falar da tradução enquanto processo (e.g. “a tradução do capítulo três foi difícil”) e enquanto resultado (e.g. “esta é a melhor tradução de *Romeu e Julieta*”). Dedicamos especial atenção ao processo tradutório porque é um dos fatores a considerar para definir orçamentos⁹ em regime *freelance*, uma das vias de empregabilidade para tradutores, constituindo igualmente o principal objeto de análise para certificação da qualidade à luz das normas ISO 17100 e EN 15038.

É sobre a tradução enquanto processo que aqui nos debruçamos. O processo de tradução é operacional (Newmark, 1988/1998, p. 9), pois, desde logo, começa por obrigar a decidir métodos.

Aqui defende-se que, a um nível micro, os métodos consistirão nas técnicas de tradução a que um tradutor recorre para converter um texto da LP num texto da LC. Serão também consideradas a um nível micro, as estratégias de tradução.

Nesta perspetiva local, os métodos recebem várias designações como se discutirá no ponto 5.4. No presente relatório utiliza-se a expressão *técnicas de tradução* para se referir um mecanismo específico em dada ocorrência (subtexto) e o termo *estratégias* quando é feita referência às tendências de tradução verificadas (sobrettexto). Como estes métodos podem ser verificados textualmente e apenas estão presentes no processo de tomada de decisão aquando da formulação de hipóteses, foram percecionados como métodos analisáveis a um nível menor.

Aqui defende-se também que, a um nível macro, existem diversos elementos a ter em conta quando nos referimos a *métodos*. Sugere-se que a estrutura do processo de tradução está cimentada num processo de tomada de decisão, assim como é afetada por condicionantes internas e externas ao tradutor. Algumas destas condicionantes podem ser mesmo uma das etapas do processo de tomada de decisão (e.g. o controlo de qualidade a cargo da supervisora local).

⁹ No processo de tradução pode incluir-se o grau de tecnicidade do TP ou a necessidade de pesquisa, que se materializam num maior ou menor investimento de tempo e, conseqüentemente, num preço final mais elevado ou mais reduzido. Entre os fatores a considerar em sede de orçamento podem estar o custo médio de vida, os preços cobrados pela concorrência, bem como as despesas fixas necessárias à prossecução da atividade (e.g. eletricidade; manutenção de equipamento; software de tradução).

Efetivamente, o processo de tradução e o próprio processo de tomada de decisão são condicionados positiva e negativamente pelo tradutor e por fatores externos. Deve precisar-se que, no presente, as condicionantes não são interpretadas à luz da Psicologia (Gleitman *et al.*, 1981/2014), enquanto motivações (i.e. condicionantes internas), nem enquanto estímulos (i.e. condicionantes externas). De facto, o cansaço ou uma temperatura ambiente desconfortável têm influência na produtividade de um tradutor. Sem embargo, aqui discutem-se condicionantes sociológicas, entre as quais a ética, a abordar adiante.

Relativamente ao tradutor, a sua atitude *vis-à-vis* a Tradução irá transparecer uma abordagem teórica que norteará os seus objetivos, o processo de tomada de decisão e as técnicas de tradução. Portanto, não só aquilo que o tradutor entende como tradução, mas também outros valores, preocupações e expectativas pessoais podem ser entendidos como condicionantes internas. As condicionantes internas incidem na relação estagiário-texto.

Por outro lado, existem condicionantes externas que influenciam igualmente o processo de tomada de decisão e a preferência por certas técnicas de tradução. O tradutor, como agente social, é permeável a valores sociais e expectativas sociais (e.g. o que o Outro entende por tradução), da mesma maneira que desenvolve o seu trabalho de acordo com o que é legal e socialmente útil. Ademais, a um nível hierarquicamente inferior, o tradutor, no papel social de funcionário, labora em conformidade com as instruções e políticas institucionais. As condicionantes externas representam a relação estrutura-estagiário-texto, sendo que a estrutura inclui tanto a sociedade em geral como a supervisora local, representante da instituição.

Abaixo segue-se uma sugestão de síntese dos elementos a analisar num processo de tradução, mais concretamente, aqueles que concorrem para a formulação de hipóteses de tradução.

Processo de tradução				
Análise micro	Análise macro			
Técnicas e estratégias de tradução	Processo de tomada de decisão	Condicionantes		
		Internas	Externas	
			Societais	Institucionais
Quadro 1. Elementos do processo de tradução.				

Visto que serão analisadas as técnicas de tradução no ponto 5.4., iremos concentrar-nos neste capítulo na análise do processo de tomada de decisão e nas condicionantes deste estágio de tradução.

Qualquer proposta de tradução que tenha sido avançada durante o estágio pode ser vista como uma forma de reescrita do original. Com rigor, Lefevere (1992) redefine a tradução como uma forma de reescrita produzida e entendida através de um conjunto de constrangimentos ideológicos e políticos inerentes ao sistema cultural da LC. Todos, tradutores e não tradutores, fazemos parte de uma sociedade e, como sustenta Émile Durkheim, a sociedade não é somente a soma de indivíduos, é uma estrutura (Giddens, 1989/2013, pp. 91-92). Como tal, não só fazemos parte dela, como também somos influenciados por ela. Temos com ela uma relação indivíduo-estrutura-indivíduo.

É a propósito desta relação que Nord (1991) distingue, nos Estudos de Tradução, as convenções regulatórias das constitutivas. As primeiras dizem respeito à relação tradutor-sociedade e, como tal, as convenções regulatórias “refer to the generally accepted forms of handling certain translation problems below the text rank [...]” (*ibidem*, p. 100). As segundas dizem respeito à relação sociedade-tradutor e, nesse sentido, as convenções constitutivas “determine what a particular culture community accepts as a translation [...]” (*ibidem*).

Assim sendo, dado que a tradução é composta por um processo subjetivo (e.g. interpretação; escolha das palavras), o tradutor deixará sempre a marca da sua relação com a estrutura.

A todo o processo de tradução estará subjacente o inevitável efeito de corrupção do original, afinal *traduttore, traditore*. Um texto traduzido produz, por exemplo, através das técnicas e estratégias escolhidas, desvios¹⁰ em relação ao original e tal pode ter um impacto opressor na cultura do TC se forem reforçadas as relações de poder entre culturas. Contudo, defende-se aqui que esse é o efeito colateral da mediação, a dita censura social a que se fez alusão no ponto 2. Os tradutores são reescritores: “[...] depending on the degree of visibility and acceptability with which translators wish to endow a text, they will employ different strategies of foreignization and domestication” (Billiani, *op. cit.*, p. 29).

Todavia, este processo de reescrita não significa falta de compromisso ético com o original. O problema com esse compromisso surge no que se entende por tradução ética.

¹⁰ Para Catford (1965, p. 73), originalmente *translation shifts*, são “departures from formal correspondence in the process of going from SL to the TL.”. Os desvios serão mencionados ocasionalmente ao longo do relatório, porém, recebem maior atenção no ponto 5.4.

A Ética em Tradução é definida com imprecisão: não é ético quando um tradutor distorce o significado do TP. É indiscutível que uma tradução para um tradutor pode ser uma não tradução¹¹ para outro e, de igual modo, a equivalência dinâmica¹² (Nida, 1964) pode ser, para alguns, uma transcrição e, porventura, uma tradução não ética.

Existem abordagens teóricas à Ética em Tradução, mas sempre na perspectiva de ética do tradutor e da tradução enquanto resultado. Escapa-lhes a análise da ética do processo tradutório em que, por exemplo, pode haver discrepâncias entre o que é excesso de zelo (resultante em sobretraduções) e incoerência (resultante em subtraduções).

No entender de Berman (1992), a Ética em Tradução é vista como a apologia da tradução literal com a finalidade de respeitar a forma e o conteúdo do TP. Já Nord (1997), nos seus estudos funcionalistas, expõe a tradução funcional como paradigma para a tradução e assim estabelece um padrão de tradução eticamente correta. Em poucas palavras, não existe um conceito único de tradução ética e, nesta medida, podemos falar de éticas consoante se atente: na postura do tradutor (i.e. posição em relação ao TP, às instruções, à instituição e ao público-alvo); no processo de tradução (i.e. métodos adotados para obter *translatum*) e na tradução enquanto resultado (i.e. o que se aceita como tradução).

No estágio realizado, a ética do tradutor, do processo e do resultado devem ser percecionadas numa perspectiva de equivalência dinâmica, não excluindo isso o uso de técnicas de tradução como a tradução literal (*vide* ponto 5.4.).

Em essência, apesar de o TP e o TC terem um *skopos*¹³ (Vermeer, 1989/2004) ligeiramente diferente dado os destinatários do segundo serem apenas os cursantes do ISCP SI, a equivalência dinâmica continua a ser entendida como o pressuposto ético para conceber um *translatum* que proporcione ao leitor a maior possibilidade de entender a mensagem e alcançar a resposta de emergência mais adequada. Por esse ângulo, as técnicas e estratégias de tradução

¹¹ Não se confunda *não tradução* com *pseudotradução* (Toury, 1995/2012; Chesterman, *op. cit.*). Esta última pode ser entendida como um estilo literário, quando, numa obra de ficção, o que é narrado é apresentado como uma tradução, embora não exista um original.

¹² Nida & Taber (1982) definem, no glossário, a equivalência dinâmica como "quality of a translation in which the message of the original text has been so transported into the receptor language that the response of the receptor is essentially like that of the original receptors." (p. 202). Mais tarde, Nida iria preferir a expressão *equivalência funcional* (Waard & Nida, 1986), que utilizaria nas obras seguintes que produziu. Manter-se-á a referência a *equivalência dinâmica* com esta ressalva de ter uma expressão sinónima.

¹³ Vermeer (*op. cit.*, *vide* secção 3.1. da obra) aponta para três sentidos do *skopos*: se relativo ao processo, entenda-se objetivo; se relativo ao resultado, entenda-se a função que a tradução desempenhará junto do público-alvo e que está patente num *translatum* (i.e. o texto que resulta da tradução) onde se considere necessário; se relativo às técnicas e estratégias de tradução (para o autor, *translation modes*), entenda-se a intenção.

e, bem assim, as tomadas de decisão foram selecionadas se julgadas conducentes à obtenção de equivalentes dinâmicos se possível e adequado.

Quanto à ética do tradutor, além do que já foi referido em relação às condicionantes do processo de tradução, sustenta-se que o consumidor do manual traduzido e a própria natureza da instituição ditaram a atitude do tradutor pelas particularidades do trabalho.

Assim, a ética de conteúdo/forma do TC prende-se com: a finalidade moral – a de prestar um serviço que acrescenta valor à sociedade; utilidade social – a de traduzir um documento a integrar a biblioteca do ISCPSI, contribuindo para a formação dos intervenientes; aceitabilidade legal – a não infração de nenhum disposto legal no desempenho das funções de estagiário; e finalmente com a conformidade com as instruções e políticas institucionais – cumprimento dos objetivos de estágio acatando as regras e recomendações da supervisora e instituição (*vide* quadro 2).

Relativamente à ética do processo, Venuti (*op. cit.*, p.19) refere os conceitos de domesticação/estrangeirização e os efeitos destas na interpretação a fazer pelo futuro leitor, i.e., uma maior fluência ou maior resistência na leitura. Possivelmente correlacionadas, a domesticação e a fluência foram centrais nos esforços empreendidos para criar soluções tradutórias. Estas posições éticas que Venuti (*op. cit.*) descreve podem ser ilustradas como se segue:

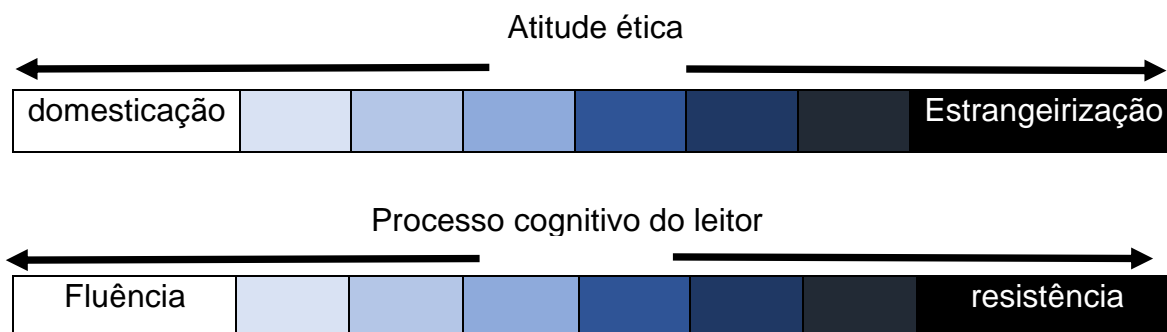


Fig. 3. Relação entre as posições éticas de domesticação e estrangeirização em tradução e possíveis efeitos discursivos no processo cognitivo do leitor.

A predileção por estratégias e técnicas com efeitos de fluência no discurso marcou também o processo de tomada de decisão no sentido em que, por norma, implicou maior investimento de tempo, sobretudo face às dificuldades de tradução, como abordaremos sobretudo nos pontos 5.1.1 – 5.1.3, 5.3.4. – 5.3.5. e 5.4.3. – 5.4.4.

Certo será que as condicionantes e objetivos referidos a propósito da ética do tradutor serão igualmente válidos para a análise da ética do processo de tradu-

ção e da tradução enquanto resultado. Durante o processo de tradução, por exemplo, poder-se-ia ter atendido aos valores e tendências da CC ao optar pelo emprego de empréstimos generalizados como *online*, porém foram tidos em conta os valores e preferências pessoais, nomeadamente, traduzindo-se por calque aquele termo como *em linha*.

Fundamentalmente, quanto à ética do resultado, a mediação em tradução pode ser entendida ao nível das expectativas pessoais, institucionais e sociais. No caso de uma tradução sensível à sociedade/instituição, as expectativas estão ao nível do que o tradutor pensa que a sociedade/instituição quer ver como tradução ou o limite do que o tradutor acredita que ela pode aceitar – as convenções constitutivas de Nord (1991). Por sua vez, uma tradução mais hermética pode ser um excesso de zelo por parte do tradutor, e.g., estabelecer a equivalência textual¹⁴ (Catford, *op. cit.*) sem se comprometer com as crenças do sistema.

A mediação feita foi resultado de uma gestão de expectativas pessoais, institucionais e sociais, visando-se não só mediar a LP e a LC, mas também a CP e a CC. Entende-se que as convenções constitutivas de tradução (Nord, 1991) tiveram a sua relevância, sem prejuízo para as convenções regulatórias (*ibidem*) – no fundo, estas últimas representam o que se aprendeu durante a componente letiva.

O almejo de uma mediação entre CP e CC teve consequências práticas no resultado apresentado, pois, por exemplo, os desvios foram uma inevitabilidade para prosseguir os objetivos. Pela atenção ao *skopos* desta tradução, pode eventualmente considerar-se esta uma tradução institucional por seguir padrões de traduções anteriores realizadas na instituição.

Segue-se um quadro-síntese do que se entende por ética em Tradução, com ênfase nas condicionantes e *skopos* do trabalho de tradução desenvolvido.

¹⁴ Para Catford (*op. cit.*, p. 27) esta equivalência verifica-se quando “[...] any TL form (text or portion of text) [...] is observed to be the equivalent of a given SL form (text or portion of text).”.

Ética		
	Condicionantes	Skopos
Ética em equivalência dinâmica	Valores e preferências pessoais (autocensura) Valores e tendências sociais (mediação cultural) Finalidade moral Utilidade social Legalidade Conformidade com as instruções e políticas institucionais	Gerir o tempo necessário para pesquisa Centrado na fluência Tendencialmente domesticação Mediação entre LP e LC Mediação entre CP e CC

Quadro 2. Condicionantes e *skopos* éticos do estágio à luz da ética do tradutor, processo de tradução e resultado.

Com base no quadro acima, podemos ver o caso concreto do que se entendeu por ética numa perspectiva de equivalência dinâmica com a tradução do pronome *you* num uso genérico. Este uso informal do pronome não implica, em inglês, necessariamente a presença de um interlocutor e pode ser substituído pelo pronome indefinido *one*. Vejamos uma sequência que demonstra este uso do pronome em apreço:

[1] “How can you assist your employees after an incident?”

Aqui seguindo uma ética com enfoque na correspondência formal¹⁵ (Nida & Taber, *op. cit.*), um dêitico como *você* seria uma solução legítima. No entanto, face ao que se expôs sobre ética em equivalência dinâmica, o uso da expressão *você* num manual em português europeu não será uma prática habitual

¹⁵ Nida & Taber (*op. cit.*) opõem a correspondência formal à equivalência dinâmica. No glossário da obra escrevem que a correspondência formal é a qualidade “of a translation in which the features of the form of the source text have mechanically reproduced in the receptor language. Typically, formal correspondence distorts the grammatical and stylistic patterns of the receptor language and hence distorts the message [...]” (p. 203). Para Catford (*op. cit.*, p. 32), a correspondência é verificável ao nível da língua e não textualmente, pelo que um equivalente textual pode ou não apresentar correspondência formal.

nem formal. A manter um discurso diretivo, poder-se-ia optar por propostas como [1a] e [1b]:

[1] a. “Como pode dar assistência aos seus funcionários após um incidente?”

[1] b. “Como pode o leitor dar assistência aos seus funcionários após um incidente?”

Por outro lado, não optando pela diretividade no TC, podem ser avançadas propostas como [1c] – [1e]:

[1] c. “Como [-] dar assistência aos [-] funcionários após um incidente?”

[1] d. “Como se pode dar assistência aos [-] funcionários após um incidente?”

[1] e. “Como pode ser dada assistência aos [-] funcionários após um incidente?”

Com as propostas [1a] – [1e] pode constatar-se que a reescrita da sequência original de forma diretiva ou não diretiva depende, no fundo, de objetivos e condicionantes distintos. Se se pretende, mais do que a mediação entre LP e LC, uma mediação entre o par de culturas, estes pormenores podem ser prova de uma ética com enfoque na equivalência dinâmica. Outrossim, a multiplicidade de propostas reflete como a reescrita é indissociável do *skopos*.

Além do caso anterior, pode acrescentar-se que os exemplos avançados no ponto 5.4.3. são propostas consideradas éticas numa perspetiva de equivalência dinâmica porque claramente obrigaram a ir além do TP para transportar o significado para a LC. Naqueles casos, podemos concluir que a ética do tradutor se pautou por padrões de trabalho focados na utilidade da equivalência dinâmica, e não na neutralidade da correspondência formal; que o processo foi ético nesta perspetiva porque foram feitas tantas pesquisas quanto as necessárias até obter o aval da supervisora; e que o resultado é ético porque concebido e funcionalmente apto para mediar duas culturas. Aceita-se que haja outras soluções que cumpram melhor esta tarefa, mas tal não significa que as soluções propostas para esses casos sejam traduções não éticas.

4.2. O processo de tradução, as normas de qualidade e o Quadro Europeu de Competências 2017

As traduções realizadas no ISCPSI são *inbound*, como exposto anteriormente. Consequentemente, não existirá necessidade de o ISCPSI procurar certificação enquanto prestador de serviços de tradução.

Mau grado isso, considera-se pertinente mostrar que houve uma preocupação, por parte do estagiário, de ir ao encontro das normas ISO 17100 e EN 15038, promovendo-se igualmente o desenvolvimento das competências do Quadro Europeu de Competências 2017¹⁶. Deste modo, pretendeu-se tomar contacto suficiente com o padrão de qualidade do processo de tradução em empresas certificadas a fim de facilitar o ingresso nesse segmento do mercado de trabalho.

Neste ponto, em virtude do supradito, descrever-se-á de que forma se procurou respeitar as indicações daquelas normas e de que forma a qualidade do processo de tradução foi salvaguardada.

A norma europeia EN 15038:2006 surgiu como uma necessidade de uniformizar a terminologia e os requisitos para a prestação de serviços de qualidade a nível europeu. A partir de 2015, a norma ISO 17100 substitui a europeia.

A norma internacional ISO 17100:2015 é um marco internacional para os prestadores de serviços de tradução que visa garantir a qualidade do processo de tradução, desde a atribuição do projeto à entrega, passando pela gestão, revisão bilingue e monolingue. Nos termos da norma, os tradutores devem ter qualificações e experiência adequadas, bem como competências da área da tradução (tradutórias, linguísticas, de pesquisa, culturais, técnicas e da área do texto).

Em concreto, os serviços de tradução levados a cabo durante o período de estágio compreenderam: (i) a análise do texto de partida em conformidade com o Anexo C da EN 15038; (ii) o contacto com as especificações do projeto conforme o anexo B da ISO 17100; (iii) a tradução das páginas 75 a 126 de inglês para português; (iv) a tradução de páginas introdutórias de vários capítulos de inglês para português; (v) a revisão de tradução (*verificação* na EN 15038) do manual completo; (vi) a revisão linguística monolingue do manual completo; (vii) a uniformização do TC atendendo aos elementos expostos no anexo D da EN 15038; e (viii) a elaboração e tradução do glossário a aditar ao manual.

¹⁶ Referência da Rede Europeia de Mestrados em Tradução (European Master's in Translation), que o mestrado da FLUL passou a integrar a partir de julho de 2019.

O processo de tradução e todos os outros passos que a prestação do serviço implica foram alicerçados numa consulta regular e sempre tendo em consideração os procedimentos e os requisitos normalizados da EN 15038 e da ISO 17100, com vista a garantir a qualidade da tradução.

A propósito das competências profissionais do tradutor e revisor, plasmadas em ambas as normas, a nível tradutório, foi mantido um registo de avaliação sistemática dos problemas de compreensão e produção textuais com base no processo de tomada de decisão (*vide* ponto 4.3.), apresentando-se resultados diários cuja escolha foi fundamentada sempre que solicitado. A nível linguístico-textual, foram consideradas as convenções do tipo de texto em causa. A nível da competência de pesquisa, aquisição e tratamento de informações, foi desenhada uma estratégia para a aquisição eficiente dos conhecimentos linguísticos e especializados adicionais, necessários à compreensão do TP e à elaboração do TC, olhando à fiabilidade das fontes disponíveis (*vide* ponto 4.4.). A nível cultural, sustentou-se uma tradução não apartada das particularidades locais, das normas de comportamento e dos sistemas de valores que caracterizam a CP e a CC. A nível técnico, recorreu-se a *corpora* anteriores disponibilizados pela supervisora local, os quais, a par da terminologia recolhida, concorreram para a produção de uma tradução profissional. A nível da competência de domínio, que consta exclusivamente da ISO 17100, foi da responsabilidade da supervisora local¹⁷ a revisão sob este pendor.

No que concerne ao Quadro Europeu de Competências (QEC) 2017, este tem um papel mais transversal a todos os tradutores, fazendo ou não parte de empresas que cumpram as normas ISO e EN. Em particular, este Quadro foi uma referência por servir de *checklist* de objetivos a cumprir findos o estágio e o mestrado, nomeadamente ao nível dos pilares definidos no QEC 2017: competência, capacidade, conhecimentos e resultados de aprendizagem.

¹⁷ A supervisora local cumpriu a função de *agente* (Sager, 1994), ou seja, a pessoa que está “in an intermediary position between a translator and an end user of a translation” (p. 321).

4.3. O processo de tomada de decisão

Nesta perspetiva sistémica, à luz da Sociologia, entende-se que um processo de tomada de decisão diz respeito ao conjunto de etapas através das quais se identificam problemas, se recolhe informação e se avaliam as alternativas. O processo de tomada de decisão é resultado de burocracia como argumenta Basu (1973), que recupera o conceito de burocratização, radicado na literatura weberiana, para explicar o comportamento administrativo cimentado em regras e regulamentos fixos. Para os estruturalistas, a tomada de decisões é entendida como o cumprimento ou não de procedimentos de uma organização. Em comum, estas visões têm o facto de preverem a existência de procedimentos.

Ainda que não existissem regras fixas estabelecidas pela instituição neste aspeto, no caso vertente, um processo de tomada de decisão estruturado foi determinante por permitir poupar tempo e, simultaneamente, diminuir o número de tentativas improdutivas. Este processo de tomada de decisão visou a melhor gestão de recursos¹⁸ possível. Este processo assentou no objetivo de conseguir uma tradução prospetiva (Postgate, 1922), i.e., focada no leitor, orientada para o TC e norteada para exprimir o significado do TP de maneira adequada a um novo público-alvo.

É de interesse trazer, brevemente, à discussão o utilitarismo de Bentham (1789/2000) e Mill (1848/1965). Defende-se que a visão dos autores, assente na utilidade, maximização de objetivos e minimização das perdas, muito associadas aos Estudos Económicos, pode ser associada ao princípio *minimax* nos Estudos de Tradução (Levý, 1967) na medida em que o tradutor opta por procedimentos que garantam o máximo proveito¹⁹ ao menor custo²⁰.

Em Tradução, sugere-se que um processo de tomada de decisão organizado funciona como filtro dos desvios negativos²¹ (Popovič, 1976a, 1976b), i.e., más

¹⁸ Esta gestão de recursos, em Tradução, apenas pode dizer respeito a recursos externos (e.g. tempo, glossários, fontes), uma vez que os recursos internos (e.g. criatividade, correção ortográfica) são voláteis em função da sua permeabilidade à motivação (Gleitman *et al.*, *op. cit.*) e evolução pessoal.

¹⁹ No caso do estágio, entenda-se o proveito como a melhor tradução possível de acordo com as instruções da supervisora local atendendo aos recursos disponíveis.

²⁰ No caso do estágio, como *custo* entenda-se o esforço, ou seja, a alocação de recursos como tempo e conhecimento adquirido. Este último proporciona, através da cultura do erro, por exemplo, o evitamento de recursos terminológicos e lexicais cuja consulta se tenha revelado consecutivamente infrutífera, assim como a retoma de soluções anteriormente aprovadas pela supervisora local. Excluem-se os custos de oportunidade por serem de difícil mensuração.

²¹ Adicionam uma componente qualitativa aos desvios de Catford (*op. cit.*), a abordar mais concretamente no ponto 5.4.2.

interpretações e possíveis más traduções subsequentes, e para esse efeito, no estágio realizado, contou-se com o protesto (Reiss & Vermeer, 1984) da supervisora local. Independentemente da sequência dos procedimentos, as etapas do modelo operacional de Bathgate (1980, 1981) verificaram-se nos procedimentos de tradução, revisão e elaboração do glossário: primeiro contacto, análise, compreensão, terminologia, reestruturação, verificação e discussão.

Cumpre destacar que, relativamente à etapa da discussão, a consulta da supervisora local não implicou sempre uma comunicação presencial, dado que a inserção de formas de destaque no ficheiro ou comentários com alternativas demonstrou ser um procedimento de consulta viável em termos de flexibilização de tempo.

No processo de tomada de decisão em que nos concentraremos neste relatório, será dada atenção particularmente à perspetiva “o que fazer perante uma dificuldade?” aquando da tradução, revisão e elaboração do glossário.

4.3.1. Etapas procedimentais de tradução

O fluxograma (fig. 5) sumariza, passo a passo, a “caixa negra” do processo de tradução. O TC apenas regista o resultado da tomada de decisão, pelo que desta forma pretende-se evidenciar o processo oculto da tradução. Neste ponto destaca-se essencialmente a camada mais profunda do processo da tradução, indo além da dicotomia simplista tradução literal/livre. Entende-se que o TC pode cumprir funções não exatamente iguais às do TP e, como tal, terá um certo grau de autonomia em relação a este último. Rose (1981) propõe um espectro de autonomia do TC em relação ao TP através do qual aqui se defende a necessidade de suprir informações relevantes para a compreensão do leitor esperado.

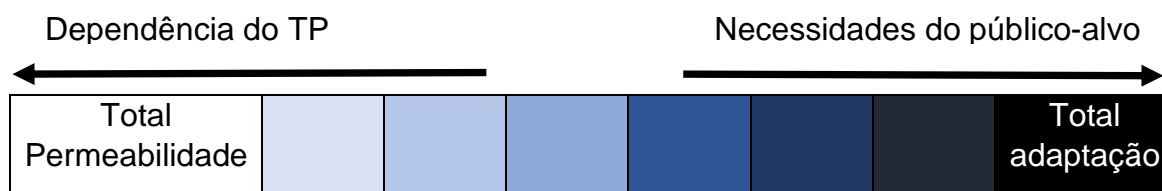


Fig. 4. Relação entre a permeabilidade ao TP e as necessidades do público-alvo.

Noutra perspetiva, o trabalho de tradução não foi desenvolvido isoladamente no que diz respeito aos colegas estagiários. Durante o período de estágio, um

outro colega estagiário estava incumbido da tradução do restante texto do manual, pelo que a cooperação fez parte do processo de tomada de decisão. Por vezes, concomitante, outras vezes posterior, o protocolo de tradução colaborativa (Pavlović, 2007) foi executado. O colega tradutor fez parte do *resultado definitivo* ou teve conhecimento dele para que, futuramente, pudesse empregá-lo.

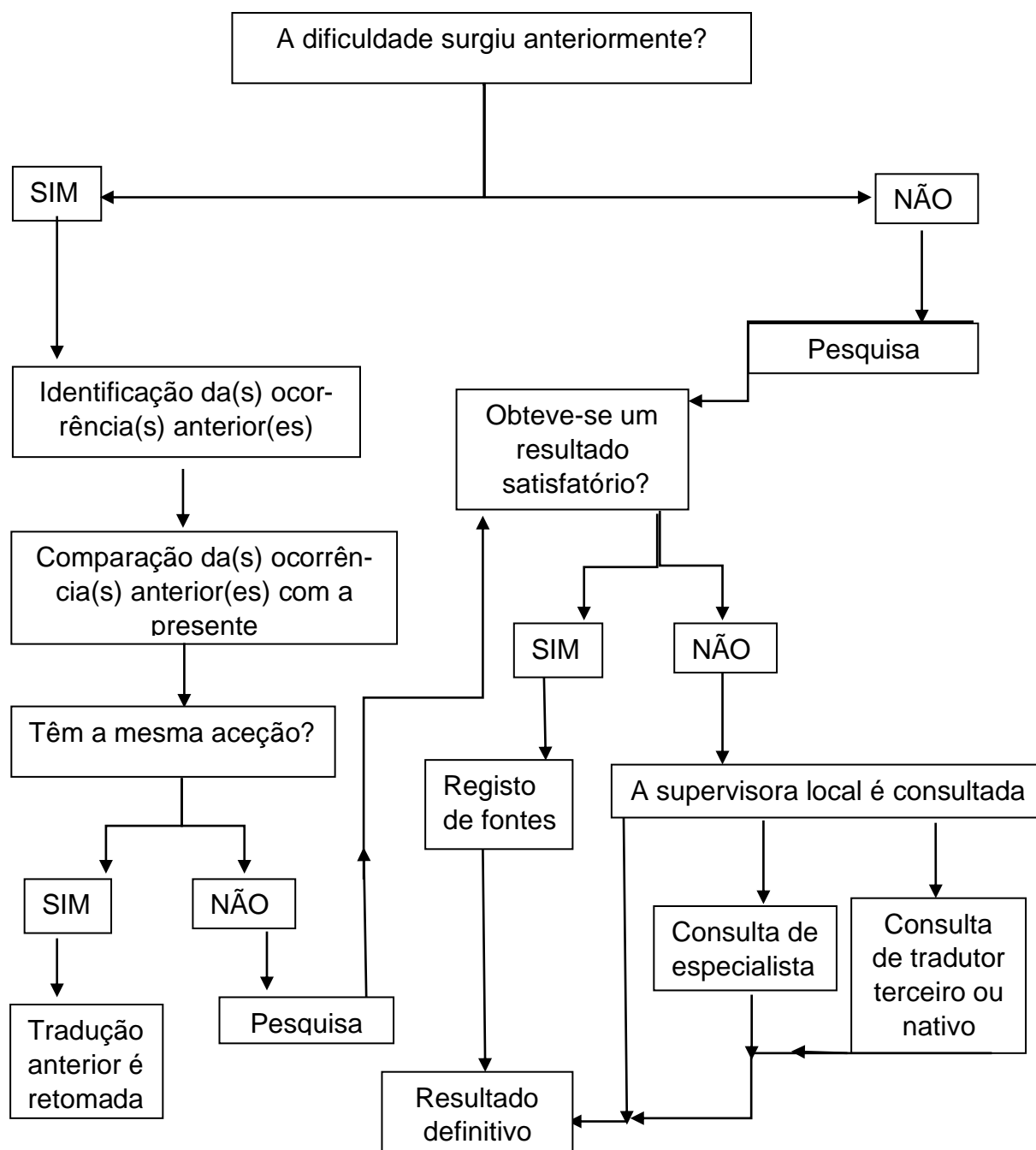
Como processo, a tradução é também potenciadora da aprendizagem, já que um tradutor, sobretudo não especializado, vai criar associações²² (e.g. um sintagma na LP corresponde a um outro na LC) que, à medida que o trabalho progride, levam a um resultado mais competente. O domínio de terminologia é somente parte da razão para um resultado profissional considerando que a curva de aprendizagem trará benefícios a nível da economização de tempo, interpretação pretendida e coadunação com as instruções²³ e o *skopos*.

Abaixo apresenta-se o fluxograma que sintetiza o processo de tomada de decisão face a dificuldades de interpretação ou tradução, com as várias etapas procedimentais, salientando-se a consulta de recursos, a identificação de ocorrências anteriores e a consulta da supervisora local.

²² No sentido utilizado no condicionamento clássico da aprendizagem em Psicologia por autores como Pavlov.

²³ Na tradução que Chesterman produziu do artigo de Vermeer (*op. cit*), o termo adotado é *commission*. Na literatura inglesa, as orientações que o tradutor recebe para proceder de determinado modo também recebem o nome de *brief*.

Fig. 5. Fluxograma de decisões perante dificuldades de tradução.



4.3.2. Etapas procedimentais de revisão

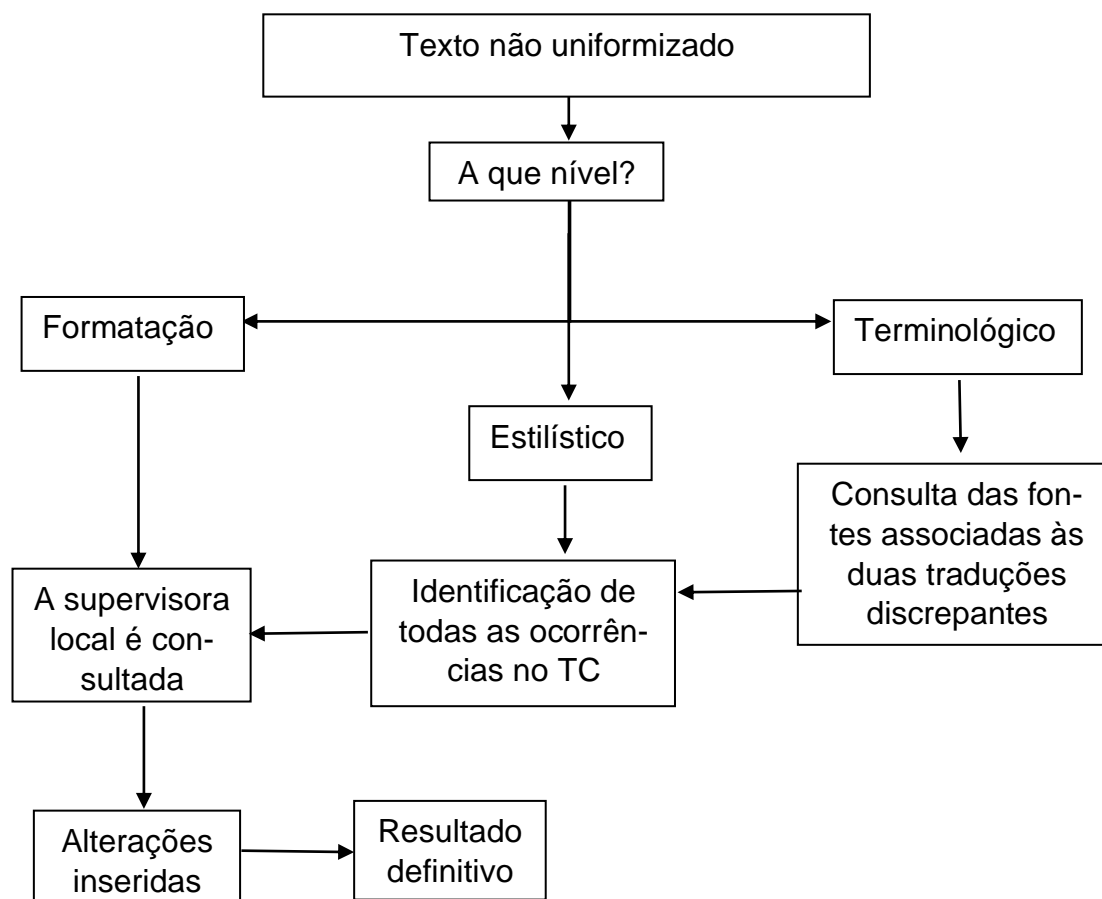
A revisão global consistiu na introdução de correções sempre que necessário, em especial, no que toca a erros datilográficos, à uniformização de terminologia, estilo e formatação.

A revisão teve várias fases e dois sentidos, a revisão bilingue e a monolingue.

A revisão bilingue, enquanto parte do processo de tradução, funcionou como um exercício de treino porque, passando por um exame detalhado de comparação entre TP e TC distribuído por três estagiários (um estagiário já ausente aquando do início deste estágio, outro ainda presente), permitiu tomar conhecimento das técnicas de tradução utilizadas pelos colegas em sequências problemáticas. Em termos de *modus operandi*, a revisão bilingue seguiu as etapas procedimentais mencionadas para as dificuldades de tradução.

Por seu turno, a revisão monolingue teve um *modus operandi* mais específico porque assentou na uniformização do texto. Por isso, decidiu-se de maior pertinência esquematizar as etapas apenas a ela associadas:

Fig. 6. Fluxograma de decisões relativas à uniformização do texto revisto.



Em geral, sobre a revisão e o respetivo processo de tomada de decisão note-se igualmente que foi dado enfoque à equivalência entre as línguas, coerência da tradução ao longo do texto, correção ortográfica (incluindo o cumprimento do Acordo Ortográfico de 1990) e uniformização da formatação. Vejamos um exemplo deste percurso:

TP	TC não uniformizado	TC uniformizado
<i>Deter, Detect, Delay</i>	Estagiário 1: <i>Impedir, Detetar, Retardar</i> Estagiário 2: <i>Desencorajar, Detetar, Adiar</i> Estagiário 3: <i>Dissuadir, Detetar, Atrasar</i>	<i>Dissuadir, Detetar, Retardar</i>

Quadro 3. Uniformização da tradução de *Deter, Detect, Delay*.

4.3.3. Etapas procedimentais de elaboração do glossário

Um glossário pode ser definido como um repertório onde se encontram inventariados os termos de um domínio e descritas as suas aceções, eventualmente com recurso a ilustrações. Distingue-se de um dicionário pelo seu grau de especificidade e/ou tecnicidade.

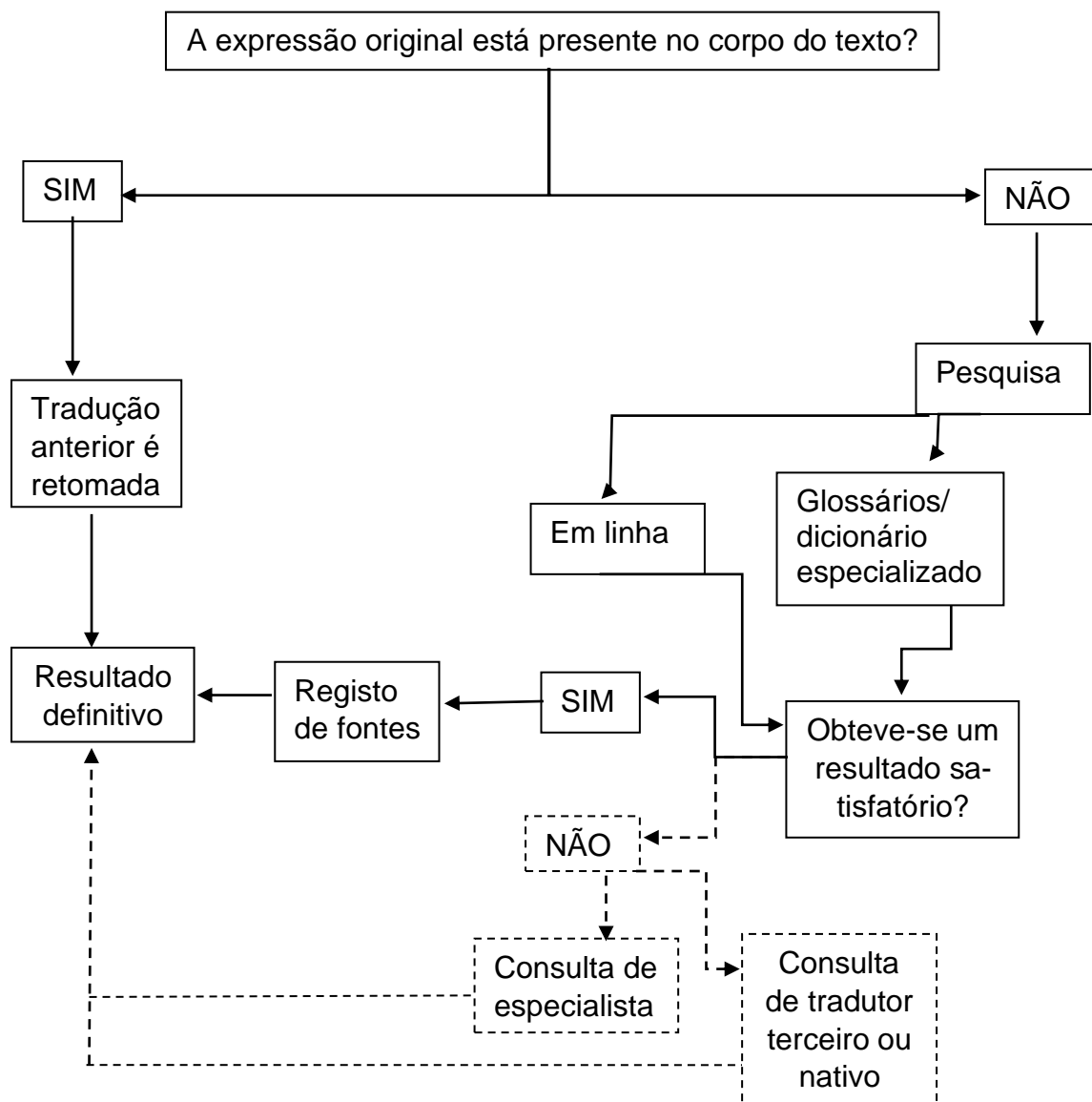
No estágio, a elaboração de um glossário foi necessária não só como parte da tradução, uma vez que o TP já possuía um, mas também porque surgiu como uma estratégia de agrupamento das notas de rodapé e introdução de terminologia exclusiva do TC.

O glossário teve como *corpus* o manual na sua íntegra, incluindo, pois, a tradução dos colegas estagiários, uma componente de tradução e outra de adaptação. A tradução correspondeu à retoma de informação anteriormente traduzida e à criação de equivalências dinâmicas. A adaptação concretizou-se na adição de informação, nomeadamente termos e definições, que o glossário na LP não apresentava.

Em virtude disto, face a uma expressão a introduzir no glossário do TC, foi sempre necessário escrutinar se essa expressão estava presente no TP. Eram seguidos, depois, os devidos procedimentos.

A seguir encontram-se esquematizadas as etapas procedimentais da elaboração do glossário, alertando-se para o facto de que o que está a tracejado não se verificou.

Fig. 7. Fluxograma de decisões relativas à agregação de expressão original e *translatum* ao glossário.



É também pertinente demonstrar a disposição que resultou desta soma de informações obtida a partir da figura 7. Optou-se por manter o termo original com o acrónimo/sigla, se existente, acrescentando-se-lhe a tradução, seguidamente a definição, notas de rodapé do TP na íntegra e, se adequado, adaptações:

	Termo	Observações
Inglês	TERM (ACRONYM)	DEFINIÇÃO + CORRESPONDÊNCIA EM PORTUGAL
Português	TERMO (ACRÓNIMO)	

Quadro 4. Célula do glossário elaborado.

4.4. Os recursos lexicais e terminológicos utilizados

Este ponto vem a propósito da etapa de pesquisa, presente nas figs. 5 e 7 e mencionada várias vezes, como parte do processo de tomada de decisão e, mais globalmente, inevitavelmente parte da tradução enquanto processo. Como esquematizado nos fluxogramas das figs. 5 e 7, a pesquisa assentou em recursos lexicais e terminológicos em linha, descarregados ou em suporte físico. Estas três vias de acesso à informação serão abordadas brevemente neste ponto.

A respeito de esclarecimentos descontextualizados sobre uma expressão, o léxico foi, por norma, pesquisado no dicionário Cambridge em linha, atendendo à variante da língua inglesa em causa.

Para compreender a ocorrência contextual dos lexemas e colocações²⁴, a pesquisa na página Linguee teve, muitas vezes, resultados satisfatórios.

Criado em 2007, o Linguee consiste num dicionário em linha com um motor de busca que apresenta vários pares bilingues disponíveis na *World Wide Web*. Escapa à categoria de tradução automática, funcionando antes como uma MT. O algoritmo procura textos paralelos num par de línguas determinado pelo utilizador, sendo que traduções de patentes e legislação europeia do EUR-Lex são as mais fiáveis.

Sendo uma fonte de fiabilidade incerta, foi procedimento habitual efetuar novas pesquisas e apresentar alternativas à supervisora local, quase que uma fase de *gisting*. Nestas novas pesquisas, muitas vezes, os fóruns de discussão, como o ProZ, facilitaram a formulação de hipóteses. ProZ.com é uma página em linha criada em 1999, reunindo a maior comunidade de tradutores do mundo e possibilitando através da rede KudoZ a troca de ideias e explicações entre tradutores sobre sequências consideradas problemáticas.

Já a nível da terminologia do âmbito jurídico, o Inter-Active Terminology for Europe (IATE) e o EUR-Lex constituíram fontes assíduas e pela sua fiabilidade reduziram o tempo dispensado em novas pesquisas.

O IATE é a base de dados terminológica da União Europeia, criada em 1999 para facilitar e garantir um igual acesso à informação por parte das instituições europeias. Em 2007 foi disponibilizado ao público, contando com dados do Conselho da União Europeia, o Tribunal de Contas Europeu, o Parlamento Eu-

²⁴ A colocação pode ser entendida como a distribuição tendencial de algumas palavras para surgirem apostas (Firth, 1957, p. 196). O autor defende que o espectro de colocações de um termo constitui parte do seu significado.

ropeu, o Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia e o antigo EUROIDAUTOM. É uma ferramenta de pesquisa que conta com mais de 1,4 milhões de entradas multilíngues.

O EUR-LEX faculta o acesso gratuito, nas 24 línguas oficiais da UE, à versão atualizada do Jornal Oficial da União Europeia, à legislação da UE, a documentos preparatórios, à jurisprudência da UE, aos acordos internacionais, entre outros. A base de dados EUR-Lex é atualizada diariamente.

Estes também foram recursos pertinentes para a tradução do nome de instituições ou dos títulos de normas europeias ou internacionais.

Também na área do Direito, porém, em suporte físico, foi pontualmente consultado o Dicionário Jurídico bilingue de Mello (2008).

Houve alguns sintagmas que, pela sua especificidade ou traduzibilidade estante, levaram a uma consulta frequente de glossários bilíngues e multilíngues, a saber, a Classificação de Nice e de Locarno, bem como o glossário da autoria do Instituto Nacional de Estatística e os glossários temáticos do Eurostat. Todos estes já eram de recurso habitual do estagiário, pelo que já haviam sido descarregados para o computador pessoal.

A intertextualidade, muito presente no TP através de hiperligações, por exemplo, obrigou a que fossem consultadas as referências indicadas antes de traduzir o conteúdo relativo às mesmas. Pode, assim, afirmar-se que as ligações incorporadas no TP constituíram igualmente um recurso e, bem assim, os textos sobre matéria idêntica, já traduzidos por colegas estagiários no ISCPSI.

Além disso, recursos houve que participaram na tradução em termos de escolha das palavras no TC. O Google Trends facilitou o processo de escolha entre dois potenciais *translata* no sentido em que a base estatística que oferece permite determinar qual a opção mais frequentemente mencionada nas pesquisas. Foi tido em conta que os resultados destas pesquisas estatísticas poderiam incluir opções gramaticalmente duvidosas ou da variante brasileira, mas os resultados obtidos foram aceitáveis²⁵ mesmo que nem sempre tenha sido escolhido o resultado com maior índice de frequência. Aliás, reconhece-se igualmente que optar por resultados mais frequentes vota ao abandono usos particulares da língua (e.g. a tradução imediata de *can* como *poder* vota ao esquecimento verbos mais concretos como *conseguir* ou *lograr*).

²⁵ Toury (1995/2012, p. 69) define a aceitabilidade como “the production of a text in a particular culture/language which is designed to occupy a certain position, or fill a certain slot, in the host culture”. O conceito antagónico é o de adequabilidade: “An adequate translation is a translation which realizes in the target language the textual relationships of a source text with no breach of its own [basic] linguistic system” (Even-Zohar, 1975, p. 43 *apud* Toury, 1995/2012, p. 79). Portanto, a aceitabilidade é entendida em relação à LC e à CC e a adequabilidade é definida em relação ao TP (Toury, 1995/2012, p. 70), embora as traduções sejam um misto de ambas (*ibidem*).

Em casos mais particulares, recorreu-se ao Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público (CETEMPúblico), em especial, para verificação de colocações. Criado a partir de uma parceria entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia e o jornal PÚBLICO em 2000, o CETEMPúblico reúne cerca de 180 milhões de palavras em português europeu²⁶.

A nível gramatical na LC, note-se a importância da plataforma Ciberdúvidas, criada em 1997 e que integra um corpo de consultores linguísticos. A rubrica *Consultório* dissolveu algumas dúvidas que se colocaram durante o processo tradutório.

²⁶ Dados retirados de <https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/> (último acesso 26/05/2019).

4.5. Ferramentas de Tradução Assistida por Computador (TAC)

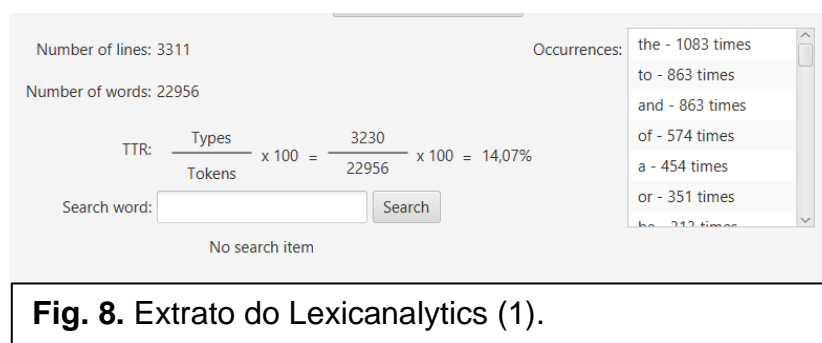
As ferramentas de TAC poderiam ter desempenhado um papel importante ao nível da economização de tempo, uniformização terminológica, uniformização de formatação e da produção de glossários.

A utilização destes recursos teria permitido começar com uma base sólida de texto paralelo, a MT de outros colegas estagiários, permitindo o aumento da produtividade (número de palavras traduzidas/tempo). Mesmo que não existisse já essa base, através do alinhamento, poderiam ser geradas MT. Contudo, tal não foi possível visto que ou o *hintergrundtext* correspondia a textos originais ora em inglês, ora em português, inexistindo *corpora* comparáveis, ou o TP e TC não estavam cumulativamente em formato digital.

A MT produzida poderia ser exportada em formato .tmx e, conseqüentemente, facultada aos colegas com uma regularidade previamente acordada. O mesmo pode ser dito dos glossários elaborados, que, se exportados e facultados periodicamente aos colegas, poderiam reduzir a quantidade de terminologia a uniformizar na etapa de revisão.

Todo o texto tem, em menor ou maior grau, momentos de repetição. Num texto especializado, a repetição é esperada, sem necessariamente haver prejuízo para a dinâmica comunicativa²⁷.

Foi já com o documento em suporte digital, numa fase tardia, que foi possível submeter o texto traduzido ao software Lexicanalytics, de onde foi possível extrair a seguinte informação:



²⁷ Na literatura em inglês, *communicative dynamism*. A dinâmica comunicativa corresponde, resumidamente, aos graus em que os constituintes de uma frase favorecem o renovar da informação (Firbas, 1986).

Na figura 8, lê-se que o rácio tipo/*token* (TTR) na globalidade do texto situou-se nos 14,07%, i.e., das cerca de 23 000 palavras (*tokens*), apenas existem aproximadamente 3 300 palavras diferentes (tipos).

O programa permitiu verificar que, entre os lexemas mais frequentes, surgem: *security* (246 vezes); *staff* (147 vezes); *evacuation* (93 vezes); *information* (86 vezes); *people* (85 vezes); *vehicle* (83 vezes); *access* (78 vezes); *emergency* (77 vezes); *personnel* (76 vezes); *training* (66 vezes); e *response* (64 vezes).

Repare-se agora num outro quadro obtido a partir do programa:

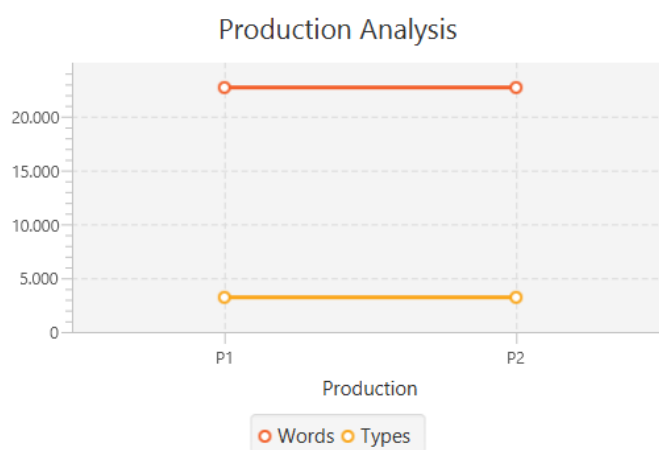


Fig. 9. Extrato do Lexicanalytics (2).

Na figura 9, torna-se evidente que a repetição de palavras foi bastante significativa, havendo no TP poucos *hapax legomena*, também esses detetados pelo software.

Embora, na figura 9, não haja representação dos casos de repetição da distribuição dos constituintes de um sintagma, os SN repetiram-se com frequência. Recuperar colocações e soluções criadas foi uma tarefa frequente. Uma MT poderia, através de comparação com ocorrências anteriores, permitir concluir que, por exemplo, num dado sintagma, os seus constituintes surgem sempre em determinada ordem.

Em consequência disso, as ferramentas de TAC teriam sido vantajosas porque a constante sinalização de unidades já traduzidas (pertencentes ou não a um glossário) permitiria traduzir unidades anteriormente traduzidas, poupando tempo e uniformizando o texto. A MT traria ainda uma visão privilegiada para a interpretação e tradução de sintagmas em variação livre ou em distribuição complementar (Swadesh, 1934).

5. Análise da tradução

5.1. As cadeias referenciais

Na construção de textos coexistem propriedades essenciais à interpretação, com destaque para a gramaticalidade, a coesão textual e a coerência da combinação dos elementos (Móia, 2014).

A gramaticalidade prende-se com aspetos sintáticos das frases, como a ordenação das palavras, as regras de concordância em género e número (incluindo a flexão verbal), a conformidade com regências e a presença dos complementos exigidos pelos verbos.

A coesão²⁸, não dissociada da gramaticalidade, inclui uma perspetiva frásica, mas também interfrásica quando tidos em conta, por exemplo, os conetores interfrásicos e, em texto escrito, a pontuação. Também a coesão temporo-aspetual é imprescindível para situar o tempo e modo da ação, donde a importância da correlação entre tempos verbais e a presença de expressões temporais. Por fim, a coesão referencial permite evitar reiteraões ubíquas e, se a cadeia referencial for bem construída, transmitir informação mais facilmente na ótica da dinâmica comunicativa.

No presente relatório, concede-se destaque à coesão referencial porque, durante o processo tradutório, este mostrou ser o elemento de coesão textual que mais questões suscitou. Por esse motivo, começemos por explicar o que se entende por expressões referencialmente dependentes.

Os falantes de uma língua recorrem a mecanismos linguísticos que lhes permitem sintetizar informação e, assim, melhor transmitir a mensagem. Entre estes mecanismos encontra-se o recurso a expressões referenciais cuja interpretação é indissociável do contexto (situacional ou textual), daí que sejam denominadas expressões referencialmente dependentes (*versus* expressões referencialmente autónomas). A dependência pode ocorrer a nível situacional (i.e. expressões dêiticas), sempre que a interpretação depende do contexto de enunciação, ou a nível textual (i.e. expressões anafóricas), sempre que a interpretação depende de um elemento mencionado no texto do qual a expressão dependente faz parte.

No que diz respeito às expressões dêiticas, ou dêiticos, o referente só pode ser determinado se tidos em conta os elementos do contexto de enunciação, como

²⁸ Termo introduzido na literatura inglesa por Halliday & Hasan (1976).

(i) indivíduos, (ii) objetos, (iii) lugares, (iv) tempos, (v) acontecimentos, (vi) modos ou (vii) quantidades:

(i) Os indivíduos presentes no contexto da enunciação são os participantes no ato (enunciador e intercolutor[es]) e outros presentes no local. Os dêiticos com este valor são designados dêiticos pessoais (e.g. *eu*; *tu*; *este senhor*).

(ii) Os objetos presentes no lugar da enunciação (e.g. *isto*; *este manual*).

(iii) O lugar em que ocorre a enunciação e outros determináveis a partir dele. Os dêiticos com este valor designam-se dêiticos espaciais (e.g. *aqui*; *naquela empresa*).

(iv) O momento da enunciação e outros intervalos de tempo determináveis a partir dele. Os dêiticos com este valor são designados dêiticos temporais (e.g. *ontem*, *agora*, *dentro de dois meses*).

(v) As situações ou os eventos determináveis a partir do lugar da enunciação (e.g. *isto*; *esta vaga de criminalidade*).

(vi) Os modos associados a ações ou objetos determináveis a partir do lugar da enunciação (e.g. *assim*; *nesta posição*).

(vii) As quantidades determináveis a partir do lugar da enunciação (e.g. *assim*; *mais que isto*).

Em síntese, os dêiticos são todas as expressões referenciais dependentes do contexto de enunciação, dependência esta que implica uma alteração na passagem do discurso direto ao discurso indireto, em consequência de alterações de coordenadas discursivas como o tempo e o espaço de enunciação. No quadro 5, apresentam-se os principais dêiticos presentes no TP e respetivo número de ocorrências:

Dêiticos	
<i>Your</i> – 205 ocorrências	<i>You</i> – 186 ocorrências
Quadro 5. Dêiticos mais frequentes e respetivo número de ocorrências.	

Já a respeito das expressões anafóricas ou anáforas em sentido lato, a interpretação da expressão depende de elementos linguísticos presentes anterior-

mente (i.e. anáforas, em sentido estrito) ou posteriormente (i.e. catáforas) no texto. O referente de uma expressão anafórica é fixado pela sua ligação a outro constituinte que ocorre no mesmo texto e a que chamamos *antecedente* e designamos por *correferência* a relação entre anáfora e antecedente²⁹. O antecedente pode ligar mais de uma anáfora, pelo que uma cadeia anafórica pode ter mais de dois elos (e.g. três anáforas com o mesmo antecedente). As cadeias referenciais podem ser cadeias retrospectivas (Peres, 2009, pp.14-15), se formadas por anáforas e respetivo antecedente, ou cadeias prospetivas (*ibidem*), se os elos da cadeia referencialmente dependentes forem catáforas.

No texto que constituiu o objeto de tradução (*vide* ponto 3.1.), as anáforas tiveram uma presença substancial. Na tabela abaixo apresentam-se as principais anáforas presentes no TP e o respetivo número de ocorrências:

Anáforas		
<i>Their</i> – 88 ocorrências	<i>That</i> ³⁰ – 76 ocorrências	<i>These</i> – 45 ocorrências
<i>This</i> – 83 ocorrências		
<i>They</i> – 79 ocorrências	<i>Which</i> – 47 ocorrências	<i>Those</i> – 33 ocorrências
Quadro 6. Anáforas mais frequentes e respetivo número de ocorrências.		

Somadas as ocorrências apresentadas nas duas tabelas anteriores, estas correspondem aproximadamente a 4% das palavras de um total aproximado de 23.000 palavras traduzidas, excluindo o glossário.

No presente relatório, em virtude da presença parcamente problemática de elementos dêiticos³¹, realça-se principalmente as dificuldades advindas das cadeias anafóricas. Os dêiticos serão apenas abordados no ponto 5.1.3.

²⁹ Não será correferência a relação entre anáforas ligadas, anáforas com antecedentes descontinuos ou anáforas seccionantes. No entanto, neste relatório apenas serão tratadas as anáforas com correferência.

³⁰ Não são contabilizadas as 92 ocorrências em que *that* é conjunção em orações subordinadas substantivas completivas, subordinadas finais (*so that*) e consecutivas (*such that*).

³¹ Ainda que se trate de um texto técnico e científico, recorde-se o carácter exortativo mencionado no ponto 2., que se consubstanciou também na ubiquidade de pronomes e determinantes possessivos da segunda pessoa.

5.1.1. Problemas com a determinação do antecedente

Várias foram as sequências que, pela sua extensão, suscitaram dúvidas na interpretação das cadeias anafóricas. Numa enumeração de vários elementos, a utilização de uma pró-forma nominal pode levar à indeterminação do seu antecedente. Vejamos a sequência seguinte:

[2] “[...] do not neglect the provision of air, toilet facilities, seating, drinking water, lighting and communications, which are necessary [...].”

Em [2] é possível que o pronome relativo *which* tenha como antecedente o nome *communications* ou todo o SN com a função sintática de complemento direto do verbo transitivo direto *neglect*. Atendendo ao espírito do texto, em cooperação com a supervisora local, entendeu-se que o argumento na sua íntegra corresponde a uma bateria de elementos que devem ser verificados. Neste sentido, chegou-se a [2a]:

[2] a. “[...] tenha em conta a circulação do ar, as instalações sanitárias, acomodação, água potável, iluminação e as comunicações. Estas condições são necessárias [...].”

Na mesma senda, a ocorrência do pronome demonstrativo *this* e, bem assim, o seu equivalente formal *isto*, trazem ambiguidade ao texto, seja ao de partida, seja ao de chegada. Embora a gramaticalidade³² das sequências não esteja em causa, a sua coesão é afetada pela reiteração constante de pronomes demonstrativos.

[3] “It will be helpful to know the population and distribution of people within the crowded places [...] and how this typically changes over time. This influences evacuation times [...].”

³² Entende-se aqui o conceito de gramaticalidade/agramaticalidade a partir da teoria da *fuzzy grammar* dos anos 70, encabeçada por autores como Ross (1967). Uma frase varia gramaticalmente de 0 a 100%, e não cabe no binómio “(totalmente) gramatical/(totalmente) agramatical” sugerido pela gramática generativa de Chomsky (1957/2002).

Ambas as anáforas sublinhadas podem ter como antecedente *population* e/ou *distribution of people within crowded places*. A segunda pode ainda ser interpretada como uma pró-forma verbal que retoma anaforicamente “know the population and distribution of people within the crowded places [...] and how this typically changes over time”.

Quanto à primeira anáfora, a tradução proposta passou pela supressão da mesma face à impossibilidade de determinar o antecedente, daí decorrendo desvios não contornados (e.g. troca de um verbo acional por um não acional, cf. [3a]).

A respeito da segunda anáfora, avaliando-se os vários potenciais antecedentes, considerou-se que o antecedente seria o argumento do verbo *know*. Confronte-se [3] com [3a]:

[3] a. “Será útil conhecer a população e a distribuição das pessoas nos locais de grande afluência [...] e quais as alterações [-] que tipicamente surgem no decorrer do tempo. Estas informações influenciam os tempos de evacuação [...].”

Considere-se agora a seguinte sequência:

[4] “[...] if you rely on assistance from local emergency responders [...], you may find it useful to coordinate emergency plans with these organisations. This ensures that you are aware of the capabilities [...].”

Em [4], *this* é uma anáfora cujo antecedente pode ser o SV iniciado pelo verbo *rely (on)*, apenas o SN *assistance from local emergency responders*, ou a oração infinitiva *to coordinate emergency plans with these organisations*.

Na tradução desta sequência entendeu-se que a ação de coordenar, mencionada imediatamente antes da anáfora, seria o antecedente possível se for considerado que um sujeito passivo (e.g. *this* tendo por antecedente *assistance*) não pode ser agente de um verbo causativo (e.g. *ensure someone is aware of something*). Como tal, chegou-se a [4a]:

[4] a. “[...] se depende da assistência de equipas de emergência locais [...], a coordenação de planos de emergência com estas organizações pode

ser útil. Por outro lado, tal coordenação faz com que esteja ciente das capacidades [...].”

Repare-se agora na seguinte sequência:

[5] “[...] there is a drive to make public data more easily accessible unless there are clear and specific reasons not to do so. This is likely to increase the amount of information available in the public domain.”

Em [5] a anáfora *this* pode ter como antecedente o SV iniciado por *make*, mas a expressão exatamente antes que caberia na categoria de potencial antecedente é, na verdade, a negação mais a anáfora *do so*, ou seja, *not making public data more easily accessible*. Não obstante, o conhecimento do mundo permite-nos inferir que *so* e *this* são correferentes e têm como antecedente o primeiro SV que surge em [5]. Ao traduzir, entendeu-se que também o público-alvo do TP entenderia os equivalentes de *so* e *this* como correferentes, chegando-se a [5a]:

[5] a. “[...] está a procurar-se tornar os dados públicos mais facilmente acessíveis, salvo quando haja motivos claros e específicos [-]. Desta forma é provável que se aumente a quantidade de informação disponível no domínio público.”

A propósito da proximidade textual das anáforas, atente-se na próxima sequência:

[6] “[...] from understanding the information hostiles need, and where they are going to have to go to get this [...]. This, in turn, is dependent on understanding the threats [...].”

Em [6] o pronome demonstrativo é utilizado em duas frases em sequência, sendo de mais difícil interpretação a segunda ocorrência do pronome uma vez que não está claro se ambos os pronomes têm o mesmo antecedente ou se o

segundo pronome demonstrativo tem por antecedente aquilo que está imediatamente antes (uma oração coordenada copulativa aqui subtraída). Posto isto, quanto à primeira ocorrência, optou-se por um SN com demonstrativo. Já em relação à segunda ocorrência, pelo conhecimento do mundo, em colaboração com a supervisora local, determinou-se como antecedente, não apenas o que estava imediatamente antes do pronome, mas todos os elementos enunciados naquele parágrafo. Optou-se assim pela seguinte tradução:

[6] a. “[...] por compreender a informação que é necessária aos indivíduos hostis, bem como por conhecer o local para onde estes terão de se deslocar com vista a obter essa informação. [...] Por sua vez, tudo isto depende da compreensão das ameaças [...]].”

5.1.2. Adição de anáforas como opção de tradução

Neste ponto de análise, salientam-se os casos em que no TP se encontravam sequências apenas com expressões referencialmente autónomas e que foram traduzidas recorrendo a expressões referencialmente dependentes³³. Este tornou-se um procedimento tradutório recorrente quando: (i) o verbo no TP tinha uma transitividade distinta da do verbo no TC; (ii) o nome apresentava discrepâncias a nível da regência preposicional; (iii) a construção e coesão frásicas do TP não colhiam no TC; (iv) era necessário evitar reiteraões textualmente próximas; (v) o SN apresentava adjetivação dupla, tripla ou múltipla; (vi) se recorreu a uma estrutura enfática no TC; ou (vii) se atribuíam propriedades a uma anáfora nula no TP.

Considerando o caso (i), veja-se a seguinte sequência:

[7] “Do not touch or move suspicious items.”

Em inglês, ambos os verbos *touch* e *move* são transitivos diretos sem coadjuvação de nenhuma preposição. Todavia, em português, o verbo *tocar* seria transitivo indireto e o verbo *mover* seria transitivo direto. Uma tradução que não considere esta discrepância pode resultar num *translatum* como *Não toque ou*

³³ Ainda assim, note-se que, por vezes, não se adicionou uma referência dependente, mas antes uma referência autónoma como na seguinte sequência exortativa: “Determine the likelihood of SUCCESS” (cf. “Determinar a probabilidade do SUCESSO do ataque”).

mova os objetos suspeitos. Evitando a potencial agramaticalidade desta solução, entendeu-se que seria anaforicamente possível criar uma tradução gramatical e económica. Sendo *suspicious items* o complemento direto dos verbos principais do TP, optou-se por:

[7] a. “Não toque em objetos suspeitos nem os mova do lugar.”

Neste *translatum*, *os* é uma expressão referencialmente dependente de *objetos suspeitos*. Foi também esta a técnica a que se recorreu para a tradução da sequência seguinte:

[8] “[...] to require or ask that any images taken are to be deleted.”

[8] a. “[...] para obrigar à eliminação das imagens capturadas ou solicitar a eliminação das mesmas.”

Pode argumentar-se que a anáfora em [8a] poderia ser reformulada para ter como antecedente, não *imagens capturadas*, mas o sintagma *eliminação das imagens capturadas*. Neste caso, uma segunda proposta pôde ser avançada:

[8] b. “[...] para obrigar à eliminação das imagens capturadas ou solicitá-la.”

Em [8b], no entanto, pode obstar-se que a anáfora tem como antecedente um SN porventura demasiado longo e os verbos principais têm transitividades distintas, daí que se tenha optado por [8a].

Considerando o caso (ii), veja-se a seguinte sequência:

[9] “Capability, capacity, competence and reliability of staff are particularly important [...].”

Em [9] os quatro nomes em inglês são regidos pela preposição *of*, ao passo que em português se chegou a uma combinação de nomes com diferente regência preposicional:

[9] a. “As capacidades e competência dos funcionários, assim como a confiança nos mesmos são especialmente importantes [...]”

Considerando o caso (iii), as regras de construção frásica em português dão preponderância à construção SVO e, discutivelmente, preferência à anáfora em detrimento da catáfora. Atente-se no título de um capítulo do TP:

[10] “Planning new or auditing existing security projects”

Este é um exemplo claro do poder de síntese da língua inglesa, uma das suas dificuldades interpretativas. A teoria de Bloomfield (1933) das construções endocêntricas e exocêntricas aparenta ser uma boa ferramenta de análise para a tradução destes aglomerados. Repare-se que, em inglês, as construções endocêntricas de substantivos, bastante frequentes, têm necessariamente de corresponder a construções exocêntricas de nomes intercalados com preposições ou adjetivos nas línguas românicas.

Em [10] observe-se que temos duas orações gerundivas coordenadas por disjunção: *Planning new security projects*; e *Auditing existing security projects*. Consequentemente, é possível afirmar que o complemento direto de ambos os verbos corresponde a um mesmo SN: *security projects*. Não obstante, no título do TP, o complemento direto de *planning* (i.e. *new security projects*) foi fracionado³⁴ para evitar a repetição do SN partilhado pelos dois complementos diretos. Daqui resulta que uma tradução sem desvios poderia oferecer uma construção potencialmente anómala, mesmo que substantivados os verbos:

[10] a. “Planeamento de novos ou auditoria de projetos de segurança existentes” [*agramatical?*]

Nesse seguimento, a criação de uma cadeia retrospectiva constituiu uma proposta de solução gramatical e clara, introduzindo-se uma anáfora cujo antecedente fosse *projetos de segurança*:

[10] b. “Planeamento de novos projetos de segurança ou auditoria aos já existentes”.

³⁴ Tal materializa-se numa cadeia prospetiva com uma categoria vazia.

Considerando o caso (iv), a prolixidade do TP está patente, a par dos pleonasmos, na repetição dos elementos lexicais passíveis de serem integrados numa cadeia anafórica. Abaixo segue-se uma sequência que integra uma enumeração, em que [11'] introduz a enumeração e [11''] constitui o primeiro item enumerado:

[11'] "Your company should:

[11''] – include your company's security instructions in the [...] driver's handbook;"

Embora se trate de uma enumeração, a repetição do sintagma *your company* é contestável do ponto de vista da coesão referencial, sobretudo face à proximidade textual dos sintagmas. Atendendo ao facto de, na segunda ocorrência, o sintagma se encontrar no caso possessivo, seria possível encontrar no TP o determinante possessivo pessoal *its* nessa mesma ocorrência. Por conseguinte, visando preservar a coesão referencial, optou-se pela introdução de uma anáfora constituída por um determinante demonstrativo e um nome no TC:

[11'] a. "Uma empresa deve:

[11''] a. – incluir as suas próprias instruções de segurança no [...] manual do condutor;"

Considerando o caso (v), são várias as ocorrências em que um nome é qualificado por mais do que um adjetivo, principalmente em estruturas de contraste. Em tais contextos, houve uma tendência para a introdução de anáforas pró-forma, em detrimento, por exemplo, de anáforas nulas, i.e., sem realização lexical. Note-se o seguinte sintagma do TP:

[12] "identify the difference between normal and unusual/suspicious behaviour"

Aqui o nome *behaviour* é qualificado por três adjetivos, sendo que um primeiro contrasta com o par seguinte. Existem duas traduções possíveis que privilegiam o recurso a expressões referencialmente dependentes: uma opção que

contempla uma anáfora nula, [12a]; e uma opção que introduz uma anáfora pró-forma, [12b].

[12] a. “identificar a diferença entre comportamento normal e [-] inusual/suspeito”

[12] b. “identificar a diferença entre o comportamento usual e o inusual/suspeito”

Em [12a], a categoria vazia logo após a conjunção copulativa poderia ser lexicalmente realizada repetindo parte do SN:

[12] c. “diferença entre comportamento normal e comportamento inusual/suspeito”

Tendo em conta a economia do texto, o recurso reiterado a construções de repetição como a alternativa [12c] poderia prejudicar a textualidade e a leitura. Neste caso concreto, sem considerar o restante texto, seria aceitável pela sua função de contraste. Porém, pode entender-se que a adjetivação em [12] representa um binómio normal/não normal. Como tal, em [12a], a ausência de artigo associada à tradução formal dos três adjetivos pode implicar que não se trata de um binómio (i.e., comportamento normal, comportamento inusual/suspeito, outros comportamentos não mencionados). Em contrapartida, em [12b] explicita-se esse binómio, ainda que mantendo o adjetivo *suspeito*, não só por se usar antónimos morfológicamente próximos (i.e. *usual* e *inusual*), mas também pela definição dos sintagmas com a introdução de uma anáfora após a conjunção. Vale, porém, dizer que poderiam ser propostas alternativas que se debrucem sobre traduções fraseologicamente mais aceitáveis com referências dependentes, como [12e], ou não, como [12f]:

[12] e. “saber distinguir os comportamentos normais dos [que são] suspeitos”

[12] f. “saber distinguir comportamentos normais de comportamentos suspeitos”

Também quando o significado dos nomes no TP se intersetava acontecia que, de uma correspondência formal, resultaria uma redundância semântica ou contrassenso. Disto são exemplo as ocorrências envolvendo os nomes *firearms* e *weapons*, quase sempre ocorrendo em estruturas disjuntivas ou copulativas. Por conseguinte, a fim de evitar uma tradução formal como *armas de fogo e armas*, aproveitou-se essa partilha semântica para criar uma anáfora. Nesta senda, chegou-se a propostas como *armas de fogo ou outras* e *armas de fogo ou de outro tipo*.

Considerando o caso (vi), por vezes, a LC por si obrigava a estruturas reflexivas e, noutras ocasiões, a ênfase era gramaticalmente dispensável. A sequência que se segue reflete um caso dessa dispensabilidade:

[13] “Staff gain confidence to become effective [...]”

[13] a. “Os funcionários ganham confiança neles próprios e o seu desempenho melhora [...]”

Em [13a] seria possível retirar a expressão anafórica [*n*]eles próprios sem prejudicar a gramaticalidade da oração. Todavia, entendeu-se que faria sentido reforçar, porque o sintagma *ganhar confiança* não implica necessariamente *confiança em si*; pode referir-se a *confiança em terceiros*.

Considerando o caso (vii), foi comum no processo tradutório introduzir uma anáfora no TC quando, através de modificadores, uma anáfora nula no TP era caracterizada. Veja-se um exemplo disso:

[14] “Ensure staff regularly use training materials, including [-] online [...]”

Em [14] o modificador *online* atribui uma propriedade a *training materials*, havendo uma partícula entre ambos que não um verbo copulativo. Não sendo frequente, em português, esta estrutura e evitando causar estranheza no leitor, foi adicionada uma anáfora, como se mostra em [14a]:

[14] a. “Certifique-se de que os funcionários utilizam com regularidade os materiais da formação, incluindo os disponibilizados em linha [...]”

5.1.3. Alteração de cadeias referenciais e omissão de pró-formas

Surgiram também casos em que as cadeias referenciais do TP foram substancialmente transformadas e, por vezes, foram omitidas as pró-formas. Tal sucedeu face: (i) a dêiticos pessoais; (ii) ao pronome *they* com antecedente singular³⁵; (iii) a cadeias anafóricas prolixas; e (iv) à necessidade de explicitar o antecedente.

Considerando o caso (i), por vezes, foi possível tornar expressões dêiticas (e.g. *your company*) em expressões referencialmente autónomas traduzindo o sintagma com determinante possessivo por um sintagma com artigo indefinido (e.g. *uma empresa*) ou, se contextualmente possível, com artigo definido (e.g. *a empresa*). Em alternativa, foram utilizadas anáforas, como *a empresa em causa*.

Vejamos uma sequência concreta sobre a tradução de dêiticos de segunda pessoa:

[15] “[*Confidencial*] tells others exactly where you are or have been.”

[15] a. “[*Confidencial*] informam terceiros sobre a localização exata atual ou recente do utilizador.”

Em [15a] o dêitico poderia ter sido mantido, mas optou-se por uma estrutura com nomes, que, sem recurso a uma frase, evitou o uso de um sujeito e, neste caso, de um pronome. Esta foi, por excelência, a técnica de tradução escolhida para as sequências com o *you* de uso genérico (*vide* ponto 4.1., cf. [1] e traduções). Mais exemplos serão dados a propósito das estruturas impessoais num dos pontos sobre a modalidade (*vide* ponto 5.3.3.1.).

Considerando o caso (ii), a técnica de tradução quanto ao *singular they* dependeu essencialmente do contexto. Veja-se o seguinte exemplo:

³⁵ A terceira pessoa do plural (i.e. pronome pessoal *they* e formas clíticas) admitem, em inglês, um antecedente de número singular quando o género é indefinido. É utilizado com vista a “avoid sexism or bias and to be more inclusive, or because the gender of the referent is unknown or doesn’t fit the female/male binary and the speaker wishes to accurately refer to individuals according to their personal preference” (Bradley *et al.*, 2019, p.1). O designado *singular they* constitui uma alternativa ao *he* genérico e a formulações como *he or she* e, de acordo com Baron (*apud* Indhiarti & Rizki, 2018), *they* já é utilizado como pronome singular há centenas de anos.

[16] “Denying the hostile the information they need [...].”

[16] a. “Negar ao indivíduo hostil o acesso à informação de que [-] precisa [...].”

Admite-se em [16], a par da tradução por elipse de [16a], a tradução da estrutura *singular they* + verbo apenas como atributo (adjetival ou participial), e.g. *informação necessária*.

Compare-se com uma sequência em que o pronome pessoal nominativo tem o valor semântico de terceira pessoa do plural de género indefinido:

[17] “They [researchers] also need to be able to search [...].”

[17] a. “Eles também precisam de ser capazes de realizar buscas [...].”

[17] b. “[-] Também precisam de ser capazes de realizar buscas [...].”

[17] c. “Também é necessário que eles sejam capazes de realizar buscas [...].”

[17] d. “Também é necessário que [-] sejam capazes de realizar buscas [...].”

Uma vez que, em português, existe o masculino neutro, justificam-se as traduções [17a] e [17c], onde o pronome pessoal da terceira pessoa não poderia ser substituído por *elas*³⁶. Por outro lado, as anáforas nulas resultantes das elipses em [17b] e [17a] podem ter realização lexical como se infere das correspondentes [17a] e [17c], respetivamente³⁷.

³⁶ Embora na aplicação dos Estudos de Género aos Estudos de Tradução o masculino neutro possa ser contestado.

³⁷ A proposta final difere das acima descritas, pois aqui visou-se evidenciar a problemática entre o *plural they* e o *singular they*. Considerando a tradução uniformizada de *researchers* como *equipa de buscas* e a distância entre a anáfora *they* e o seu antecedente, recuperou-se o termo numa anáfora pronominal com demonstrativo (i.e. *Esta equipa*). Note-se que uma anáfora lexical (e.g. *A equipa*) seria também aceitável dado o contexto linguístico.

De facto, é nesta questão que a tradução do *plural they* de género indefinido difere da do *singular they*. Na tradução para português, o *singular they* não admite a realização lexical de uma anáfora que explicita o número:

[16] b. “Negar ao indivíduo hostil o acesso à informação de que eles precisam [...]” [agramatical]

Em [16b] o pronome *eles* é correferente de *indivíduo hostil*, o que não colhe em português. Mais causadora de incoesão seria a tradução por *elas*, até porque o nome *indivíduo* é sobrecomum, não admitindo marcações de género.

Cumpramos referir que no TP não houve registo do uso do pronome *they* tendo como antecedente um nome coletivo singular (e.g. *police; team; staff*), que em inglês admitiria também um verbo no plural (e.g. *the police are...*). Em todo o caso, a tradução para português seguiria a lógica descrita para o *singular they*.

Considerando o caso (iii), as anáforas foram pontualmente omissas quando na LC seriam dispensáveis e/ou redundantes.

Vejamos um primeiro exemplo relativo à dispensabilidade da tradução de uma anáfora pró-SN:

[18] “Personnel security involves a number of screening methods, which are performed as part of the recruitment [...]”

[18] a. “[...] métodos de verificação, [-] aplicados como parte do processo de recrutamento [...]”

Em [18a] optou-se por não traduzir a anáfora pró-SN e, bem assim, o verbo auxiliar da voz passiva já que o sintagma adjetival, se apostado ao SN que qualifica, cumpre igualmente a função.

Vejamos agora um exemplo relativo à dispensabilidade da tradução de anáforas pró-SV:

[19] “Prevent people from entering the venue if it is not safe to do so.”

Entre as cadeias presentes no TP com uma tradução bastante variável estavam as que continham anáforas pró-SV com o pronome *so*, nomeadamente as ocorrências com *to do so*³⁸. O *so* anafórico ocorreu em frases complexas em que o SV com verbo acional presente na primeira oração tem função de complemento na segunda oração, como aconteceu também na sequência [5]. Em [5], a expressão *not to do so* tem a função de complemento do nome *reasons* e recupera, através da anáfora, a ação mencionada na oração subordinante.

Em [19], a expressão *to do so* tem a função de complemento do adjetivo *safe*, tendo como antecedente o último SV da oração subordinante.

Para estes casos, as traduções poderiam ter passado pelo recurso a pró-formas³⁹, nomeadamente expressões como *proceder desta forma* ou o verbo *fazer* acompanhado do clítico invariável *o*. Sem embargo, a omissão das pró-formas no TC foi também uma opção de tradução para o *so* anafórico, criando anáforas nulas na LC. Confrontemos [5a] com a proposta [5b] apresentada abaixo, comparando igualmente as propostas de tradução de [19]:

[5] b. “[...] está a procurar-se tornar os dados públicos mais facilmente acessíveis, salvo quando haja motivos claros e específicos para não o fazer. Desta forma é provável que se aumente a quantidade de informação disponível no domínio público.”

[19] a. “Impedir as pessoas de entrarem no recinto se não for seguro proceder assim.”

[19] b. “Impedir as pessoas de entrarem no recinto se não for seguro [-].”

Optou-se pelas propostas [5a] e [19b] sem demérito para as demais.

Considerando ainda o caso (iii), atente-se noutro exemplo, desta feita relativo à redundância na cadeia anafórica:

[20] “The impact test standards for [*confidencial I*] are [*confidencial II*] and [*confidencial III*], both of which include a range of test vehicles [...].”

³⁸ Não foram detetadas ocorrências de anáforas pró-SV com o pronome *so* em coocorrência com auxiliares modais, como em “I can float, and so can she.” (Hankamer & Sag, 1976, p. 415).

³⁹ Isto é, excluindo-se as anáforas nulas e as lexicais.

Em [20], a anáfora *which* tem como antecedente os elementos II e III, sendo *both* um outro elo da cadeia. Em português, seria gramaticalmente contestável manter as duas anáforas considerando que teríamos uma duplicação da função sintática de sujeito, como se pode a seguir constatar:

[20] a. “As normas dos testes de impacto das [confidencial I] são a [confidencial II] e a [confidencial III], que incluem ambas um conjunto de veículos de teste [...]” [agramatical?]

Por via disso, arquitetaram-se outras soluções, cuja gramaticalidade foi assegurada pela não duplicação do nominativo na oração relativa explicativa do TP:

[20] b. “As normas dos testes de impacto das [confidencial] são a [confidencial I] e a [confidencial II], que incluem um conjunto de veículos de teste [...]”

[20] c. “As normas dos testes de impacto das [confidencial] são a [confidencial I] e a [confidencial II]. Ambas incluem um conjunto de veículos de teste [...]”

[20] d. “As normas dos testes de impacto das [confidencial] são a [confidencial I] e a [confidencial II], incluindo ambas um conjunto de veículos de teste [...]”

Optou-se pela proposta [20d] sem demérito para as demais.

Considerando o caso (iv), note-se que estas cadeias referenciais não apresentaram qualquer problema de interpretação do TP. Constituíram, ainda assim, matéria de interesse para este relatório por consistirem em alterações significativas na cadeia anafórica. Disso são exemplo sintagmas com artigo definido, que podem funcionar como anáforas. Apreciemos a seguinte sequência:

[21] “The Data Protection Act [...] applies to the processing of personal information [...]. [...] measures must be carried out in accordance with the data protection principles set out in the act.”

Havendo apenas um elemento *X*, ao defini-lo, o contexto linguístico evidenciará que só se poderá estar a discutir sobre o único elemento *X* introduzido anteriormente.

Em [21], a definição de *act* implica a existência de um subtexto anterior que permita aceder a essa relação de dependência referencial já que, sem haver um contexto linguístico compatível, não seria possível realizar o que define lexicalmente o nome. Estamos, portanto, perante uma anáfora lexical, do ponto de vista da sua realização morfossintática.

Atente-se na respetiva proposta de tradução:

[21] a. “O *Data Protection Act* [...] aplica-se ao processamento de informações pessoais [...]. As medidas [...] devem ser executadas em conformidade com os princípios de proteção de dados estabelecidos nesta lei”.

Em [21a] optou-se por explicitar a relação de dependência. Visto que o antecedente foi mantido em inglês e não poderia recorrer-se ao artigo definido por não ter sido traduzido o nome, a solução passou por um SN com demonstrativo, i.e., uma anáfora pró-SN.

5.2. Pontuação

Embora em algumas narrativas de forma diferente se conte a história, diz o povo que entra um agente da PIDE num café e vê o que um cliente escrevera numa linha da folha: “MORTE A SALAZAR”; e, numa linha abaixo, “NÃO FAZ FALTA”. Repreendido pelo polícia, o homem rapidamente se justificou, dizendo que a frase ainda não estava terminada. Faltava a pontuação: “MORTE A SALAZAR?”; e “NÃO, FAZ FALTA!”.

Não existe um prontuário de pontuação e, como frisa George Paul Macdonell na obra em que escreve sob o pseudónimo Allardyce (1884/2007), cada escritor eventualmente adota um estilo próprio. Contudo, existem padrões e, por isso, é possível definir que numa língua se aplica o uso de determinado sinal de pontuação consistentemente num determinado contexto (e.g. o uso de aspas para assinalar uma citação). Assevera Allardyce que a pontuação “[...] is a device for marking out the arrangement of a writer’s ideas. Reading is thereby made easier than it otherwise would be. A writer’s ideas are expressed by a number of words arranged in groups [...]. [In a text without punctuation] with a little effort the meaning can be discovered; but if such a little effort had to be put forth in every page of a whole book, reading would become a serious task.” (*ibidem*, p. 9).

No presente relatório não se adotará uma postura prescritiva quanto ao texto original. Este capítulo é, todavia, relevante atendendo às potenciais incompatibilidades na transposição da pontuação do TP para a LC.

Aqui aborda-se os sinais de pontuação e as discrepâncias entre o TP e o TC pela seguinte ordem: ponto e vírgula, aspas, vírgula e o ponto final.

No que diz respeito ao ponto e vírgula, no TP a sua utilização foi abundante como sinal de pontuação na transição entre frases⁴⁰. Tome-se como exemplo a sequência [22]:

[22] “[...] you should hand footage over to the police; it may assist with identification [...]”

⁴⁰ Alguns autores não fazem distinção entre frase e oração. Alude-se ao conceito de *frase* no entender de Raposo (2013, p. 312): “uma sequência de palavras gramatical que (i) tem um conteúdo proposicional; (ii) tem como elemento nuclear um verbo; (iii) esse verbo está no modo indicativo ou imperativo; e (iv) pode ser usada como um enunciado autónomo.”

Na LC, este sinal tem um uso muito particular e restrito, sendo frequente a sua utilização na transição de elementos constituintes de uma enumeração por pontos, alíneas ou outros meios de destaque.

Foi, pois, nesta medida que o ponto e vírgula na LP, enquanto sinal que marca uma pausa entre orações, foi substituído por ponto final no TC. Não obstante, é de salientar que o ponto e vírgula foi introduzido no TC em instâncias em que estava ausente qualquer tipo de pontuação no TP, nomeadamente naqueles casos em que eram apresentadas listas por pontos. Nestes casos, o último elemento da lista (quase sempre frases) terminaria com ponto final.

No que diz respeito às aspas, note-se que cada tradutor utilizou ferramentas de destaque distintas. Na etapa de revisão, foi, por isso, dada especial atenção à sua uniformização. Além disso, considerando a utilização das pelicas ou aspas simples no TP, houve ocorrências em que os tradutores a mantiveram no TC. Repare-se ainda que as aspas inglesas (""") e francesas («») foram utilizadas indiscriminadamente. Como tal, aquando da revisão, a instrução dada foi a de utilizar exclusivamente as aspas inglesas.

No que diz respeito à vírgula, destacam-se dois casos: as orações adjetivas e as orações substantivas.

Quanto às primeiras, as orações adjetivas relativas restritivas e explicativas no TP foram mantidas já que a inexistência de vírgula no primeiro caso e a sua existência no segundo se verificam nas duas línguas.

Quando antecedido de vírgula, logo, numa oração relativa (ou adjetiva) explicativa, *which* introduz conteúdo complementar e não é imprescindível para que a frase faça sentido. Com a oração explicativa, em [18], pressupõe-se que só existem aqueles métodos de verificação, os que são parte do recrutamento. Por oposição, estando ausente a vírgula, logo numa oração relativa restritiva, *which* introduziria uma realidade distinta: métodos de verificação que são parte do recrutamento, existindo outros.

Em razão disto, em geral, as vírgulas nas orações relativas foram sempre ponderadas e mantidas de acordo com o TP, exceto em orações relativas em que *which* poderia ter como antecedente uma frase (i.e. poderia ser um pró-F):

[23] “[...] hostiles have a natural underlying anxiety about being detected which can alter their perceptions.”

[23] a. “[...] os indivíduos hostis têm uma preocupação natural intrínseca com a possibilidade de serem detetados, o que pode alterar a sua perceção dos acontecimentos.”

Por contraste, o mesmo não pode ser dito das vírgulas em orações substantivas completivas ou integrantes dado que, em português, este sinal de pontuação não deve separar a oração subordinante da subordinada.

A par dos sinais de pontuação acrescentados no caso do ponto e vírgula, foram retirados outros sinais de pontuação cuja presença no TP já poderia ser duvidosa e no TC seria decerto desnecessária e incorreta. Foi esse o caso da vírgula em orações substantivas, como a presente na sequência [24]:

[24] “It is recognised, that for the majority of venues or events the [aforementioned] responsibility [...] will fall upon the security manager.”

Na gramática portuguesa, dir-se-ia que esta frase complexa seria constituída por uma oração subordinante e uma oração subordinada completiva ou integrante. Em função desta relação de constituição (Bloomfield, *op. cit.*), seria incorreto pontuar no TC entre o predador e a oração introduzida pela conjunção *that*.

No que diz respeito ao ponto final, Allardyce (*op. cit.*) sustenta que um ponto final significa que aquela sequência compreende todos os elementos determinantes para a constituição gramatical de uma frase, salvo se a ausência de elementos esteja assinalada.

A frase [25'] é seguida pela sequência [25'']. Nesta última, o verbo está omissa, havendo apenas um SN sem verbo, não reunindo os elementos necessários à constituição de uma frase.

[25'] “Effective searching requires suitably trained staff [...].”

[25''] “[*confidencial*].”

Acresce que a frase [25'] não inclui qualquer elemento correferente, mesmo que não anafórico⁴¹, nem tampouco se recorre a um conector entre [25'] e [25''] com vista a preservar a coerência e coesão do texto.

Neste sentido, surgem duas opções de tradução: [25a], introduzindo um articulador do discurso interfrásico; ou [25b], introduzindo um verbo na segunda frase com ou sem introdução de um articulador do discurso interfrásico.

⁴¹ Estabelecendo uma relação referencial (Peres, 2009, pp. 14-15) em que as expressões que formam a cadeia são referencialmente autónomas (e.g. correferência através de sinonímia).

[25] a. “Para uma busca eficaz é necessário ter funcionários devidamente formados [...], daí a importância do documento [confidencial].”

[25] b. “Para uma busca eficaz é necessário ter funcionários devidamente formados [...]. Considere o documento [confidencial].”

Atendendo ao facto de após *suitably trained staff* no TP existir uma oração relativa cujo pronome relativo tem como antecedente este mesmo sintagma e, cumulativamente, uma terceira frase descrever o conteúdo do referido documento, optou-se por [25b]. Desta maneira, foi possível evitar uma frase única longa e de leitura potencialmente difícil.

Ainda sobre o ponto final, ressaltam-se as numerosas sequências descritivas articuladas com a conjunção copulativa *and*, o que implicava a existência de frases assaz extensas no TP. Uma medida tomada nestes casos foi a de substituir, sem prejuízo para a coerência textual, a dita conjunção por um ponto final, daí resultando, muitas vezes, a necessidade de retomar a frase seguinte com um elemento anafórico, a fim de preservar e compensar a relação tema-rema⁴² do TP.

[26] “Review your privacy settings otherwise some or all of your online social media profiles can be seen [...].”

[26] a. “Reveja as suas definições de privacidade. Caso contrário, parte ou a totalidade do seu perfil das redes sociais pode ser vista [...].”

Não havendo abreviaturas no TP, a colocação ou não de um ponto final após uma não foi objeto de dúvidas. Porém, a respeito de siglas e acrónimos, considerou-se a possibilidade de pontuar entre cada letra, mas, inexistindo convenção para tal, optou-se por seguir os passos do TP, omitindo os pontos.

⁴² Newmark (*op. cit.*, pp. 23-24), por exemplo, observa que esta relação é o processo em que se parte de informação conhecida (tema) para nova informação (rema) trazida por proposição, oposição, continuação, reiteração e conclusão – ou tese, antítese e síntese.

5.3. Modalidade

“Atrás do tempo, tempo vem, é sentença conhecida e de muita aplicação, porém não tão óbvia quanto pode parecer a quem se satisfaça com o significado próximo das palavras, quer soltas, uma por uma, quer juntas e articuladas,[...] não é o mesmo pronunciá-las alguém que, correndo-lhe mal a vida, espere dias melhores, ou atirá-las como ameaça, como prometida vingança que o futuro haverá de cumprir. O caso mais extremo seria o de uma pessoa que, sem fortes e objetivas razões de queixa quanto à sua saúde e bem-estar, suspirasse melancolicamente, Atrás de tempo, tempo vem, só por ser de natureza pessimista [...]”.

Saramago, J. *Evangelho Segundo Jesus Cristo*.
Lisboa: Porto Editora, 2016/2018, p.239

A modalidade é considerada relevante neste relatório por ter aberto um sem-fim de possibilidades de interpretação e tradução. Os enunciados que contêm modalidade “involve the speaker’s comment on the necessity or possibility of the truth of a proposition or the actualization of a situation” (Depraetere & Reed, 2006, p. 269).

Ao nível tradutório, transfundir a modalidade de inglês para português foi um processo subjetivo, pois a modalidade e respetivos *translata* não podem ser vistos através do binómio redutor factual/não factual.

Para a análise do processo de tradução que agora se propõe, são, outrossim, refutadas visões reducionistas que percecionam a modalidade como a linear presença (ou ausência) de verbos modais. Entende-se no presente relatório que a modalidade não só se consubstancia na flexão verbal e na presença de verbos (semi)auxiliares, como também está patente em adjetivos, nomes, advérbios e outros elementos a discutir.

Na literatura portuguesa, é incontornável o trabalho de Oliveira & Mendes (2013). As autoras analisam, entre outras perspetivas, a modalidade do ponto de vista dos seus domínios e do ponto de vista de como é expressa em português. Em particular, a expressão modal através do modo verbal será abordada à luz de Marques (2013). Na literatura em inglês, sublinha-se o trabalho de Huddleston & Pullum (2002), cujas noções de domínio de modalidade vão ao encontro das delineadas por Oliveira & Mendes, ao passo que, quanto às formas de expressão da modalidade, se destaca a obra de Portner (2009) e, no que toca ao modo verbal, de Depraetere & Reed (2006). Desta forma foi possível cruzar literaturas, enriquecendo a análise dos exemplos traduzidos.

5.3.1. Tipificação da modalidade: domínios semânticos e dimensões modais

No que tange à modalidade atendendo ao domínio semântico envolvido, em português, Oliveira & Mendes (*op. cit.*) observam a distinção entre modalidade epistêmica, modalidade interna ao participante, modalidade deôntica, modalidade externa ao participante e modalidade desiderativa ou volitiva. Por sua vez, Huddleston & Pullum (*op. cit.*) identificam três domínios semânticos de modalidade: a epistêmica, a deôntica e a dinâmica.

Importa referir que, apesar de os domínios semânticos de Oliveira & Mendes refletirem o trabalho de van der Auwera & Plungian (1998), havendo uma clara correspondência entre os domínios semânticos de modalidades nas duas obras, a modalidade em Huddleston & Pullum (*op. cit.*) introduz uma visão mais abrangente de modalidade e compatível com as formas de expressão retiradas de Portner (*op. cit.*) a abordar adiante. Huddleston & Pullum (*op. cit.*) tratam, por exemplo, a modalidade não verbal e a combinação de operadores modais. Portanto, embora Oliveira & Mendes apresentem claramente nos mesmos moldes que van der Auwera & Plungian (*op. cit.*) uma modalidade interna e externa ao participante, Huddleston & Pullum (*op. cit.*) trazem maior amplitude à análise, embora não contemplem destacadamente uma modalidade interna e externa. Ademais, estes dois domínios podem ser acolhidos na modalidade dinâmica de Huddleston & Pullum (*op. cit.*).

Aos domínios de modalidade estão associadas dimensões modais. Oliveira & Mendes (*op. cit.*) descrevem como principais dimensões modais os valores de crença, capacidade e necessidade interna, obrigação, permissão e volição. No que tange a Huddleston & Pullum (*op. cit.*), embora apenas mencionem os valores modais em exemplos, os domínios de modalidade que expõem comungam essencialmente dos mesmos valores que Oliveira & Mendes (*op. cit.*) referem, salvo os valores de *futurity* e *propensity*, que Oliveira & Mendes não contemplam. Autores como Palmer (1986, *apud* Oliveira & Mendes, *op. cit.*) relatam a existência de outras dimensões modais, com destaque para a compromissiva, a avaliativa e a evidencial, que aqui não serão consideradas.

Todas estas dimensões são concetualmente organizadas num nexos de possibilidade ou necessidade, como reconhecem Oliveira & Mendes (*op. cit.*, p. 623) e Huddleston & Pullum (*op. cit.*, p. 173). Acrescenta-se que, em ambas as obras, a ideia de força modal é acolhida, de modo que a possibilidade é descrita como modalidade mais fraca e a necessidade definida como modalidade mais forte (Oliveira & Mendes, ex. [32], p. 634; Huddleston & Pullum, p. 175).

Vejamos, resumidamente, de que forma os domínios semânticos de modalidade e as dimensões ou valores modais se conjugam no par de línguas em causa.

Na literatura em português, Oliveira & Mendes (*op. cit.*) entendem que a modalidade epistémica se prende “com graus de certeza ou avaliação de probabilidade acerca do conteúdo proposicional da frase” (*ibidem*, p. 623), variando desde a certeza (e.g. *ter a certeza*) à dúvida (e.g. *duvidar [de] que*), passando por graus de maior ou menor crença na possibilidade (e.g. *é possível que*) ou probabilidade (e.g. *é provável que*) de a proposição ser verdadeira.

Na literatura em inglês, Huddleston & Pullum (*op. cit.*, p. 52) estão claramente de acordo com a definição apresentada por Oliveira & Mendes quando dizem que “epistemic modality qualifies the speaker’s commitment to the truth of the modalised proposition”. Apontam como operador de necessidade epistémica o verbo auxiliar *must* e operadores não verbais como *necessarily*, enquanto indicam *might* como verbo auxiliar modal de fraca possibilidade epistémica. Recorde-se o modal epistémico *may* em [22].

Para Oliveira & Mendes (*op. cit.*), a modalidade interna ao participante contempla os valores modais de capacidade e necessidade interna, associadas ao sujeito da frase. A capacidade interna relaciona-se com a dimensão de possibilidade no sentido em que está implícito que é possível que o agente realize a ação. A capacidade é expressa através de predicadores como *poder*, *saber*, *ser capaz de* e *conseguir*. Em relação à necessidade interna, este valor é introduzido por predicadores como *precisar de* e *necessitar*.

Na literatura em inglês, o valor de capacidade enquadra-se na modalidade dinâmica de Huddleston & Pullum (*op. cit.*), que esclarecem que “the clearest cases of dynamic modality are concerned with properties and dispositions of persons [...]” (p. 178). São exemplo deste valor os operadores como o auxiliar modal *can* e o semi-modal *be able to*. Por outro lado, os autores dissecam o valor de necessidade interna a propósito da necessidade dinâmica, uma necessidade que “arises from some internal need, rather than being imposed by some deontic source” (*ibidem*, p. 185). Aqui os autores dão como exemplo os verbos *must*, *have to* e *need to*.

Já a modalidade deôntica, de acordo com Oliveira & Mendes (*op. cit.*), relaciona-se com os valores de permissão e obrigação. A permissão, que envolve uma possibilidade, é expressa através de verbos como *poder* e *permitir* ou de expressões constituídas por nomes com esse valor, tais como *dar autorização* ou *ter permissão*. Quanto ao valor de obrigação, que envolve uma dimensão de necessidade, é expressa por verbos como *dever*, *ter de*, *obrigar* e por expressões constituídas por nomes com esse valor, tais como *ter a obrigação de*.

Huddleston & Pullum (*op. cit.*), em inglês, partilham desta visão de modalidade deôntica ao afirmarem que “deontic modality typically has to do with such notions as obligation and permission, or – in combination with negation – prohibition [...]” (p. 52). Os autores referem que a possibilidade deôntica se consubstancia em auxiliares modais como *can*, *may* e *should* (cf. uso de *should* em [22]), expressões verbais como *had better* e construções como *to be allowed to*. Sobre a necessidade deôntica, asseveram que a mesma pode ser expressa através de operadores modais tão diversos como *must*, *to be obliged to* e *mandatory*.

Relativamente à modalidade externa ao participante, Oliveira & Mendes (*op. cit.*) distinguem-na da deôntica por entenderem que a possibilidade ou necessidade são determinadas por aspetos não controláveis, e não por obrigação imposta por um participante ou normas sociais. A dimensão de possibilidade prende-se com a viabilidade da asserção para concretizar uma ação e pode ser expressa pelo verbo *poder* (e.g. “Para saber mais, pode consultar o glossário.”), ao passo que a dimensão de necessidade é interpretada ora como uma forte recomendação para concretizar uma ação (e.g. “Para saber mais, deve consultar o glossário.”), ora como a única forma de concretizar uma ação (e.g. “Para saber mais, tem de consultar o glossário.”). Portanto, esta modalidade é expressa através de orações teleológicas, i.e., onde está expresso o objetivo visado. Em frases sem sujeito agentivo, o verbo *permitir* está associado à dimensão de possibilidade (e.g. “Estas condições permitem que [...]”), no sentido de *tornar possível*, da mesma maneira que o verbo *obrigar* se relaciona com a dimensão de necessidade (e.g. “Estas condições obrigam a que [...]”), no sentido de *tornar necessário*.

Huddleston & Pullum (*op. cit.*) não fazem referência direta à modalidade externa, embora mencionem (*ibidem*, p. 211) orações teleológicas a propósito do operador modal *is/are to* sem lhe atribuir um tipo de modalidade. Contudo, pode estimar-se que a modalidade externa cabe na categoria do que é circunstancialmente possível ou necessário quando a necessidade ou possibilidade não emanam de uma fonte deôntica (*ibidem*, pp. 184-185). Os autores aludem aos auxiliares modais *can* e *may* para exprimir esta possibilidade e, bem assim, os verbos modais *have to* e *need to* para exprimir uma necessidade dinâmica circunstancial. Realçam (Huddleston & Pullum, *op. cit.*, p. 208) também que os verbos como *allow*, *permit* e *let* podem expressar mais do que possibilidade deôntica, mencionando esse sentido causativo referido por Oliveira & Mendes (*op. cit.*) quando afirmam que “*Allow* has a much more general meaning than ‘give permission’, the core being something like ‘not prevent, make possible, enable’.” (Huddleston & Pullum, *op. cit.*, p. 1234). Embora não os mencionem explicitamente na modalidade dinâmica, associam causativos como *have* à modalidade dinâmica (*ibidem*, p. 932; p. 937).

Por fim, a modalidade desiderativa diz respeito ao valor de desejo ou expectativa em relação ao que é enunciado, sendo expressa através de verbos plenos como *querer* ou expressões como *quem me dera*, bem como através do modo condicional ou do imperfeito do indicativo.

Em inglês, para Huddleston & Pullum (*op. cit.*), o valor de volição associado, por exemplo, a verbos plenos⁴³ como *to intend* e *to want*, bem como construções como *be willing to*, enquadram-se na modalidade dinâmica. Não nos debruçaremos afincadamente sobre este domínio, pois não terá muitos pontos de contacto com o género textual em apreço.

Abaixo apresenta-se um quadro-síntese deste ponto.

Dimensões modais	Domínio semântico em Oliveira & Mendes	Domínio semântico em Huddleston & Pullum
Possibilidade epistêmica	Modalidade epistêmica	
Necessidade epistêmica		
Necessidade deôntica (obrigação)	Modalidade deôntica	
Possibilidade deôntica (permissão)		
Possibilidade interna (capacidade)	Modalidade interna	Modalidade dinâmica
Necessidade interna		
Volição	Modalidade desiderativa	
Possibilidade externa	Modalidade externa	
Necessidade externa		

Quadro 7. Tipos de modalidade atendendo ao domínio semântico e dimensões modais com base nos trabalhos de Oliveira & Mendes (2013) e Huddleston & Pullum (2002).

⁴³ Em inglês, Huddleston & Pullum (*op. cit.*) utilizam a expressão *lexical verbs* para se referirem a estes verbos.

5.3.2. Tipificação da modalidade: formas de expressão

A modalidade num texto manifesta-se no recurso a operadores modais.

Na literatura em português, Oliveira & Mendes (*op. cit.*, pp. 625-628) argumentam que o valor modal pode ser expresso com recurso a operadores com realização lexical ou morfológica, resultar de propriedades semânticas das frases e predicados ou da interpretação com base no conhecimento do mundo, ou mesmo estar presente na verificação cumulativa destas características.

No presente relatório concentrar-nos-emos apenas nos operadores com realização lexical ou morfológica.

Do ponto de vista morfológico, a modalidade pode consubstanciar-se na presença de sufixos derivacionais (e.g. *-vel* associado à dimensão modal de possibilidade) ou de verbos cujo tempo e modo estão associados a determinados valores modais. No que respeita ao recurso a meios morfológicos de expressão da modalidade, neste relatório, trataremos somente a modalidade atendendo à flexão verbal por constituir uma parte considerável do TP.

Do ponto de vista lexical, a modalidade é veiculada através de verbos semiauxiliares modais (e.g. *poder, dever, ter de e haver de*) e verbos plenos (e.g. *saber, crer, permitir, obrigar, precisar de e ser capaz de*), assim como por meio de advérbios e locuções adverbiais (e.g. *possivelmente, necessariamente, provavelmente*), adjetivos (e.g. *possível, provável, eventual, necessário e obrigatório*) e nomes (e.g. *possibilidade, probabilidade, necessidade*). Aqui iremos concentrar-nos nos operadores modais verbais (i.e. semiauxiliares modais e verbos plenos) presentes no texto e respetivas traduções, mas far-se-á igualmente menção aos operadores modais não verbais e à combinação destes com os operadores modais verbais.

A seguir encontra-se um quadro-síntese das formas de expressão de modalidade em português que serão abordados neste relatório, com base em Oliveira & Mendes (*op. cit.*)

Operador modal	com realização lexical	Verbos semiauxiliares modais
		Verbos plenos
		Advérbios e locuções adverbiais
		Adjetivos
		Nomes
	com realização morfológica	Tempos e modos verbais

Quadro 8. Formas de expressão da modalidade (Oliveira & Mendes, 2013).

Na literatura em inglês, Portner (*op. cit.*) releva essencialmente os mesmos operadores modais, classificando-os não em função da sua realização morfológica ou lexical, mas antes em função do nível de aplicação na frase. Este autor distingue três níveis de modalidade: a modalidade frásica, a subfrásica e a discursiva. Aqui iremos apenas concentrar-nos na modalidade frásica e subfrásica, tendo sido selecionados vários operadores mencionados por Portner (*op. cit.*), a analisar mais à frente (*vide* quadro 9).

A modalidade frásica concerne à expressão da modalidade através de auxiliares modais (e.g. *must*; *can*; *may*), verbos modais (e.g. *need to*, *ought to*), advérbios modais, orações condicionais e à modalidade encoberta. Destes valerá definir que por *modalidade encoberta* o autor entende, entre outros, o recurso a orações infinitivas que expressam valores modais como em “Tim knows how to solve the problem”, que implica a possibilidade de que “Tim knows how he can solve the problem” (Bhatt, 1999 *apud* Portner, *op. cit.*, p. 5).

Portner (*op. cit.*) enumera outros modais frásicos que não analisaremos aqui, nomeadamente, os predicados genéricos, habituais e baseados em características estáveis. Refere o tempo e aspeto verbal, a cobrir em breves observações ao abordar o modo em inglês, mas sem especial atenção visto que o TP não apresentou uma particular diversidade. Não houve, por exemplo, ocorrências que exprimissem um passado hipotético (e.g. através de *if-clauses*), ou ações em progresso ou aspetualmente perfeitas. O discurso refere-se principalmente a um presente não progressivo e eventos futuros. Ainda sobre a modalidade frásica, Portner levanta a hipótese de se considerar o adjetivo modal *possible* como modal frásico em estruturas como *It is possible that* (p. 6), porém aqui entendeu-se considerar os adjetivos modais como modais subfrásicos.

A modalidade subfrásica envolve a expressão de modalidade através de constituintes lexicais como nomes, adjetivos e atitudes proposicionais, ou por meio de constituintes morfológicos, nomeadamente, o modo verbal. Portner (*op. cit.*) inclui outros operadores modais subfrásicos que não trataremos aqui, designa-

damente os operadores modais dependentes e as partículas associadas à negação (e.g. *any, ever*).

Uma vez que Oliveira & Mendes (*op. cit.*) referem a expressão modal através de atitudes proposicionais, conceito que poderá não ser de conhecimento tão generalizado, valerá explicar o que se entende pelo mesmo. As atitudes proposicionais refletem o estado psicológico do detentor da crença, esperança, certeza, intenção ou outros. Em inglês, verbos como *believe, fear* e *desire* ou, em português, verbos como *acreditar, temer* e *desejar* expressam atitudes proposicionais distintas, sendo normalmente acompanhadas por uma oração subordinada completiva – a proposição em relação à qual se expressa a atitude codificada pelo verbo de complementação frásica.

Na literatura destaca-se o estudo das atitudes proposicionais de valor epistémico, que se relacionam com o conceito de *epistemic hedges* na literatura em inglês (Hoye, 1997; Krug, 2000; Huddleston & Pullum, *op. cit.*). Atendendo à presença de atitudes proposicionais de valor epistémico no TP, concentrar-nos-emos nesse subtópico.

Na literatura em português, Marques (2016) escreve que as atitudes proposicionais podem ser expressas através de advérbios e adjetivos e se relacionam com expressões introdutórias de uma afirmação (e.g. *na minha opinião; segundo o jornal*). As atitudes proposicionais estão intrinsecamente relacionadas com a modalidade, podendo ser expressas por predicados de complementação frásica (e.g. *acredita-se que...*) e por operadores modais não verbais (e.g. *eventualmente; eventual*) com o intuito de evidenciar, por exemplo, o carácter provisório da proposição ou o grau de (in)certeza do enunciador quanto ao que asserere. Para Portner (*op. cit.*), a pertença de um adjetivo como expressando uma atitude proposicional dependerá da menção de um detentor da atitude, de maneira que na formulação *John is certain that* é considerada uma atitude proposicional, mas em *it is certain that* a expressão adjetival é vista apenas como um adjetivo modal.

Modalidade frásica	Modalidade subfrásica
Auxiliares modais (operadores sem preposição);	Nomes modais
Verbos modais (operadores com preposição);	Adjetivos modais
Advérbios modais	Expressões de atitude proposicional
Orações condicionais	Modo verbal
Modalidade encoberta	

Quadro 9. Níveis de aplicação do operador modal e formas de expressão modal (Portner, 2009).

5.3.3. O modo e a modalidade: um olhar comparado entre a LP e a LC

Tal como vários outros autores, Huddleston (1984; Huddleston & Pullum, *op. cit.*) propõe uma associação entre o conceito de modo e de modalidade em inglês, salientando que a modalidade não se limita ao que chama *modo analítico*.

Para Huddleston (*op. cit.*), em inglês existem quatro modos verbais: o indicativo, o conjuntivo, o imperativo e o analítico. Em Huddleston & Pullum (*op. cit.*) a designação *modo analítico* é referida *en passant*, além de que a temática do modo não recebe muita atenção. Como observa, por exemplo, Davidsen-Nielsen (1990, p. 171), em inglês, o indicativo tem expressão morfológica com e sem desinências, ao passo que o conjuntivo e o imperativo têm sempre expressão morfológica nula (i.e. infinitivo + Ø). Davidsen-Nielsen (*op. cit.*) frisa que apenas o modo analítico de Huddleston (*op. cit.*) será concebível enquanto modalidade lexicalmente realizada, contando para isso com os verbos auxiliares modais *may*, *must*, *can* e *shall*⁴⁴.

Em português, Oliveira & Mendes (*op. cit.*) também parecem estar de acordo com Huddleston (*op. cit.*) e Davidsen-Nielsen (*op. cit.*) quanto à pertença do modo verbal ao guarda-chuva teórico de modalidade quando dizem que “o modo consiste na expressão de valores modais através de morfemas verbais dedicados a essa função” (p. 625). Por outro lado, ao afirmarem isto, as autoras excluem a existência de um modo analítico em português dado que um verbo semiauxiliar modal não corresponde a um morfema. Em todo o caso, note-se que, como Oliveira & Mendes (*op. cit.*) referem para o português, também Huddleston (*op. cit.*) e Davidsen-Nielsen (*op. cit.*) referem que em inglês a modalidade pode ser expressa por meios morfológicos.

Todavia, mesmo na literatura inglesa, poucos parecem ser os autores apologistas do modo analítico. Em Huddleston & Pullum (*op. cit.*) os modos conjuntivo e imperativo também não são um enfoque e nem sempre são perspectivados através da modalidade. Estes autores desconsideram o imperativo em inglês enquanto modo ao afirmarem que “there are no imperative verb-forms in English, and hence [we] consider the concept of imperative as it applies to clause” (p. 29) – reduzem-no, portanto, a um tipo de frase, à semelhança da afirmação, negação e interrogação porque, na prática, se trata de um *bare infinitive*. Isto mau grado o facto de maior parte da literatura considerar o imperativo em inglês um modo.

⁴⁴ Huddleston (*op. cit.*) desconsidera as formas *might*, *could* e *should* por acreditar que, sendo formas passadas dos verbos *may*, *can* e *shall*, respetivamente, não são por si só auxiliares modais. À perspectiva de Huddleston pode apontar-se que ficam excluídos do modo analítico os verbos catenativos *need*, *have*, *dare*, *be*, *be able* e operadores modais não verbais, o que depois é reformulado em Huddleston & Pullum (*op. cit.*).

Por tudo isto, excluiremos o modo analítico deste ponto, embora em 5.3.4 seja retomada a discussão sobre os auxiliares modais a propósito da modalidade com realização lexical. Havendo consenso na literatura quanto à consideração do imperativo como modo em inglês, incluir-se-á o imperativo nesta discussão.

Assim, doravante, para a discussão do modo verbal no quadro da modalidade, tenha-se em mente os trabalhos de Depraetere & Reed (*op. cit.*), quanto à LP, e de Marques (2013), quanto à LC.

Em inglês, Depraetere & Reed (*op. cit.*) consideram, então, como modo não só o conjuntivo e o indicativo, mas também o imperativo, citando Jespersen (1958, p. 632 *apud* Depraetere & Reed, *op. cit.*), categorizando-os, respetivamente, como “thought-mood”, “fact-mood” e “will-mood”.

Em português, o trabalho de Marques (2013) tem em conta os mesmos três modos de Depraetere & Reed (*op. cit.*) como os modos centrais em português, acrescentando que o modo condicional, o tempo futuro do indicativo e o modo infinitivo podem igualmente expressar valores modais (além de valores de ordem temporal). Será dada preferência de análise ao conjuntivo, indicativo e imperativo em razão do exposto anteriormente, excetuando casos pertinentes atinentes ao condicional, futuro do indicativo e infinitivo na LC.

Em suma, nos dois próximos pontos averigua-se de que forma a modalidade expressa no modo imperativo, conjuntivo e indicativo tiveram implicações na tradução proposta para o manual.

5.3.3.1. O modo imperativo

Simplificadamente, o imperativo assinala a volição do proponente em relação à criação de um novo estado-de-coisas a que espera que o interlocutor aquiesça. Como salienta Marques (2013, p. 674), em português, o imperativo está, por isso, associado à noção de ordem, desejo e sugestão, o que corresponde à descrição do mesmo modo verbal na língua inglesa feita por Depraetere & Reed (*op. cit.*, p. 270). Tendo em conta que a função primária do TP é a transmissão de procedimentos de segurança, seria expectável a omnipresença do imperativo. De facto, depois de uma descrição sobre uma matéria entendida como determinante para a manutenção da segurança num dado local, foi comum a enunciação de instruções introduzidas por um verbo no imperativo.

A tradução deste modo *per se* não foi problemática, havendo correspondência formal entre o imperativo em frases afirmativas na LP e na LC. É, porém, relevante comparar este modo em português e inglês porque, como releva Marques (2013), em português a volição pode ser expressa através de outros mo-

dos – e, acrescenta-se, por outras formas de modalidade (e.g. estrutura com um adjetivo modal como *é preferível que*).

Em primeiro lugar, tenha-se em conta que o modo imperativo em português ocorre apenas em frases afirmativas (e.g. *corre*), sendo que, nas frases negativas correspondentes, é utilizado o modo conjuntivo (e.g. *não corras*).

Em segundo lugar, observe-se que o modo imperativo em português é deficitário, tendo apenas formas de 2.^a pessoa, do singular e do plural, não sendo utilizado em situações de distância formal entre dois participantes (i.e. com recurso à 3.^a pessoa do singular) ou de proximidade entre mais do que dois participantes (i.e. com recurso à 3.^a pessoa do plural). No que diz respeito à tradução deste manual, nestes casos optar-se-ia mormente pelo recurso ao conjuntivo no português, apesar de o original contemplar o modo imperativo.

[27] “Record your responses.”

[27] a. “Registe as suas respostas de emergência.”

Note-se que, face à existência de uma única forma de imperativo em inglês, seria aceitável a tradução em português com a terceira pessoa do plural do modo conjuntivo:

[27] b. “Registem as vossas respostas de emergência.”⁴⁵

Ainda que não seja possível distinguir a existência de um ou mais interlocutores, o manual pretende ser de leitura individual, daí que se tenha optado por propostas com a terceira pessoa do singular.

Em terceiro lugar, repare-se que o modo imperativo em português não é a única forma de expressar um ato de fala diretivo (i.e., *grosso modo*, de indicar ao interlocutor uma ação para este realizar), podendo usar-se antes, entre outros meios, o modo infinitivo, tanto em frases afirmativas, quanto negativas. Veja-se o seguinte exemplo:

[28] “What are you trying to achieve? [...] Deter them [...]”

⁴⁵ O uso do determinante possessivo *vossas* pode, para os puristas da língua, aqui ser gramaticalmente contestável uma vez que o sujeito é a terceira pessoa, embora no português europeu seja esta a combinação mais frequente.

[28] a. “O que se pretende alcançar? [...] Dissuadir o indivíduo hostil [...]”

O recurso ao infinitivo com o valor de ordem ou sugestão ocorreu quando no TC imediatamente antes não existe uma referência ao interlocutor, com formas de segunda pessoa, mas antes uma estrutura impessoal. Note-se que a tradução de *them* se prende com o já recorrido no ponto 5.1.3. sobre o *singular they*.

Apenas se coloca em causa a utilização do infinitivo com este valor na LC caso se pretenda obter um *translatum* impessoal, recorrendo a estruturas impessoais amiúde utilizadas no registo formal na LC⁴⁶.

Ainda que o recurso ao infinitivo neste contexto tenha sido uma possibilidade, atendendo às instruções que iam ao encontro da manutenção da forma, a dita tradução homóloga de Holmes (*op. cit.*)⁴⁷, a tendência foi a de dar preferência à estrutura original nestes casos e, como tal, foi preservado o imperativo na LC, sobretudo quando o colega que traduzira páginas anteriores optara pelo conjuntivo naquele dado contexto textual.

5.3.3.2. O modo conjuntivo e o modo indicativo

No que diz respeito ao modo conjuntivo, em inglês, Depraetere & Reed (*op. cit.*) referem um *past subjunctive*⁴⁸ e um *present subjunctive*. Apenas o *present subjunctive* teve lugar no TP e ocorreu sempre associado a uma expressão fixa, a saber, de coordenação por disjunção⁴⁹. Observemos uma das ocorrências deste modo em inglês e a respetiva proposta de tradução:

⁴⁶ Estruturas que contextualmente poderão ter um carácter exortativo como *deve-se + infinitivo*. Sendo discutível a ênclise depois do verbo auxiliar, considere-se em alternativa a ênclise depois do verbo principal. Uma outra estrutura mais formal possivelmente substituta do modo imperativo ou do modo infinitivo com este valor é a enunciação na voz passiva como *deve ser + participio passado*. Todavia, em Psicologia, discute-se que a paráfrase linguística que assenta na passagem da voz ativa para voz passiva tem repercussões nos tempos de reação e, por conseguinte, de interpretação (Slobin, 1966). O nosso *Sentence Analysing Machinery* opera na expectativa de encontrar a estrutura SVO (Frazier & J.D. Fodor, 1978; Cairns, 1984, Gleitman et al., 1981/2014).

⁴⁷ Cf. *Tradução próxima* em Newmark (*op. cit.*, *passim*).

⁴⁸ Exclusivamente realizado lexicalmente pelo verbo *to be* na forma passada *were*, como em: “Jimmie wishes/wished/will wish his girlfriend were with him.”. Não ocorreu no TP, por isso, não será considerado doravante.

⁴⁹ Depraetere & Reed (*op. cit.*) referem, além das expressões fixas, outras instâncias em que o *present subjunctive* surge, nenhuma delas presente no TP: em posição de *embedding* (Chomsky, 1968/2006) associado ao valor modal de volição (cf. “The board desires/ordered/will re-

[29] “Be it controlling pedestrian access to certain areas or vehicles into a site, the principles are the same.”

[29] a. “Quer se trate do controlo do acesso de peões a certos espaços, quer [-] da entrada de veículos num recinto, os princípios são os mesmos.”

Aqui constatamos que a construção *be...or* na sequência em inglês teve um correspondente formal em português: *quer...quer*, que obriga a que os verbos das orações coordenadas se encontrem no conjuntivo. O uso do verbo *to be* no *present subjunctive* em estruturas disjuntivas foi a única situação em que o uso do modo conjuntivo da LP correspondeu ao uso do modo conjuntivo na LC.

Efetivamente, em português, à semelhança de outras línguas românicas, o conjuntivo tem um uso mais amplo e frequente do que em inglês. O conjuntivo em português não só compreende mais tempos verbais, como está associado a diversos valores modais, incluindo valores de modalidade epistémica fraca e outros não comparáveis aos apontados por Depraetere & Reed (*op. cit*) em relação ao conjuntivo em inglês. Remete-se aqui para Marques (2013, pp. 676-685), que servirá de ponto de partida para a análise de algumas propostas de tradução onde se recorreu ao modo conjuntivo sem que esse modo estivesse presente no TP.

Neste sentido, vejamos uma proposta de tradução com recurso ao modo conjuntivo mesmo quando o original contempla um sintagma preposicional desprovido de verbo:

[30] “Consider duplicating critical systems or assets in other buildings at a sufficient distance [...].”

[30] a. “Pondere a duplicação de sistemas ou recursos indispensáveis noutros edifícios que estejam suficientemente distantes [...].”

[30] b. “Pondere a duplicação de sistemas ou recursos indispensáveis noutros edifícios que estiverem suficientemente distantes [...].”

quest that changes be [...] made to the plans” de Depraetere & Reed, *op. cit.*, p. 271) ou em construções condicionais como “You can refer to this at a later date, if need be.” (*ibidem*).

Embora fosse possível traduzir sem a oração relativa, aqui justificou-se a introdução de uma oração relativa restritiva porque o SN relativizado (i.e. *outros edifícios*) refere entidades que podem existir ou não e se pretendia evidenciar esse facto. O recurso ao modo indicativo nesta oração subordinada implicaria a certeza de que esses outros edifícios existem, o que não se coaduna com a situação hipotética em apreço. Pelo contrário, o conjuntivo seria mais compatível com o contexto, pelo que, com o presente do conjuntivo (cf. [30a]), assume-se que aqueles edifícios poderão não existir, enquanto com o futuro do conjuntivo “é mais natural que o falante assuma que as entidades em questão existem” (Marques, *op. cit.*, pp. 684-685).

Contudo, as orações relativas restritivas admitem realmente o uso do modo indicativo e foi precisamente na escolha entre o indicativo e o conjuntivo nestas estruturas que houve maior debate com a supervisão.

Analisemos a seguinte sequência:

[31] “Where a contractor is in post [...], then additional [...] measures must be considered [...].”

Aqui podemos traduzir conferindo um maior grau de crença acerca da possibilidade de haver uma tal contratação, recorrendo ao modo indicativo (associado a uma modalidade epistémica forte), ou apenas considerar a menor probabilidade de isso acontecer, recorrendo ao conjuntivo (associado aqui a uma modalidade epistémica fraca).

Quanto ao modo indicativo, poder-se-ia propor a seguinte tradução:

[31] a. “Sempre que é contratado um prestador de serviços [...], devem ser consideradas medidas adicionais [...].”

Relativamente ao modo conjuntivo, existiriam duas propostas. A primeira incluindo o presente do conjuntivo e a segunda incluindo o futuro do conjuntivo:

[31] b. “Sempre que seja contratado um prestador de serviços [...], devem ser consideradas medidas adicionais [...].”

[31] c. “Sempre que for contratado um prestador de serviços [...], devem ser consideradas medidas adicionais [...].”

Pese embora a aceitabilidade das hipóteses [31a] e [31c], nestes casos, a supervisão preferiu que se optasse pelo presente do conjuntivo.

Vejamos agora uma sequência em que o TP apresenta um *present simple* no indicativo seguido de verbo no infinitivo, o que contrasta com o presente do indicativo seguido de presente do conjuntivo no TC:

[32] “The individual is then asked to answer [...].”

[32] a. “Pede-se, em seguida, ao indivíduo que responda [...].”

Em orações completivas finitas de predicados não epistémicos, o uso do conjuntivo em português é obrigatório. É o que se verifica, entre outros, com os predicados associados a valores de obrigação ou permissão (e.g. *pedir*, *recomendar*) e também para predicados que expressam uma condição suficiente (cf. [33a]) ou necessária (cf. [34a]):

[33] “[...] the constant use of code words [...] are soon recognised [...].”

[33] a. “[...] o uso constante dessa linguagem [...] faz com que, em pouco tempo, seja reconhecida [...].”

[34] “The member(s) of staff nominated to carry out the search do not need to have expertise [...].”

[34] a. “Não é necessário que o(s) funcionário(s) designado(s) para efetuar as buscas seja(m) especialista(s) [...].”

Antes de prosseguir a análise sobre o modo, salienta-se que a tradução de *code words* como *essa linguagem* em [33a]. se prende com o descrito no ponto 5.1.2. sobre a adição de anáforas. A expressão *linguagem de código* acabava de ser utilizada e procurou-se evitar uma repetição tão proximamente.

Retomando as observações sobre o modo, recorde-se que [32a] – [34a] são propostas que contêm orações completivas finitas, daí a necessidade de conjugar os verbos no conjuntivo. Seria, contudo, gramaticalmente aceitável ter recorrido ao infinitivo se removido o sujeito (subentendido ou não) da oração subordinada. Confronte-se [32a] com [32b], a título de ilustração:

[32] b. “Pede-se, em seguida, para responder [...]”

Entre algumas outras ocorrências em que se recorreu ao modo conjuntivo no TC estão frases introduzidas por *caso* ou *sempre que* e operadores modais não verbais, seja associados à modalidade epistémica, seja associados à modalidade deôntica.

[35] “Ensure that doors can be closed quickly, if required.”

[35] a. “Certifique-se [de] que as portas podem ser fechadas rapidamente, caso seja necessário.”

Porém, esta nem sempre foi a opção escolhida para a tradução de sintagmas não verbais como *where necessary* ou *if possible* uma vez que, em português, também as construções *sempre que necessário* ou *se possível* são aceitáveis.

Conta-se ainda o uso do presente e pretérito perfeito composto do conjuntivo em predicados epistémicos de fraco valor de crença (e.g. *it is possible that...*) visto que, em português, a oração completiva é entendida como podendo ser falsa, daí necessariamente no conjuntivo.

No que se refere ao modo indicativo, em concordância com o que neste ponto já se discorreu, a distribuição deste modo em inglês, apresentado como o “modo dos factos”, não coincide com a do português – como, de resto, se constata com a sequência [31] e [31b].

Em poucas palavras, em português, o indicativo também pode ser usado na referência a factos ou ao que se assume como tal, seja no presente, seja em formas do pretérito ou do futuro. Contudo, em inglês, o indicativo – além de poder ocorrer em enunciados que expressam menor crença (cf. [31] e [31b]) – pode, de uma forma mais genérica do que se verifica em português, estar associado à expressão de atitudes aspiracionais e de proposições condicionais – logo, fora do domínio da factualidade. Depraetere & Reed (*op. cit.*) mencionam o caso das formas do *Past Simple* e do *Past Perfect* em estruturas que representam situações não-factuais⁵⁰ ou contrafactuais⁵¹.

⁵⁰ Depraetere & Reed (*op. cit.*) exemplificam com a frase: “It would be great if it rained tonight.”.

⁵¹ Depraetere & Reed (*op. cit.*) exemplificam com as frases: “If only Meg was/had been coming with us.”; e “I wish/wished he had told me about it.”.

Atendendo ao padrão textual, não seria de esperar encontrar *if-clauses* com formas passadas num manual de instruções, pois fará antes mais sentido projetar hipóteses prováveis no futuro. Ainda que Depraetere & Reed (*op. cit.*) não as refiram, as *if-clauses* e afins que expressam uma possibilidade no futuro recorrendo ao *present simple* foram bastante frequentes no TP. Disto é exemplo a sequência [36], a cotejar com as respetivas propostas de tradução, onde, prova dessa disparidade na distribuição dos modos entre LP e LC, se utilizou o conjuntivo:

[36] “Establish procedures for further evacuation in case the incident expands.”

[36] a. “Defina os procedimentos para uma evacuação mais alargada, caso as dimensões do incidente umentem.”

[36] b. “Defina os procedimentos para uma evacuação mais alargada se o incidente umentar de dimensões.”

Em termos genéricos, pode afirmar-se que o modo indicativo tende a expressar mais claramente certeza ou, melhor dizendo, ocasiões em que se afirma a veracidade de uma proposição. Marques (2013, p. 675) observa que existem duas condições para a seleção do indicativo em português: (i) “a aceitação de que a oração é verdadeira” (*ibidem*); e (ii) a atitude proposicional expressa deve ser de crença ou conhecimento.

Ora, em [36a] e [36b], quer a oração introduzida por *caso*, quer a que é introduzida por *se* não preenchem a condição (i). Assim, embora em inglês seja o indicativo o modo usado na oração condicional, na tradução para português terá de se usar o conjuntivo (seja o presente do conjuntivo, em [36a], seja o futuro do conjuntivo, em [36b]).

Ainda sobre o indicativo, em português, o pretérito imperfeito pode estar associado a valores não temporais, nomeadamente, à volição (e.g. “Este manual pretendia informar sobre [...]). O recurso ao pretérito imperfeito associado à modalidade desiderativa foi parco no TC, mantendo-se o presente do indicativo como escolha por excelência para a tradução do *present simple* veiculando a modalidade dinâmica (e.g. “This guide intends to inform readers about [...]).

O futuro perfeito e imperfeito do indicativo podem ter um valor modal epistémico em português, havendo alguma correspondência formal com o inglês: o futuro *will* tem, nas palavras de Huddleston & Pullum (*op. cit.*), um “central-

epistemic use”. Repare-se na seguinte sequência e respetiva proposta de tradução:

[37] “The Board of Directors [...] will have identified the Security Manager or designated an individual as responsible for making decisions in an emergency;”

[37] a. “O Conselho de Administração [...] terá identificado o Gestor da Segurança ou designado a pessoa responsável para a tomada de decisões em situações de emergência.”

Aqui o valor modal de *will* não parece coadunar-se com o sentido de *futurity* que Huddleston & Pullum (*op. cit.*) também assinalam porque transmite uma dimensão de incerteza. Acreditando-se tratar-se de uma atitude de crença face à proposição, com a qual não há um compromisso de que descreve a realidade, em português, poder-se-ia utilizar o futuro, como em [37a], mas não o presente do indicativo. Não obstante, a proposta final passou por um verbo semi-auxiliar modal flexionado no futuro, transmitindo igualmente uma modalidade fraca:

[37] b. “O Conselho de Administração [...] deverá ter identificado o Gestor da Segurança ou designado a pessoa responsável para a tomada de decisões em situações de emergência.”

É de salientar que as construções com *will* poderiam ter um valor temporal, e não modal, ainda que transmitissem um certo grau de incerteza. Nestes casos, a tradução com recurso ao presente do indicativo, com o valor de projeção no futuro, é possível sem que haja uma alteração significativa na interpretação. Vejamos a próxima sequência e as propostas de tradução, ora no futuro do indicativo (cf. [38a]), ora no presente do indicativo (cf. [38b]):

[38] “These approaches will normally allow the minimum numbers of people to be evacuated [...]”

[38] a. “Ambas as abordagens permitirão, por norma, a evacuação de um número mínimo de pessoas [...]”

[38] b. “Ambas as abordagens permitem, por norma, a evacuação de um número mínimo de pessoas [...].”

Daqui se conclui que a substituição do futuro do indicativo pelo presente do indicativo para enunciados em que *will* veicula o valor de *futurity* não tem repercussões negativas no significado das propostas no TC – embora haja uma incerteza decorrente do facto de a situação ainda não ter ocorrido, não se podendo estabelecer uma certeza quanto a um facto por verificar. Em todo o caso, para [38], a proposta final incluiria um futuro perifrástico com valor temporal:

[38] c. “Ambas as abordagens irão, por norma, permitir a evacuação de um número mínimo de pessoas [...].”⁵²

Por fim, destacam-se outras instâncias em que o modo indicativo no TP foi traduzido pelo modo indicativo no TC quando transmitindo um valor de modalidade epistémica positiva, i.e., crença segura na veracidade da proposição. Foi, como se observa na sequência adiante, o caso da tradução de predicados associados à expressão do conhecimento, exprimindo uma atitude proposicional:

[39] “We know personnel require a regular reminder of principles [...].”

[39] a. “Sabemos que é necessário relembrar com regularidade os princípios aos funcionários [...].”

Aqui encontram-se a sublinhado duplo os predicados que expressam a certeza do conhecimento exposto e, a sublinhado simples, o predicado introdutor da oração completiva no presente do indicativo.

⁵² Nas traduções [38a – c], a tradução de *these* por *ambas* prende-se com as alterações nas cadeias anafóricas discutidas no ponto 5.1.3., particularmente com o caso (iv), quando a intenção foi a de explicitar o antecedente. Havendo apenas duas abordagens mencionadas antes da sequência [38], fez sentido o emprego do quantificador *ambas*.

5.3.4. Tradução da modalidade com realização lexical: operadores verbais

Ainda que se possa esperar um menor número de ocorrências de expressões verbais associadas à modalidade em texto técnico-científico, estas tiveram no TP uma posição basilar, exprimindo não só a modalidade deôntica associada à facultação de instruções (e.g. “You should [...]”; “It is fundamental that [...]”), como também a modalidade epistêmica (e.g. “This could lead to [...]”) e, bem assim, a modalidade interna/externa (Oliveira & Mendes, *op. cit.*) ou dinâmica (Huddleston & Pullum, *op. cit.*).

Neste ponto, iremos considerar na literatura em inglês o trabalho de Portner (*op. cit.*) e na literatura em português o trabalho de Oliveira & Mendes (*op. cit.*) no tocante à realização lexical da modalidade. Na literatura em inglês, é de notar também o trabalho de Depraetere & Reed (*op. cit.*), que recuperam de autores como Palmer (1986) as propriedades NICE⁵³ para classificação dos tipos de operadores verbais modais, exclusivamente aplicável à LP. Estas propriedades fundamentam a distinção entre duas classes de operadores modais verbais em inglês, a dos verbos auxiliares modais e a dos verbos modais.

Assim, trataremos aqui da modalidade frásica de Portner (*op. cit.*) no respeitante aos auxiliares modais e aos verbos modais em inglês e, em português, teremos em conta a modalidade realizada lexicalmente através de verbos semiauxiliares modais e verbos plenos tendo como referência Oliveira & Mendes (*op. cit.*).

Posto isto, valerá quantificar a presença destes dois tipos de modalidade frásica no TP, exemplificando-se posteriormente a tradução destes para o português e estabelecendo-se uma ligação com os domínios de modalidade abordados em 5.3.1.

Segue-se uma tabela ilustrativa do levantamento feito às ocorrências da modalidade frásica expressa através de verbos no TP.

⁵³ Acrónimo para “Negation, Inversion, Code, Emphasis”: auxiliares modais são aqueles em que a negação é feita apenas com a partícula *not*, sem o auxiliar *do*; a interrogação é feita através da inversão sujeito-verbo, sem o auxiliar *do*; codificam um sintagma quando seguidos de anáfora nula (e.g. “Can you do this? Yes, I can [-].”), sem o auxiliar *do*; e enfatizam uma afirmação (e.g. “She will not help, but I might.”), sem o auxiliar *do*. Além disso, não variam em pessoa ou número e só têm a forma *bare infinitive*.

Verbos auxiliares modais		Verbos modais
Can (111)	Will (122)	To need to (25)
-- Cannot (7)	-- Would (13)	To be to (2)
-- Could (24)	Must (34)	To have to (2)
Shall (0)	May (134)	To be able to (8)
-- Should (158)	-- Might (8)	To be unable to (2)

Quadro 10. Distribuição da modalidade frásica no TP: verbos auxiliares modais e verbos modais.

A respeito da tradução destes operadores modais verbais para o português, não se poderá afirmar que levou ao empenho de grandes esforços. No entanto, será de interesse associar os verbos com expressão modal aos domínios semânticos de modalidade e, de igual modo, verificar diferenças entre o TP e o TC quanto à expressão da modalidade.

Começamos pelo auxiliar modal *can*, cuja presença no TP esteve predominantemente relacionada com a possibilidade epistémica. Na sua maioria, estas ocorrências foram traduzidas para português traduzindo-se esse auxiliar modal como o semiauxiliar modal *poder* no presente do indicativo. Abaixo apresenta-se uma sequência ilustrativa da expressão da possibilidade epistémica através de um operador modal verbal quer no TP, quer no TC:

[40] “A disorganised emergency response can result in confusion [...].”

[40] a. “Uma resposta de emergência desorganizada pode gerar confusão [...].”

É de assinalar igualmente os casos em que o auxiliar modal *can* estava associado à modalidade dinâmica com o valor de capacidade, sendo em função disso traduzido, além de através do semiauxiliar modal *poder*, como um verbo pleno (cf. [41a]) ou locução verbal (cf. [41b]) associados à modalidade interna:

[41] “Can you prevent other people entering?”

[41] a. “Consegue impedir outras pessoas de entrar?”

[41] b. “É capaz de impedir outras pessoas de entrar?”

A modalidade dinâmica com valor de capacidade foi também expressa por meio de expressões modais como *be (un)able to*, cujas propostas de tradução passaram pelo recurso aos operadores destacados para [41], mas também outros não verbais a adiantar no ponto 5.3.5. (cf. [56b]).

Quanto ao auxiliar modal *could*, o seu emprego no TP prendeu-se com uma modalidade epistêmica fraca ou modalidade dinâmica, associadas a um tempo presente e a um tempo futuro.

Quando exprimia a dimensão de possibilidade epistêmica relacionada com potenciais consequências no presente, a proposta mais comum foi a que envolvia a tradução do operador modal verbal como *poder* no presente do indicativo, tal como se verifica na próxima sequência:

[42] “Failure to comply with these regulations could result in a possible civil penalty [...].”

[42] a. “O não cumprimento destes regulamentos pode resultar numa pena civil [...].”

Em [42a] o adjetivo modal foi suprimido, o que se prende com um assunto a discutir a propósito da harmonia modal no ponto 5.3.5. Relativamente ao tempo verbal do semiauxiliar deste *translatum*, o verbo auxiliar modal em inglês poderia ter sido traduzido com o verbo *poder* no futuro do indicativo, porém, reservou-se a conjugação do verbo *poder* nesse tempo para as ocorrências em que o TP apresentava uma possibilidade no futuro e/ou incluía um auxiliar modal com possibilidade epistêmica mais remota, a saber, o verbo *might*. No entanto, note-se que, atendendo ao que se explicou no ponto 5.3.3.2. sobre o modo indicativo em português, seria aceitável a tradução do verbo principal no futuro do indicativo, sem verbo semiauxiliar, porque esse tempo verbal assiste *per se* à criação de uma incerteza. Comparemos [42a] com [42b]:

[42] b. “O não cumprimento destes regulamentos resultará numa pena civil [...].”

Em contrapartida, quando *could* exprimia uma possibilidade epistêmica em que se admite uma hipótese no futuro, no TC optou-se por soluções em que o semiauxiliar *poder* foi traduzido não só no futuro do indicativo (cf. [43a]), como também no presente do condicional (cf. [43b]):

[43] “Identify areas where you could take cover;”

[43] a. “Identifique as zonas onde poderá proteger-se;”

[43] b. “Identifique as zonas onde poderia proteger-se;”

Conquanto não se tenha recorrido anteriormente sobre o modo condicional, à guisa de sumário, esclarece-se que um dos seus valores modais – logo, não temporais – surge em orações apresentadas como verdadeiras numa situação hipotética (Marques, 2013, p. 687). Em contraste, o emprego do futuro do indicativo na proposta de tradução de [43] pode, em razão da veiculação da incerteza, querer dizer que as zonas a identificar podem não vir a ser as apropriadas. Em todo o caso, a tradução de *could* como o semiauxiliar modal *poder* no futuro do indicativo ou no presente do condicional não seria um obstáculo no acesso ao significado da proposição visto que com ambos os modos o leitor é levado a elaborar uma lista não exaustiva. A ser exaustiva essa lista, o operador modal em inglês seria um verbo associado à necessidade deôntica (e.g. *have to*) e o mesmo é válido para o português (e.g. *ter de*).

Por sinal, o modo condicional integrou também propostas de tradução em que *would* era o verbo auxiliar modal presente no TP. Este verbo marcou a sua presença não em construções condicionais com a conjunção *if*, mas em outras em que, à semelhança de *could*, fazia parte de uma oração verdadeira numa situação hipotética:

[44] “Rehearse [...] mechanisms which would be used throughout the incident;”

[44] a. “Realize simulacros com mecanismos [...] que seriam utilizados no decurso do incidente;”

Tendo já referido o valor modal de *will* nos casos identificados no ponto 5.3.3.2. sobre o modo indicativo, cabe dizer que grande parte das ocorrências deste

verbo se prendeu com o valor de *futurity*, portanto acima de tudo um valor temporal (Huddleston & Pullum, *op. cit.*, p. 190).

Passemos então à modalidade frásica com o auxiliar modal mais frequente neste manual, o verbo *should*. Uma vez que o objetivo do manual é transmitir recomendações, fará sentido que a modalidade deôntica tenha tido um papel relevante, aqui compreendendo o recurso ao imperativo. A tradução deste auxiliar modal com o valor modal de obrigação não colocou particular dificuldade, tendo sido muitas vezes traduzido como o verbo semiauxiliar modal *dever* em português. Como exemplo, apresenta-se a sequência seguinte:

[45] “Drivers should always lock [...] their vehicle [...].”

[45] a. “Os condutores devem sempre trancar [...] o veículo [...].”

A tradução análoga de Holmes (*op. cit.*) poderia aqui valorizar *translata* com verbos plenos, e não semiauxiliares modais, seguidos de certos modos verbais: verbo *sugerir* com sujeito indeterminado seguido de verbo na voz ativa conjugado no conjuntivo (cf. [45b]); verbo *sugerir* com sujeito indeterminado seguido de verbo na voz passiva conjugado no conjuntivo (cf. [45c]); verbo *aconselhar* na voz passiva seguido de verbo na voz ativa conjugado no conjuntivo (cf. [45d]); verbo *aconselhar* com sujeito indeterminado seguido de verbo no infinitivo (cf. [45e]). A gramaticalidade das hipóteses a seguir não implica a sua adequabilidade, apenas a sua aceitabilidade (Toury, 1995/2012).

[45] b. “Sugere-se que os condutores tranquem sempre [...] o veículo [...].”

[45] c. “Sugere-se que o veículo seja sempre trancado [...].”

[45] d. “É aconselhado que os condutores tranquem sempre [...] o veículo [...].”

[45] d. “Aconselha-se aos condutores trancar sempre [...] o veículo [...].”

Porém, o auxiliar modal *should* veicula um valor de obrigação fraca em comparação com o operador verbal *must*. Ainda que com menos ocorrências, o auxiliar modal *must* foi utilizado para exprimir uma necessidade deôntica forte, daí

que se tenha traduzido pela locução verbal *ter de*, como se constata na próxima sequência:

[46] “[...] they must be licensed by the Security Industry Authority;”

[46] a. “[...] estes têm de ter uma licença emitida pela *Security Industry Authority*;”

Saliente-se que a locução verbal *ter de* não foi apenas resultado da tradução do auxiliar modal *must* ou, como veremos, da locução *is/are to* com valor deôntico. A expressão modal *have to* surge, nas duas únicas ocorrências no TP, como expressão da modalidade dinâmica, veiculando necessidade externa. Em português, a modalidade externa pode, com efeito, ser expressa por meio do verbo semiauxiliar *ter (de)*. Relembre-se a sequência [6].

Como se pode inferir, a expressão verbal *have to* tem um valor modal idêntico a modais verbais como *need (to)*, de maneira que também em português seria admissível traduzir aquele operador modal verbal como *precisar de*, por exemplo. São as circunstâncias que tornam necessário que a entidade identificada pelo sujeito da frase se desloque para cumprir um objetivo (i.e. obter uma informação), não havendo outro local. *Have to* poderia ter igualmente aqui uma leitura de necessidade epistêmica no sentido em que *é certo* que os indivíduos agirão daquela forma. Não obstante, essa leitura nesta frase é menos natural do que a de modalidade externa ao participante, além de que, como Huddleston & Pullum (*op. cit.*, p. 206) sublinham, o emprego epistêmico de *have to* é mais comum no inglês americano do que no britânico, sendo esta última a variante em que o TP se encontra. Refere-se ainda que a expressão *be going to* veicula acima de tudo um valor temporal, ainda que se possa argumentar que exprime valores modais como volição ou deôntico noutros contextos (Huddleston & Pullum, *op. cit.*, p. 211).

Huddleston & Pullum (*op. cit.*, p. 206) apontam também para o valor de obrigação forte expresso através da locução verbal *is/are to*. Este tipo de modalidade frásica associado à necessidade deôntica em inglês poderia, numa das suas duas ocorrências, ter incluído uma tradução também com a locução verbal *ter de*. Compare-se [8] com [8c]:

[8] “[...] to require or ask that any images taken are to be deleted.”

[8] c. “[...] para obrigar a que as imagens tenham de ser eliminadas ou solicitar a eliminação destas.”

Optou-se por [8a] em detrimento de [8c] porque o verbo pleno *obrigar* já expressa a necessidade deôntica, sendo redundante a adição de *ter de*, apesar da sua aceitabilidade como tradução isolada de *is/are to*.

A outra ocorrência de *is/are*, expressão que para Huddleston & Pullum (*op. cit.*, p. 211) recebe o nome de *quasi-modal be*, prende-se com uma oração condicional com este valor teleológico referido pelos autores (*ibidem*), e, como tal, associado à modalidade externa. Vejamos:

[47] “Policies and processes need to be in place [...] if the trustworthiness [...] is to be maintained.”

[47] a. “É necessário que as políticas e os processos estejam implementados [...] se se pretende preservar a credibilidade [...].”

A expressão *is to* tem aqui um valor modal de necessidade externa e é possível traduzir a oração condicional por uma oração subordinada adverbial final, à semelhança da tradução de [6]. Vejamos o seguinte exemplo:

[47] b. “É necessário que as políticas e os processos estejam implementados [...] para preservar a credibilidade [...].”

A propósito da dimensão de necessidade externa discutida a respeito de [8], a expressão modal *need to*, traduzida para o TC geralmente como verbo pleno (e.g. *precisar*, *necessitar*), veiculou, além desse tipo de necessidade, um valor de necessidade interna. Embora Huddleston & Pullum (*op. cit.*) aludem apenas a uma necessidade dinâmica, Oliveira & Mendes estabelecem uma diferença substancial entre a necessidade externa e interna, a qual consiste no facto de a primeira ser teleológica, i.e, visa-se cumprir um objetivo, ao passo que a segunda é inerente à subsistência da entidade cuja necessidade é expressa. Sucintamente, os operadores modais verbais descritos para a tradução das ocorrências veiculando uma necessidade externa podem ser os mesmos para expressar uma necessidade interna no par de línguas em causa. Mais concretamente em relação a *need (to)* enquanto forma de expressão da modalidade dinâmica com valor de necessidade interna, não foram muitas as ocorrências, mas existem. Vejamos uma:

[48] “Use of PA will need standby power.”

[48] a. “A utilização dos sistemas de som requer energia em *stand-by*.”

Aqui o verbo pleno *requerer* funciona em português como operador modal. No entanto, poderia ser substituído por outros, porventura encurtando-se o SN em posição de sujeito:

[48] b. “Os sistemas de som precisam de energia em *stand-by*.”

[48] c. “Os sistemas de som têm de ter energia em *stand-by*.”

É discutível, pelo menos relativamente a [48b] e [48c], a diferenciação entre necessidade interna e externa, pois subentende-se que o acesso à energia por parte dos equipamentos visa o seu funcionamento:

[48] d. “Os sistemas de som precisam de energia em *stand-by* para que possam ser utilizados.”

[48] e. “Os sistemas de som precisam de energia em *stand-by* para funcionar(em).”

Recorde-se também a dimensão de possibilidade expressa através dos modais auxiliares *may* e *might*. O primeiro tem um maior número de ocorrências no TP, o que é normal atendendo à criação de situações hipotéticas prováveis com que o leitor poderá defrontar-se e com as quais deverá agir em conformidade. O segundo, com baixa frequência no TP, ocorreu em proposições apresentadas como pouco prováveis.

Quanto a *may*, este auxiliar modal aparece como forma de expressão da modalidade epistémica e dinâmica, tendo sido traduzido como o verbo semiauxiliar modal *poder* em geral.

Enquanto associado à possibilidade epistémica, embora *can* surja no TP associado sobretudo a este valor modal, Huddleston & Pullum (*op. cit.*) consideram *may* um operador modal estilisticamente mais formal que *can*. A disparidade do uso entre *can* e *may* com este valor no TP pode justificar-se com o facto de o manual ter sido redigido por vários indivíduos. Vejamos uma sequência em que *may* apresenta este valor:

[49] “There is a danger you may be overwhelmed with information.”

[49] a. “Existe o perigo de poder ficar sobrecarregado com informação.”

Aqui importa a noção de *perigo*, que em si já encerra uma dimensão de potencialidade e, como tal, o operador modal verbal em português pode ser omitido sem prejuízo para o significado da frase. Além do presente do indicativo, *may* também foi traduzido, por vezes, como *poder* e flexionado em tempos verbais como o gerúndio, unindo-se a frase anterior a uma oração gerundiva. É o caso do seguinte exemplo:

[50] “[frase anterior]. Rehearsal may help validate this.”

[50] a. “[oração anterior], podendo ser validadas com a realização de simulacros.”

Como referido anteriormente, encontraram-se ocorrências de *may* associado à modalidade dinâmica, tão frequentes no TP como as de *can* ou *could* para expressar possibilidade externa. Observe-se a próxima sequência e respetiva proposta de tradução:

[51] “[...] evacuation may be directed in order to control the number of people [...].”

[51] a. “[...] a evacuação [...] pode ser direcionada de modo a controlar o número de pessoas [...].”

Em Huddleston & Pullum (*op. cit.*), o auxiliar modal verbal *may* tem aqui um valor de “o que é circunstancialmente possível” (*ibidem*, p.184, tradução minha) integrando, para os autores, a categoria da modalidade dinâmica e mais uma vez como estilisticamente mais formal do que *can*. Na proposta de tradução [51a], usou-se o semiauxiliar modal *poder*, com uma leitura de modalidade externa, porquanto se aceitam como igualmente válidos outros tipos de evacuação para controlar a afluência. Sem embargo, outras leituras poderiam ser feitas do TC face à por vezes ténue distinção entre a modalidade externa e as demais. O verbo *poder* pode ser entendido como uma possibilidade epistémica,

remetendo não para a validade daquele tipo de evacuação, mas para a incerteza no sentido em que *é possível* que alguém venha a utilizar outros meios além das portas e portões. Pode ainda ressaltar-se a leitura de possibilidade deôntica, contextualmente difícil, sobretudo quando o TC apenas contém escassos enunciados de possibilidade deôntica – como acontecia em [38b].

A respeito de *might*, este auxiliar modal surge no TP apenas na expressão da modalidade epistêmica. Huddleston & Pullum (*op. cit.*, p. 200) sugerem que *might* introduz uma proposição da qual o proponente não está seguro, conferindo maior incerteza do que os auxiliares modais *may* ou *can*. Aqui interessa comparar o *translatum* [38b], onde não há um correspondente a *will* com realização lexical na LC, com [52a], onde *might* tem de ter um correspondente na LC lexicalmente realizado:

[52] “Selection of this strategy might increase evacuation time [...].”

[52] a. “Optar por esta estratégia poderá prolongar a duração da evacuação [...].”

A modalidade frásica introduzida por *might* passa a ser realizada lexical e morfológicamente no TC já que o lexema *poder* é flexionado no futuro do indicativo. Seria igualmente aceitável, atendendo à menor probabilidade que os tempos futuros induzem, propor uma tradução perifrástica com o semiauxiliar modal *poder*:

[52] b. “Optar por esta estratégia poderá vir a prolongar a duração da evacuação [...].”

Saliente-se que a seleção do modo indicativo em detrimento do conjuntivo na flexão verbal dos semiauxiliares em português obedeceu às linhas destacadas no ponto 5.3.3. sobre o modo verbal. Portanto, por exemplo, a existência de SN relativizados que referem entidades não identificadas obriga à flexão dos semiauxiliares (como, de resto, acontece com os demais verbos) no modo conjuntivo. Foi o que se verificou perante partículas como *whatever*:

[53] “[...] whatever their load might be [...].”

[53] a. “[...] independentemente do que se possa transportar como carga [...].”

Acrescenta-se que também houve casos de modalidade encoberta com orações infinitivas no TP, mas foi explicitamente introduzido no TC um semiauxiliar modal, como seja o caso seguinte:

[54] “[...] a secure on/off-site location to store originals [...].”

[54] a. “[...] um local onde podem ser guardados os originais [...].”

A substituição de uma oração subordinada final por uma relativa com um operador modal verificou-se por se entender que o local em causa poderia não ser especificamente para esse fim.

Ainda em relação à modalidade encoberta, seria possível, por exemplo, propor uma tradução para [44] sem recurso a um operador modal com realização lexical. O uso do infinitivo, ainda assim, veicularia uma necessidade sem estabelecer uma situação hipotética. Compare-se [44a] e a seguinte sequência:

[44] b. “Realize simulacros com mecanismos [...] a ser[em] utilizados no decurso do incidente;”

Por fim, importa esclarecer que a combinação de operadores verbais não foi recorrente e a sua tradução não foi problemática. Vejamos na próxima sequência a combinação do valor de possibilidade epistémica com o de impossibilidade interna:

[55] “[...] you may be unable to complete overseas checks [...].”

[55] a. “[...] pode não conseguir completar as verificações no exterior [...].”

Em [55], estão presentes um verbo modal e uma expressão modal, traduzidos como verbo modal e verbo pleno, respetivamente.

5.3.5. Tradução da modalidade com realização lexical: operadores não verbais e a sua combinação com operadores verbais

A traduzibilidade de verbos modais é comumente abordada sem que se chegue a um consenso quanto à tradução mais adequada. A sua tradução pauta-se por uma consistência contextual (Nida & Taber, *op. cit.*) que impede uma formulação única e indiscutível na LC e, como temos visto ao longo do ponto 5.3., um mesmo operador modal na LP pode apresentar vários *translata* no TC.

A respeito dos operadores não verbais de ordem subfrásica, no TP destacam-se: os advérbios *possibly* e *perhaps*, traduzidos ora como *possivelmente*, ora como *talvez* ou *porventura*; os adjetivos *possible* e *enabled*, traduzidos geralmente como *possível*, e a expressão *to be likely to* com um sujeito realizado na LP, mas que na LC se traduziu com o sujeito nulo expletivo *ser provável que*; e os nomes *possibility* e *likelihood*, o primeiro traduzido como *possibilidade* e o segundo como *probabilidade*. Sintagmas como *little point* e *no need* foram traduzidos por sintagmas como *não havendo necessidade*. Em relação a expressões introdutórias formadas a partir de adjetivos ou formas participais modais, salienta-se as de valor deôntico como *it is critical that* (cf. *é fundamental que*) e *it is advised that* (cf. *aconselha-se que*) e, bem assim, as de valor epistêmico como *it is reasonable to assume that* (cf. *é aceitável assumir que*) e *it is recognised that* (cf. *reconhece-se que*).

Importa sublinhar a aceitabilidade da tradução de operadores modais verbais como operadores modais não verbais. Poderá considerar-se aceitável proceder-se de tal forma dado que o domínio ou um dos possíveis domínios semânticos da modalidade expressa no TP é mantido, apenas muda a forma como é expressa. Tal aconteceu na passagem de uma modalidade frásica para uma modalidade subfrásica, como se verifica na próxima sequência e respetiva proposta de tradução:

[56] “Can we improve the efficiency [...] of video surveillance [...]?”

[56] a. “É possível melhorar a eficiência [...] da videovigilância [...]?”

[56] b. “Temos capacidade para melhorar a eficiência [...] da videovigilância [...]?”

O auxiliar modal *can*, um *passé-partout* modal como o semiauxiliar modal *poder* em português, pode ter aqui uma leitura epistêmica e dinâmica. Com valor

epistêmico (cf. [56a]), indica uma incerteza acerca da possibilidade de melhoria da eficiência mencionada. Enquanto modal dinâmico (cf. [56b]), expressa uma possibilidade interna, i.e., a capacidade que a sociedade tem de promover tal melhoria. Entendendo tratar-se de um auxiliar modal epistêmico, optou-se, sem demérito para outras hipóteses, por uma construção com o adjetivo modal *possível*.

Esta passagem de uma modalidade frásica no TP para uma subfrásica no TC também se verificou com enunciados conotados com necessidade, como se constata abaixo:

[57] “How often do you need to train your employees?”

[57] a. “Com que frequência é necessária uma formação para os funcionários?”

O valor de necessidade deôntica de *need to* é a leitura preferencial, pois o enunciado é diretivo. A expressão da modalidade deôntica através do adjetivo *necessário* é, por isso, coerente e, mais uma vez, visa-se com ele evitar a dêixis pessoal. Na verdade, essa é também a razão pela qual a modalidade subfrásica já existente no TP foi de igual modo preservada, como disso é exemplo a sequência abaixo, em que o adjetivo modal *fundamental* permanece como forma de expressão de uma necessidade deôntica:

[58] “Supervision of staff is fundamental [...]”

[58] a. “A supervisão dos funcionários é fundamental [...]”

A modalidade frásica, quando presente por meio de expressões introdutoras com valor modal, não sofreu alterações, preservando-se a modalidade frásica no TC. Exemplo disto é a sequência abaixo onde as expressões *it is vital that* e *é fundamental que* veiculam o mesmo valor modal de necessidade deôntica:

[59] “It is vital that [...] patrol regimes [...] are also outwardly facing [...]”

[59] a. “É fundamental que os regimes de patrulha [...] estejam também orientados para o exterior [...]”

Ainda sobre os operadores modais não verbais, a modalidade subfrásica de Portner (*op. cit.*) quanto às atitudes proposicionais não revelou particular dificuldade (cf. [39]). Essencialmente expressas por verbos, as atitudes proposicionais presentes no TP tinham correspondentes formais na LC. A título de ilustração, o verbo *believe* expressa a crença na proposição que lhe segue, não querendo isso dizer que a proposição seja verdadeira:

[60] “People attempting to gain illegal entry to the UK will look for HGVs [...] which they believe are heading for the UK.”

[60] a. “Os indivíduos que estão a tentar entrar ilegalmente no Reino Unido irão procurar veículos pesados de mercadorias [...] que eles acreditam que se dirigem para o Reino Unido.”

Por último, dá-se aqui importância às combinações de operadores modais verbais e não verbais, parte delas já existentes no TP, outras modificadas no TC. As combinações que recebem atenção na literatura são as de valor epistémico (Huddleston & Pullum, *op. cit.*; Marques, 2012), embora também seja possível identificar combinações entre operadores modais verbais e não verbais com valor deôntico. Em inglês, Huddleston & Pullum (*op. cit.*) escrevem sobre a harmonia modal quando abordam as combinações contendo verbos e advérbios em que ambos têm a mesma força modal.

Sucintamente, sobre as combinações de valor deôntico, permita-se explicar que existem combinações deônticas como, por exemplo, *shall necessarily* e *dever obrigatoriamente* que excluem o valor de recomendação (i.e. possibilidade), permitindo apenas uma leitura de obrigação (i.e. necessidade forte). A modalidade deôntica também esteve patente na combinação de operadores modais verbais e advérbios de frequência, como sejam as expressões *should always* e *dever sempre* (cf. [45] e [45a]), que apenas permitem uma leitura de necessidade deôntica forte.

Sobre as combinações de valor epistémico, em poucas palavras, consistem na expressão de uma dimensão modal através de um verbo e um lexema não verbal, como sejam *should probably* ou *may possibly*. Desta forma, o verbo que veicula necessidade fraca é acompanhado por um advérbio de necessidade fraca epistémica, enquanto um verbo que transmite uma dimensão de possibilidade é acompanhado por um advérbio de igual valor. No TP não foram detetadas combinações de auxiliar modal com valor epistémico e advérbio; no entanto, ocasionalmente no TC foram detetadas. Na sequência a seguir, a introdução do advérbio epistémico fraco, antecedido por verbo exprimindo uma possi-

bilidade, deveu-se à necessidade de evidenciar a facultatividade dos elementos a enunciar:

[61] “What sort of training might they require?”

[61] a. “De que tipo de formação poderão eventualmente precisar?”

Em português, cabe referir que Marques (2012, p. 405) levanta dúvidas acerca desta harmonia modal quando afirma que “[s]e a função destes advérbios é a de indicarem um grau de crença do enunciador na verdade proposição modalizada, seria de esperar que fosse impossível um advérbio de crença fraca, como *possivelmente*, coocorrer com um outro operador modal (e.g. um verbo modal) que expresse crença forte na mesma proposição ou um advérbio de crença forte, como *certamente*, coocorrer com um operador modal de crença fraca” (sublinhado meu). Com efeito, a combinação de verbos modais e advérbios modais de força modal diferente está também atestada para o inglês, embora não tenham existido ocorrências no TP.

Aqui importam os vários casos de redundância semântica que envolviam um modal frásico e um modal subfrásico com a mesma força modal, como aconteceu em [42]. Como Huddleston & Pullum (*op. cit.*, p. 182) aceitam também que a harmonia modal seja resultado da combinação de operadores modais verbais e outros operadores que não advérbios, esta combinação constitui agora objeto de análise. Retomando [42a], o adjetivo modal *possible* não foi traduzido atendendo ao que Marques (2012) explica, *mutatis mutandis*, ao falar de verbos e advérbios modais com a mesma força modal: o advérbio “é dispensável, já que não traz qualquer informação nova.” (p. 407).

Em inglês, o adjetivo *possible* reforça a não tão forte possibilidade anteriormente asserida através do verbo modal *could* e a ausência desta expressão não traria implicações na interpretação epistêmica. Embora pareça haver correspondência formal entre as combinações de força modal entre operadores verbais e advérbios nas duas línguas, na LC a harmonia modal entre operadores verbais e adjetivos pode resultar numa redundância que causa estranheza:

[42] c. “O não cumprimento destes regulamentos pode resultar numa possível pena civil [...]”

É redundante e sem valor enfático relevante afirmar que uma possibilidade é possível. Em sentido oposto, em [61a] o advérbio *eventualmente* cumpre uma

função distinta: não se conhecendo a realidade a descrever, “indica que o enunciador não tem informação que suporte que a proposição modalizada é verdadeira ou falsa e expressa uma mera hipótese.” (*ibidem*, p. 410)

Em virtude disto, quanto a [42], poder-se-ia optar também por: traduzir apenas o adjetivo modal (cf. [42d – e]); traduzir dispensando o adjetivo e o verbo originais e recorrendo a um substantivo com valor modal (cf. [42f]); traduzir dispensando o adjetivo e o verbo originais e recorrendo a um advérbio modal (cf. [42g]); uma combinação do verbo semiauxiliar com um advérbio (cf. [42h]) ou com um adjetivo (cf. [42i]).

[42] d. “O não cumprimento destes regulamentos resultará numa possível pena civil [...].”

[42] e. “É possível que o não cumprimento destes regulamentos resulte numa pena civil [...].”

[42] f. “Existe a possibilidade de o não cumprimento destes regulamentos resultar numa pena civil [...].”

[42] g. “O não cumprimento destes regulamentos resultará possivelmente numa pena civil [...].”

[42] h. “O não cumprimento destes regulamentos pode eventualmente resultar numa pena civil [...].”

[42] i. “O não cumprimento destes regulamentos pode resultar numa eventual pena civil [...].”

Sobre [42d] e [42g], repare-se que parece não haver alternativa para a conjugação do verbo *resultar* no futuro do indicativo, pois no indicativo apenas esse tempo verbal admite a incerteza compatível com o adjetivo e advérbio modais. Em contrapartida, [42h] e [42i] podem admitir a conjugação do verbo semiauxiliar tanto no presente como no futuro do indicativo. A respeito do advérbio *eventualmente* e do adjetivo *eventual*, estes poderão não constituir a melhor forma de expressão modal a utilizar por introduzirem uma incerteza nas fontes do enunciador prejudicial à mensagem a veicular.

5.4. Técnicas de tradução

5.4.1. Definições

Cada tradutor pode ter a sua marca e também os documentos traduzidos numa instituição podem ter idiossincrasias próprias. Porém, o tradutor não tem necessariamente de recorrer sempre às mesmas técnicas⁵⁴. Desde logo, um mesmo sintagma pode ser traduzido de duas formas distintas por um tradutor se o TC tiver *skopos* distintos.

Outrossim, a nomenclatura a atribuir a estas técnicas diverge entre vários autores e os mesmos autores tiveram visões diferentes ao longo do tempo. Há, inclusive, autores que usam indiscriminadamente os termos *procedimentos*, *métodos*, *estratégias*, *táticas*, *regras* e *princípios*, o que apenas gera confusão terminológica.

Para os efeitos do presente, segue-se as orientações de van Doorslaer (*op. cit.*), para quem as estratégias são o pendor genérico de uma tradução, ao passo que uma técnica⁵⁵ é um mecanismo específico utilizado numa determinada instância da tradução para transferir o significado de uma LP para um LC, incluindo ou não unidades sintática e morfologicamente equivalentes.

Em suma, as estratégias de tradução manifestam a posição do tradutor ao longo do texto quanto a grandes paradigmas: tradução livre vs. literal vs. idiomática; tradução funcional vs. cultural; tradução vs. adaptação vs. localização; domesticação vs. estrangeirização; naturalização vs. exotização, entre outros (*ibidem*, p. 226)

Neste relatório, as estratégias foram abordadas e discutidas noutros tópicos face à sua imiscuidade em todo o processo de tradução. Não são o foco da

⁵⁴ Daqui descartam-se as técnicas de tradução referentes à análise e compreensão. Entenda-se que as técnicas de tradução a discutir dizem respeito apenas àquelas de que um tradutor se serve para produzir um *translatum*.

⁵⁵ O autor usa como sinónimo o termo *procedure*. Vinay & Darbelnet (1958/1972) falavam inicialmente de *procédé*, literalmente *procedimento*, para ocasionalmente optarem por outras designações. A traduzibilidade de *procédé* como *procedimento* é aqui contestada porque, entre outros motivos, de baixa frequência na literatura em português. Acresce que, em Vinay & Darbelnet (*ibidem*), o termo pressupõe a necessidade de recorrer variavelmente aos sete “procedimentos” listados: empréstimo, calque, tradução literal, transposição, modulação, equivalência e adaptação. Mais tarde, os mesmos autores usam a designação *métodos* na tradução da sua própria obra para inglês, em 1995.

nossa atenção no relatório, tampouco neste capítulo. Sem embargo, pode afirmar-se que a estratégia teve um pendor funcional como referido no ponto 4.1.

Já as técnicas de tradução recebem aqui maior destaque por terem uma manifestação clara ao comparar-se o original com as propostas de tradução.

5.4.2. Estado da arte: síntese

As técnicas de tradução estão irremediavelmente presentes no processo de tradução, não são um recurso pontual. Será compreensível que consoante o *skopos* de uma tradução, o tradutor dê preferência a certas técnicas, ao invés de outras. Também para a determinação das técnicas contam outros elementos como as limitações do par de línguas em causa e a ética como entendida no ponto 4.1. do presente.

Mais uma vez, atendendo à confusão terminológica, as técnicas aqui explanadas e exemplificadas recebem nomes diferentes entre vários autores. Inclusive, alguns autores não chamarão *técnicas* àqueles mecanismos (optarão por *estratégia*, *procedimento*, etc.), mas, reiterando, aplicar-se-á o princípio de van Doorslaer (*op. cit.*) mencionado anteriormente. Algumas divergências serão comentadas, outras não, consoante a relevância para os exemplos a avançar.

À sua constelação de *memes* da tradução, Chesterman (*op. cit.*) junta as técnicas de tradução. Para o autor, os *memes* são conceitos, teorias ou práticas amplamente difundidas num meio. Chesterman (*ibidem*) defende que as técnicas de tradução são aprendidas pelos tradutores aprendizes e passadas de geração em geração. Aqui aceita-se que os tradutores imitem as práticas de outros tradutores, mas contesta-se que seja necessário aprendê-las conscientemente. As técnicas de tradução de hoje continuam a ser as de sempre, no entanto, agora são estudadas e são-lhes atribuídos nomes.

Posto isto, Chesterman (*ibidem*) opta por recuperar de outros a sua lista de técnicas de tradução, rearranjando-as em três níveis concretos: o sintático, o semântico e o pragmático.

No fundo, a literatura converge nesta tipificação dos mecanismos utilizados, havendo apenas algumas nuances entre autores, sendo maior motivo de discórdia a nomenclatura a atribuir ao conjunto desses mecanismos e a cada um deles. Para a análise a realizar, evidencia-se o conceito de *desvio* de Catford (*op. cit.*), que não procura, em essência, discernir técnicas de tradução, mas pode afirmar-se que aquilo a que chama *desvio* pode, concomitantemente, constituir um mecanismo de transferência de significado. A seguir apresenta-se um quadro que reúne os tipos de desvios enumerados pelo autor.

Level Shift	N/a
Category Shift	<i>Structure Shift</i>
	<i>Class Shift</i>
	<i>Unit Shift</i>
	<i>Intra-system Shift</i>
Quadro 11. Desvios de Catford (1965).	

Adiante parte-se da estrutura concetual de Chesterman (*op. cit.*) não por ser a mais recente, mas por ser suficientemente abrangente para englobar várias visões. Por exemplo, a concetualização de van Doorslaer (*op. cit.*, p. 227) quanto às técnicas é limitada por enunciar algumas técnicas de tradução e interpretação, assumindo não fazer uma lista exaustiva e não definindo o que entende por cada uma.

Expor-se-á o que se entende por cada uma das técnicas, acrescentando-se epígrafes relativas a outros autores, divergências existentes e implicações na tradução realizada. Em razão disto, atente-se ao seguinte quadro-síntese:

Técnicas com repercussões gramaticais	<ul style="list-style-type: none"> - tradução literal - empréstimo e calque - transposição - desvio nas unidades - alterações na estrutura do sintagma - alterações na estrutura da oração - alterações na estrutura da frase - alterações na coesão - desvio no nível - alterações no esquema⁵⁶
--	---

⁵⁶ *Grosso modo*, alterações que ocorrem mediante modificações associadas à rima e à métrica, não importando para o trabalho de estágio desenvolvido. Não discutidas doravante.

Técnicas com repercussões semânticas	<ul style="list-style-type: none"> - sinonímia - antonímia - hiponímia - conversões - alterações no nível de abstração - alterações na distribuição - alterações na ênfase - paráfrase - alterações na figura de estilo - outras alterações⁵⁷
Técnicas com repercussões pragmáticas	<ul style="list-style-type: none"> - filtragem cultural - alterações no nível de explicitação - alterações na quantidade de informação - alterações na relação texto-leitor - alterações no ato ilocutório - alterações na coerência - tradução parcial⁵⁸ - alterações na visibilidade - transedição - outras alterações
Quadro 12. Chesterman (2016).	

Quanto à tradução literal, para Holmes (*op. cit.*) o ex-líbris da tradução homóloga, Vinay & Darbelnet (*op. cit.*) esclarecem que é uma técnica que pode ser utilizada palavra a palavra em unidades isoladas, mas também em orações ou frases. Chesterman (*op. cit.*) define a literalidade como a forma mais próxima da LP e gramaticalmente possível na LC. Para Newmark (*op. cit.*) e Vinay &

⁵⁷ Aqui o autor inclui as modificações relativas aos sentidos físicos ou à direção dos dêiticos espaciais. Não tendo importado para o trabalho de estágio desenvolvido, doravante serão desconsideradas.

⁵⁸ Em suma, técnica aplicada a todos os casos de tradução sumarizada, transcrição e tradução de sons, não importando para o trabalho de estágio desenvolvido. Não discutidas doravante.

Darbelnet (*op. cit.*), a tradução literal é sempre o ponto de partida, recorrendo-se a outras técnicas apenas em casos em que se julga necessário. Na tradução realizada, esta não constituiu a técnica preferencial, porém, havendo frases sem incompatibilidades a nível de uma correspondência formal entre a LP e a LC, foi esta a utilizada (cf. sequência [51] e [51a]).

Os vários autores definem a técnica de calque como a tradução literal de colocações, nomes de organizações, componentes de compostos e sintagmas que são comuns. Em geral, Delisle & Cormier (1999) subscrevem-nos. Mais uma vez, esta não foi a técnica preferencial, no entanto, verifica-se que foi utilizada para nomes de algumas instituições britânicas cujo próprio nome, traduzido em nota de rodapé, e o contexto elucidam o leitor acerca das atribuições destas. A ocorrência abaixo exemplifica a aplicação da técnica de calque:

[62] “Centre for the Protection of National Infrastructure”

[62] a. “Centro para a Proteção das Infraestruturas Nacionais”

A respeito do empréstimo, é definido como a transferência de uma palavra do TP para o TC sem qualquer modificação uma vez que não existe correspondência lexical ou se entende ser estilística ou retoricamente apropriado. Disso são exemplo expressões como *ad hoc* e nomes próprios de pessoas, jornais e muitos topónimos.

Chesterman (*op. cit.*) recupera a definição de transposição de Vinay & Darbelnet (*op. cit.*)⁵⁹, que a descrevem como uma modificação intencional na composição ao traduzir de uma LP para uma LC, consistindo numa modificação gramatical da classe da palavra. Neste sentido, os desvios de classe de Catford (*op. cit.*) correspondem, resumidamente, à técnica de transposição, embora esta última possa incluir desvios de outra natureza (cf. sequência [15] e [15a], transposição do dêitico *you* para nome, havendo desvios igualmente nas unidades, estrutura e nível).

Quanto ao desvio nas unidades, Chesterman (*op. cit.*) aqui recupera claramente o conceito de *desvio* de Catford (*op. cit.*), para quem o termo *unidade* inclui o morfema, a palavra, o sintagma, a oração, a frase e o parágrafo. Um desvio nas unidades ocorre sempre que uma unidade do TP é traduzida como outra unidade (cf. tradução de redundâncias semânticas, no ponto 5.4.4., em que sintagmas da LP foram traduzidos numa palavra).

⁵⁹ Para Delisle & Cormier (*op. cit.*), *recategorização*.

Quanto às alterações na estrutura do sintagma, estas consistem em modificações morfológicas no sintagma, seja a respeito do número, género e definitude no caso das estruturas nominais, seja a respeito do número, pessoa, tempo e modo no caso dos verbos. O número de unidades do TP pode corresponder ao do TC, mas internamente diferem na estrutura, sendo que na tradução analisada houve pontos de contacto entre a aplicação destas técnicas e os desvios de estrutura e intrassistema de Catford (*op. cit.*). Este tipo de alterações ou desvios foi recorrente na tradução tanto por a LC a isso obrigar (cf. [16] e [16a] em que o sujeito passa de plural na LP para singular na LC por constrangimentos linguísticos), quanto por constituir uma solução para uma dificuldade ou preferência de estilo (cf. [15] e [15a], em que o sujeito dêitico da LP é traduzido como um sujeito sem pronome pessoal, i.e., referencialmente autónomo).

Quanto às alterações na estrutura da oração, Chesterman (*op. cit.*) refere-se a modificações que incidem sobre a ordem das funções sintáticas (e.g. sujeito; complementos; modificadores), na voz da ação e transitividade dos verbos. Mais uma vez, houve pontos de contacto entre a aplicação destas técnicas e os desvios de estrutura de Catford (*op. cit.*). Este tipo de alterações verificou-se como resultado de constrangimentos linguísticos (cf. [7] e [7a], em que o correspondente formal de *touch* na LC requer uma preposição, tendo assim uma transitividade distinta), assim como solução para uma dificuldade ou preferência de estilo (cf. [63] e [63a – b]). Abaixo, a sequência e respetivas propostas de tradução exemplificam alterações na estrutura da oração:

[63] “Within this guidance we have identified some of the skills [...]”

[63] a. “O presente manual apresenta algumas das competências [...]”

[63] b. “Neste manual foram identificadas algumas das competências [...]”

Em [63a] o modificador da frase introduzido por *within* no original foi traduzido como sujeito, ao passo que em [63b] o dito modificador foi mantido, mesmo que a frase tenha sido traduzida para a voz passiva com omissão do agente. Ambas as propostas visam evitar a tradução da primeira pessoa do plural visto que o seu uso não é a prática tradutória mais formal na LC. Optou-se por [63b], sem demérito para a outra proposta.

No que concerne às alterações na estrutura da frase, as técnicas que operam neste sentido transformam a relação entre orações (subordinação ou coordenação), como aconteceu entre as sequências [54] e [54a].

Já as alterações na coesão são as que afetam a referenciação intratextual (cf. [2] e [2a], em que a anáfora *which* foi tornada numa outra composta por um demonstrativo e um nome) e os conectores do discurso (cf. [25] e [25a], onde, inexistindo um articulador no TP, *daí* foi colocado na tradução).

No que tange aos desvios de nível, Chesterman (*op. cit.*) recupera de Catford (*op. cit.*) os tipos de níveis: a fonologia, morfologia, sintaxe e léxico. Para aqui interessarão os três últimos, visto que o estágio não compreendeu transcrições fonéticas ou interpretação. A propósito da transformação das cadeias anafóricas durante o processo de tradução, abordaram-se desvios de sintaxe para léxico (cf. anáfora pronominais de [2] – [4] tornadas anáforas lexicais em [2a] – [4a]). Embora este desvio tenha sido o mais evidente aquando da elaboração deste relatório, repare-se também nos casos de desvio de morfologia para léxico (cf. [61] e [61a]) ou de léxico para morfologia (cf. [37] e [37a]) enunciados a propósito de modalidade.

As técnicas de tradução com repercussões semânticas são detalhadas em Chesterman (*op. cit.*), ao passo que para Vinay & Darbelnet (*op. cit.*) enquadram-se todas na técnica de modulação⁶⁰. Mais uma vez, discutiremos as técnicas enunciadas por Chesterman (*op. cit.*).

Quanto à sinonímia, Chesterman (*ibidem*) aborda a técnica de forma mais ampla do que a mera relação semântica apontada pelos dicionários, pois o contexto linguístico pode permitir relações semânticas de quase-sinonímia (cf. [63] e [63a – b], em que o equivalente formal de *guidance* será qualquer coisa como *orientações*, porém o contexto linguístico permite concluir tratar-se do texto na sua íntegra).

Relativamente à antonímia, o autor menciona a seleção de um antónimo e um elemento de negação se for o caso. Na ocorrência abaixo, dado que o elemento de negação existia, foi retirado:

[64] “[...] no action is required [...]”

[64] a. “[...] a dispensabilidade de intervenção [...]”

A propósito da hiponímia, o autor realça a modificação da relação de hiponímia-hiperonímia entre os transemas, podendo haver uma especificação (no TP,

⁶⁰ Vinay & Darbelnet (*op. cit.*) não definem a que nível esta técnica opera (e.g. semântico ou sintático), discernindo apenas tratar-se de uma alteração do ponto de vista positivo-negativo, abstrato-concreto, sinonímia-antonímia, causa-efeito, inversão da posição das unidades e voz ativa-passiva.

há um hiperónimo, mas no TC um hipónimo), generalização (no TP, há um hipónimo, mas no TC um hiperónimo) ou a mera seleção de outro hipónimo do mesmo hiperónimo. Um exemplo interessante será o da sequência [2], em cuja tradução o pronome relativo *which* foi substituído por um hiperónimo comum a todos os elementos enumerados anteriormente, i.e., o antecedente. Salienta-se que esta técnica com repercussões semânticas recebe vários nomes consoante os autores. Para Díaz Cintas & Remael (2007, p. 203), é a explicitação que diz respeito a estes raciocínios lógicos, seja os que partem do particular para o geral (i.e. induções ou generalizações), seja os que partem do geral para o particular (i.e. deduções ou particularizações), desconsiderando o termo *implicitação*⁶¹.

No que diz respeito às conversões, esta técnica consiste em apresentar o mesmo estado de coisas substituindo a estrutura verbal por uma de ponto de vista diferente, não necessariamente antónimo. Não foi prática recorrente, mas foi utilizada em algumas ocorrências, como a que se segue:

[65] “By providing the on-going up skilling [...] to supervisors, they will be able to support [...] their staff.”

[65] a. “Se receberem uma contínua melhoria das qualificações [...], os supervisores terão capacidade para dar assistência aos seus funcionários [...].”

As alterações no nível de abstração verificam-se quando o tradutor opta por uma solução mais concreta ou mais abstrata que o original (cf. [63] e [63a – b] quanto a *guidance*).

As alterações da distribuição verificam-se quando o significado de um dos constituintes do TP passa a ser composto por um maior número de constituintes – nesse caso, uma expansão (cf. [27] e [27a]) – ou menor número de constituintes – nesse caso, uma compressão (cf. [19] e [19b]). Aqui também existem pontos de contacto com os desvios de unidade de Catford (*op. cit.*).

As alterações da ênfase dizem respeito a técnicas que passam por reforçar um dos constituintes (e.g. *informative*, *bastante informativo*) ou o contrário (e.g. *informative*, *algo informativo*). Esta técnica não foi prática recorrente, porém está em evidência na ocorrência [61] e [61a], com o acréscimo do advérbio *eventualmente* na tradução.

⁶¹ Não confundir o termo *explicitação* em Díaz Cintas & Remael (*op. cit.*) com o que se falará adiante ao abordar as técnicas com repercussões pragmáticas. Doravante, ao mencionar-se explicitação, entenda-se apenas na aceção referida por Chesterman (*op. cit.*).

Comparativamente, a paráfrase visa manter o sentido pragmático do TP em detrimento das componentes ao nível dos lexemas. O autor enquadra esta técnica nas que têm repercussões semânticas porque o significado se mantém, apenas é transmitido de uma outra forma. A paráfrase terá, consequentemente, repercussões pragmáticas igualmente, sendo mais frequente aquando da tradução de expressões idiomáticas sem correspondente na LC ou ainda na tradução de colocações. Considere-se o exemplo abaixo:

[66] “The searchers need to get a feel for the logical progression [...]”

[66] a. “A equipa de buscas necessita de ter uma ideia da progressão lógica [...]”

As alterações na figura de estilo verificam-se quando uma técnica de tradução acrescenta uma figura de estilo ausente no TP ou elimina e modifica uma já existente. Abaixo apresenta-se uma sequência em que a figura de estilo incluída no TP foi eliminada do TC:

[67] “traffic calming measures”

[67] a. “medidas de redução do tráfego”

Acerca das alterações com repercussões pragmáticas, o autor define filtragem cultural⁶² associando-a às noções de naturalização, domesticação e adaptação já existentes. Trata-se de transferir um constituinte da LP para a LC recorrendo a um equivalente cultural ou funcional de maneira a respeitar as normas da LC. Esta técnica opõe-se aos conceitos de exotização, estrangeirização e estranhamento, que, na tradução realizada, resultaria na presença de mais anglicismos, por exemplo.

Aqui vale acrescentar que a filtragem cultural de Chesterman (*op. cit.*) corresponde a duas técnicas distintas para outros autores. Vinay & Darbelnet (*op. cit.*), a título de ilustração, referem-se à equivalência e à adaptação. Estes autores descrevem a equivalência como a substituição de uma expressão (provérbio, cliché, etc.) do TP por uma do TC que é usada na mesma situação, mesmo que não haja correspondência formal. Já quanto à adaptação, entendem-na

⁶² Em Newmark (*op. cit., passim*), esta técnica recebe o nome *equivalência cultural* e não abrange uma componente funcional.

como a técnica a que se recorre nos casos em que a situação sociocultural da LP não existe na LC ou é demasiado difícil de compreender pela CC (i.e. um *cultural gap*). A equivalência cultural não foi o que se pretendeu porque, sendo abertamente uma tradução de um manual britânico, não seria adequado substituir um culturema da LP por um da LC. Procurou-se explicar funcionalmente o culturema (*vide* ponto 5.4.3.)

As alterações no nível de explicitação variam da explicitação para a implicação, conforme a informação do TP é tornada ou não evidente e o que se espera que o leitor consiga inferir. A explicitação foi uma técnica recorrente nomeadamente nos casos de ambiguidade descritos a propósito das cadeias referenciais (cf. [2] e [2a]), ao passo que a implicação não foi a técnica mais utilizada perante dificuldades de tradução. Verificou-se pontualmente em casos como a seguinte sequência:

[68] “This should be reflected in the site security plan.”

[68] a. “Tal deve estar previsto no plano de segurança.”

Sobre as alterações na informação, esta técnica passa pela adição de informação não dedutível a partir do texto e necessária ou a eliminação de informação considerada irrelevante, resumindo-a ou omitindo-a. Além dos casos a apontar no ponto 5.4.3. relativo aos culturemas, a adição de informação está patente nos casos em que foi necessário colocar notas de rodapé ou criar uma célula no glossário no final do manual para enquadrar o termo. Já a omissão de constituintes tem como maior referência os casos a enunciar no ponto 5.4.4. sobre as redundâncias semânticas, em que se verificou que a omissão de constituintes do TP não correspondeu a qualquer omissão de informação.

No que concerne às alterações na relação texto-leitor, esta técnica pode verificar-se nos casos em que há uma modificação na relação de formalidade, emotividade e tecnicidade entre texto e leitor. Aqui, mais uma vez, importa a tradução das variadíssimas ocorrências com o pronome *you* (*vide* pontos 5.1.3. e 5.3.3.1. referentes a dêiticos) e o debate ético sobre a tradução dêitica ou anafórica do pronome no ponto 4.1.

No respeitante às alterações no ato ilocutório, Chesterman (*op. cit.*) assinala as alterações de modo que podem implicar uma alteração do ato ilocutório. Ao abordar o modo imperativo no ponto 5.3.3.1., mencionaram-se algumas alternativas de tradução em que se poderia passar do modo imperativo do TP para o modo indicativo no TC, alterando o ato ilocutório diretivo sem alterar o carácter exortativo da mensagem (cf. nota 46). Observe-se também a seguinte se-

quência, em que o ato ilocutório assertivo e o modo indicativo do TP foram traduzidos com um ato ilocutório diretivo e modo conjuntivo:

[69] “[...] you may want to consider including these steps in your emergency plan [...].”

[69] a. “Pondere incluir os seguintes passos no plano de emergência [...].”

No que se refere às alterações na coerência, esta técnica visa atribuir uma nova ordem lógica à informação do TP. Na tradução em apreço neste relatório, esta técnica passou por dividir um parágrafo em dois quando, do ponto de vista concetual, as ideias não apresentavam ligação direta.

No tocante às alterações na visibilidade, Chesterman (*op. cit.*) relaciona-as com o facto de uma tradução ser aberta ou encoberta, i.e., se a presença do tradutor se faz notar por notas de rodapé e comentários ou se é transparente. Conforme já explicado em diversas instâncias, o manual traduzido contempla várias notas de rodapé, em especial, nos casos referentes aos culturemas.

A respeito da transedição, Chesterman (*op. cit.*) recupera o termo de Stetting (1989) para designar as alterações radicais que o tradutor tem de fazer em TP deficientes. Stetting (*op. cit.*) argumenta que “certain amount of editing has always been included in the translation task” (p. 371), exemplificando com a conversão de milhas para quilómetros e com explicações que são irrelevantes para a CC, podendo ser omitidas. A autora releva também a correção de problemas presentes no TP ao nível da coesão, gramática e estilo como forma de edição⁶³.

Por fim, Chesterman (*op. cit.*) inclui outras alterações pragmáticas, não menos importantes, tais como a variante da língua e a disposição do texto. A respeito da variante escolhida para o TC, sendo o público-alvo português, a variante de português europeu seria a única adequada. Já quanto ao *layout*, o TP apresentava duas colunas, o que contrasta com o texto corrido do TC, que, entre outros, apresenta o texto justificado e um tamanho do tipo de letra maior a fim de aumentar a legibilidade.

⁶³ Chesterman (*op. cit.*) vai mais longe e associa a técnica de transedição a um conceito de reescrita diferente daquele de Lefevere (*vide* ponto 4.1.). Doravante a transedição é entendida estritamente na visão de Stetting (*op. cit.*).

5.4.3. Casos de destaque: a tradução de culturemas

Como discutido anteriormente, um texto não está isolado da cultura em que foi produzido seja porque o redator incorpora o *habitus* daquele sistema cultural, seja porque o próprio texto contém referências culturais. Como estas têm uma presença mais detetável e objetiva, aqui propõe-se uma reflexão sobre dificuldades e soluções de tradução de culturemas.

Nord (1997, p. 34) explica sucintamente que “a cultureme is a social phenomenon of a culture X that is regarded as relevant by members of this culture and, when compared with a corresponding social phenomenon in a culture Y, it is found to be specific to culture X”. Os culturemas podem dizer respeito a fenómenos extralinguísticos naturais (e.g. fenómenos atmosféricos, topografia, seres vivos) ou artificiais (e.g. instituições sociais, subsistemas como o jurídico, eventos culturais), assim como podem abranger fenómenos intralinguísticos (e.g. formas de tratamento, expressões idiomáticas, trocadilhos). Note-se, todavia, que o fenómeno cultural mencionado pode existir nas duas culturas (logo, existe um culturema para o referir), mas têm significados diferentes. Assim o explica Gonzalez (2009) quando compara a véspera de Natal no Reino Unido com a do Japão: no primeiro, significa reunião familiar; no segundo reunião entre amantes. Assim, a correspondência formal nesse caso resultaria numa subtradução e distorção do significado original. Em resultado disso, Hönig & Kussmaul (1982) sugerem técnicas que compensem as diferenças no grau de diferenciação do culturema nas LP e LC, mau grado daí poderem advir problemas relacionados com sobretraduções. Ainda assim, tanto uma subtradução quanto uma sobretradução constituem um modo de tradução para van Doorslaer (*op. cit.*).

Também conhecidos como *realia* (Vlakhov & Florin, 1970), os culturemas contribuíram para uma dinâmica de trabalho assente especialmente na pesquisa e seleção de informação. Sem embargo, os desafios relativos aos culturemas são, mais do que saber a que se refere uma expressão, encontrar-lhes opções de tradução transparentes. Por vezes, no caso da tradução do TP, tornar o implícito cultural em algo explícito no TC foi uma técnica⁶⁴, mas, muitas vezes, optou-se por uma tradução exegetica (Hervey & Higgins, 1992), que explicasse o original ou a escolha daquela tradução, consubstanciada sobretudo em notas de rodapé.

A manutenção do original sem paratexto associado foi igualmente uma opção quando (i) o culturema tinha surgido anteriormente com nota de rodapé ou

⁶⁴ Por encarar a explicitação no TC como repetição do TP, Nida (1964) designa esta técnica como *redundância cultural*.

(ii) quando foi instruída a manutenção do original com itálico⁶⁵ porque uma tradução ou explicação seria desnecessária de acordo com a supervisão local.

É neste sentido que se torna de relevo discutir as técnicas de tradução adotadas, relevantes por não se limitarem a traduções literais. Apenas um culturema do TP se encontrava desatualizado (cf. a tradução de Highways Agency adiante), portanto apenas nesse caso foi necessário procurar um equivalente moderno antes de procurar uma tradução. Em geral, a equivalência funcional foi a proposta para muitos casos.

Para todos os culturemas traduzidos houve a necessidade de aumentar a visibilidade do tradutor visto que a técnica transversal à tradução de todos eles foi a inclusão de notas de rodapé. Algumas dessas notas terão tido uma função explicativa, i.e., corresponderão a técnicas pragmáticas de adição de informação; outras, cumulativamente ou não, têm uma função de filtragem cultural; e algumas, por ser contextualmente irrelevante um equivalente funcional, são meras notas de tradução que apresentam um calque do culturema.

Um dos casos porventura menos problemáticos foi o da tradução de “Home Office”, que, em nota de rodapé, se menciona o equivalente cultural em Portugal, a saber, o Ministério da Administração Interna.

O mesmo pode ser dito da tradução de “United Kingdom Accreditation Service” já que a sua tradução passou apenas por um empréstimo no corpo no texto (i.e. manteve-se o culturema original) e pela introdução de uma nota de rodapé com uma tradução por calque (i.e. “Serviço de Acreditação do Reino Unido”) – haviam sido essas as técnicas utilizadas por outros estagiários. Não se recorreu a outras técnicas com repercussões pragmáticas em virtude da natureza autoexplicativa do nome do organismo e por ser contextualmente irrelevante.

No caso do acrónimo inglês “ETHANE”, que tem por objetivo funcionar como uma mnemónica para o relato entre os serviços de emergência, optou-se por manter o original no corpo do texto (i.e. empréstimo) e, em nota de rodapé (i.e. recorrendo a uma técnica de aumento da visibilidade do tradutor), apresentou-se esta explicação (i.e. técnica de adição de informação) uma vez que um tal procedimento de comunicação inexistia em Portugal. Acrescentou-se ainda que é um acrónimo para “Exact location, Type, Hazards, Access, Numbers, Emergency Services” (i.e. explicitação).

O empréstimo, aumento da visibilidade do tradutor e adição de informação foram igualmente as técnicas utilizadas para “Driver and Vehicle Standards Agency”, que se explica ser a entidade reguladora dos transportes no Reino Unido, sem recorrer a um equivalente funcional (i.e. a uma técnica de filtragem

⁶⁵ Esta técnica de destaque da expressão original apenas com o empréstimo da LP pode constituir um *exoticismo* (Hervey & Higgins, *op.cit.*).

cultural) por ser contextualmente irrelevante. No entanto, no caso de “Fire and Rescue Service (FRS)”, além das três técnicas aplicadas para o culturema anterior entendeu-se que, face à relevância para o contexto, seria adequado mencionar o equivalente funcional. Explicou-se, por isso, que em Portugal o FRS corresponde aos corpos de bombeiros e às equipas de resgate e salvamento. *Mutatis mutandis*, o mesmo é válido para a tradução de “UK Border Agency”, explicando-se que se trata de um organismo cujas atribuições correspondem, genericamente, às do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em Portugal.

No que diz respeito aos contactos telefónicos, foi mantido o número original e, em nota de rodapé, adicionada informação visando apresentar equivalentes ou explicando a ausência destes. Foi o caso do número de emergência médica no Reino Unido, cuja nota de rodapé estabelece a correspondência com o número de emergência médica em Portugal, e o do número da linha de emergência de combate ao terrorismo no Reino, explicando-se que não tem equivalente em Portugal, sendo o operador da linha que, se apropriado, estabelece contacto com a Unidade de Coordenação Antiterrorismo.

Houve também culturemas com tradução já reconhecida e, nesses casos, retomou-se a tradução e citou-se a fonte para informação à supervisão. Exemplo disto foi a tradução de “British Standards Institution”, instituição para a qual o IATE sugeria a tradução como “Organismo Inglês de Normalização”, uma tradução por calque, portanto. No manual optou-se, mais uma vez, pela manutenção do culturema no corpo do texto (i.e. empréstimo), acompanhada de uma nota de rodapé com a tradução. Entendeu-se não ser necessária uma filtragem cultural ou outra técnica com repercussões pragmáticas em virtude da natureza autoexplicativa do nome do organismo.

Embora agora se apresentem as propostas finais da tradução destes culturemas, note-se que, à semelhança do que aconteceu, por exemplo, na tradução das cadeias referenciais, foram avançadas outras propostas durante o processo de tradução e revisão. No que toca aos culturemas, também para a sua tradução foi pertinente utilizar várias técnicas como método de experimentação, sempre presente no processo mental de um tradutor, ainda que inconscientemente. A título de ilustração, compare-se as propostas de tradução para o culturema “Highways Agency”:

Original	<i>Highways Agency</i>
Tradução não adaptada	Empréstimo sem nota de rodapé
Correspondência formal	Calque: “Agência das Autoestradas”
Equivalente cultural	<i>Brisa inglesa</i>
Equivalência dinâmica	Empréstimo, filtragem cultural, adição de informação e aumento da visibilidade.

Quadro 13. Técnicas de tradução possíveis para Highways Agency.

A proposta final foi a que se julgou mais informativa, a equivalência dinâmica. Assim, em nota de rodapé, explicou-se que a Highways Agency tem atribuições que, genericamente, correspondem às da concessionária Brisa, por exemplo, em Portugal. Ademais, atualiza-se a informação para “Highways England” já que o organismo viu a sua designação alterada entre o momento de criação do TP e os dias que correm. Quanto ao equivalente cultural exemplificado, a expressão proposta seria forçada, pouco transparente e possivelmente excessiva, podendo até ser entendida como uma transcrição.

5.4.4. Casos de destaque: os níveis de Newmark e a tradução de redundâncias semânticas

Ao nível micro de análise da tradução, pode entender-se que traduzimos a quatro níveis: o nível do TP, o nível dos referentes, o nível da coesão e o da naturalidade (Newmark, *op. cit.*, p.19). Newmark (*op. cit.*) propõe que para cada transema o tradutor pode pensar simultaneamente em várias possibilidades, sem que os níveis se oponham ou excluam entre si. Contudo, durante o processo de tradução, em sequências consideradas problemáticas, verificou-se que as soluções passaram pelo enfoque num desses níveis de análise. Nesta medida, sugere-se aqui que a cada um destes níveis de análise corresponde um nível operacional (i.e. ao nível de análise dos referentes corresponde um nível operacional de enfoque nos referentes, etc.), optando-se por técnicas adequadas a cada cenário de análise. Não se pretende uma discussão prescritiva, apenas se visa descrever o resultado das análises feitas e o papel das técnicas aplicadas.

Ao nível textual, Newmark (*op. cit.*) considera que o tradutor intuitivamente estabelece correspondências imediatas entre a gramática da LP e a da LC e quanto às unidades lexicais, tradu-las pelo sentido aparentemente adequado

ao contexto da frase. A técnica de tradução por excelência neste nível de operação é a tradução literal, que pode funcionar como corretivo da paráfrase, mas que pode resultar em não traduções a que chama “traducionês”.

Ao nível dos referentes, trata-se de explicar a ligação entre os referentes quando o contexto é neutro ou existem *cultural gaps*. Newmark (*op. cit.*) não associa este nível de operação a uma técnica específica, todavia, nas sequências consideradas problemáticas na tradução realizada, o enfoque neste nível de análise resultou em técnicas associadas à equivalência dinâmica no caso dos cultu-remas. No caso das redundâncias semânticas não foi considerado relevante e, por isso, não será abordado adiante.

Ao nível da coesão, por norma, este nível de análise parte da ordem tema-rema. Todavia, este nível não se limita à coesão gramatical e referencial, pois Newmark (*op. cit.*) considera ainda as expressões com valor positivo, negativo e neutro. No TP em causa, tratou-se de criar mecanismos de coesão ou modificar os existentes, nomeadamente conjunções, reiteraões, anáforas (SN definidos, pronomes demonstrativos, etc.), sinónimos e pontuação.

Ao nível da naturalidade, além de ser necessariamente coerente, uma tradução deve respeitar a gramática da língua-padrão, bem como as expressões e colocações próprias de cada situação. Para este nível, Newmark (*op. cit.*) considera que o tradutor deve afastar-se temporariamente da LP, lendo apenas a tradução como se fosse um original. Por outro lado, o autor sustenta que o grau de desvio da naturalidade da língua-padrão comum existente no TP deve ser replicado no TC. Não bastará traduzir cognatos. A naturalidade no TC define-se pela presença das estruturas sintáticas, expressões, colocações e palavras que mais frequentemente se encontram em textos daquele estilo concebidos originalmente na LC, assumindo contornos claros a respeito da ordem de palavras, estruturas comuns, cognatos, aceitabilidade de gerúndios, infinitivos, posição no espectro do registo literário-calão, uso dos artigos, tempos verbais, metáforas. Não existe naturalidade universal, podendo por isso ser aferida pela frequência, não devendo ser confundida com estilo coloquial, jargão ou linguagem formal.

No presente relatório argumenta-se que os níveis de tradução de Newmark (*op. cit.*) podem ser utilizados como *checklist* quando se recorre a uma determinada técnica de tradução, em especial, em casos em que uma primeira proposta não colhe.

Porém, verificou-se que, em sequências problemáticas, as técnicas de tradução selecionadas geravam uma hierarquização destes níveis de análise em cada um desses casos. Numas ocasiões favoreceu-se a referenciação autónoma, noutras a referenciação dependente, ora aproximando-se da forma do TP, ora procurando as tendências da LC.

Nos casos de que iremos tratar agora, a prioridade foi a coerência na LC. A coerência refere-se à unidade de sentido do texto. Entende-se que os textos publicados não apresentam incoerências lógico-concetuais decorrentes do incumprimento do princípio da não contradição. Não obsta isso a que os textos contenham outros problemas lógico-concetuais, a saber, tautologias e irrelevantias, além de incoerências pragmático-funcionais associadas à inadequação de uma sequência à tipologia do texto, por exemplo. Em Tradução, a coerência é importante não só para a análise intratextual, mas também porque sem uma unidade de sentido não é possível esclarecer dúvidas na comparação entre *corpora* e interpretar.

Rejeita-se que o TP acolha contrassensos ou ideias desprovidas de sentido, estando longe da célebre frase de Chomsky (1957/2002, p. 15): “Colorless green ideas sleep furiously”. Ao arrepio disto, as redundâncias ao nível semântico foram recorrentes no TP, daí a priorização do nível da naturalidade⁶⁶, como sugerido na figura abaixo.



Fig. 10. Hierarquia dos níveis de análise com base em sete ocorrências consideradas problemáticas.

O nível da coesão aparece como o segundo mais relevante porque, tratando-se aqui de redundâncias, a prioridade seria eliminar a informação que em nada

⁶⁶ A naturalidade também pode ser vista na perspectiva da *finite state grammar* (Hockett, 1955): cada palavra escolhida determina o que se lhe segue – exceto nos casos de estruturas descontínuas, como refere Chomsky (1957/2002). Podemos considerar que, em termos práticos, se manifesta na fraseologia, por exemplo.

contribuía para a dinâmica comunicativa e evolução do rema em relação ao tema.

Por fim, o nível textual apresentou-se como o menos determinante para encontrar uma proposta de tradução já que o processo obrigou precisamente a um distanciamento do TP e a um maior nível de abstração.

Importa ressaltar que as redundâncias semânticas foram sendo abordadas ao longo do relatório, como aconteceu ao discutir-se a tradução de *firearms and weapons* a propósito do caso (v) no ponto 5.1.2. ou sobre a tradução das sequências [42] e [49]. A interpretação da fig. 10 para esses casos será válida ainda que noutros capítulos tenham sido analisadas sob outro pendor, sem destaque para as técnicas selecionadas. Adiante opta-se por apresentar outros casos de redundâncias semânticas, que se prendiam com substantivos apenas.

A hierarquização dos níveis de análise de Newmark (*op. cit.*) espelhou-se em técnicas de condensação conducentes à criação de desvios com menor número de unidades, seja pela eliminação de morfemas, seja de palavras.

Portanto, verificou-se igualmente o recurso reiterado a técnicas com repercussões semânticas que implicavam alterações na distribuição, nomeadamente, eliminando constituintes dos sintagmas. Porém, não se verificaram alterações na quantidade de informação já que aqui foram removidas as redundâncias somente, sendo apenas questionável se houve alterações na ênfase ao nível semântico. Ao nível pragmático, poderá entender-se que a técnica de transedição teve o seu lugar na tradução das redundâncias semânticas.

Se, pelo trabalho de Newmark (*op. cit.*), se perspetivar estas técnicas de tradução pelo enfoque nos níveis de análise num referencial com eixos coesão-referentes e TP-naturalidade, entende-se que o quadrante naturalidade-coesão terá sido o foco da atenção e operacionalmente potenciador de uma proposta nos casos de redundâncias semânticas aqui expostos. A figura a seguir sintetiza esta ideia, válida como comentário para as próximas sete ocorrências:

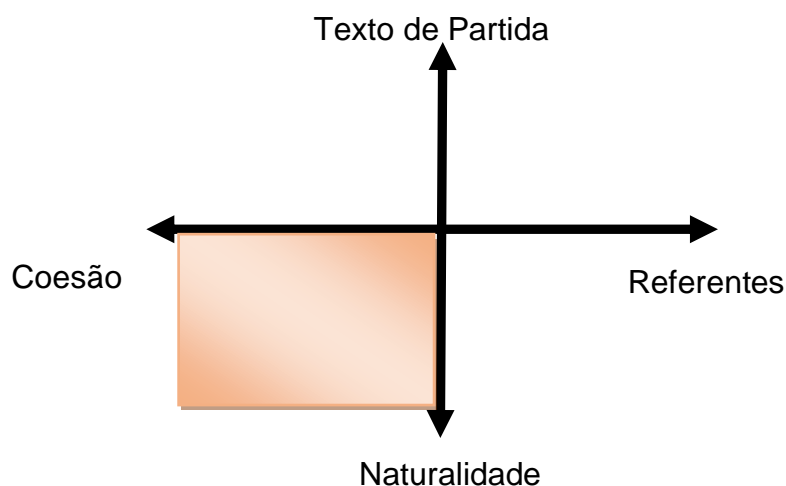


Fig. 11. Foco da análise na tradução de redundâncias semânticas.

Quanto a “prescriptive advice”, toda a recomendação ou conselho recomenda ou aconselha, logo, são ambos atos prescritivos, da mesma maneira que é redundante dizer “eficiência eficaz”. Seria, neste caso, o contexto linguístico que permitiria inferir que o adjetivo tem um campo semântico mais abrangente na LP do que na LC. Sugeriu-se como proposta o adjetivo *mais adequado* ou *único*, consoante a interpretação que se quisesse atribuir, sendo que a técnica utilizada foi a transedição e a consequente alteração na quantidade de informação.

Repare-se no caso de “hide/cover from view”, em que se traduziu com recurso às técnicas mencionadas para “prescriptive advice”. *Esconder-se* surge como alternativa de uma expressão sinónima. Uma das alternativas seria a tradução de apenas um dos SV, mas optou-se pela tradução como “esconder-se/abrigar-se”.

Outro caso a indicar é o do sintagma “intended purpose”. Semanticamente um objetivo ou propósito é aquilo que se pretende alcançar e, em razão disso, o adjetivo é prescindível. Como tal, houve um desvio no número de unidades, de um sintagma passámos a ter uma palavra, com as consequentes alterações na distribuição, sem gerar alterações na quantidade de informação, contudo.

Salienta-se a sequência “mandatory requirement”. A tradução como *exigência* dispensaria o adjetivo; por isso, a preservar o adjetivo, o nome na LC teria de ser um que aceitasse a colocação com o binómio obrigatório/facultativo. Uma das propostas foi a de “critério obrigatório”, ainda que, por fim, se tenha optado por um nome apenas: “pré-requisito”. Assim, as técnicas de desvio de unidades, a nível gramatical, e de alteração na distribuição, a nível semântico, foram

as selecionadas. A nível pragmático, não foi adicionada ou retirada informação. Aquelas técnicas de tradução foram também as aplicadas para a ocorrência “its own unique characteristics”. Aqui, a tradução palavra a palavra resultaria numa redundância: “as suas próprias características únicas”. Os adjetivos *próprias* e *únicas* intersejam-se semanticamente, daí que se tenha proposto “as suas próprias características” e a alternativa selecionada “as suas particularidades”.

Em “internal/inward invacuation”, *invacuation* é, também na LP, um neologismo; como tal, a tradução do cognato significou a criação de um neologismo na LC. Como o prefixo *e(x)-* etimologicamente implica um movimento de dentro para fora, o prefixo *in-* implica etimologicamente um movimento de fora para dentro. Sendo um contrassenso dizer “evacuação para dentro” ou “evacuação interna”, o neologismo satisfaz o propósito, além de que esta foi a tradução em textos anteriores validados pela supervisora local. No entanto, coloca-se em causa a dispensabilidade da adjetivação *internal* e *inward* por nada acrescentar ao texto. Assim, optou-se por “invacuação”, sem modificadores, recorrendo-se às técnicas mencionadas para a tradução de “mandatory requirement”.

Finalmente, considere-se a ocorrência “pre-planning”. A atividade de planear é um processo que ocorre necessariamente antes de um evento e, em virtude disso, o prefixo *pre-* não acrescenta informação quanto ao momento de planear. Pode, porventura, aceitar-se que não se trate de um processo, caso se entenda como uma referência temporal tipo adjunto, i.e., o prefixo pode referir-se ao momento antes de planear, e não à atividade de planear antes de planear. Nesse caso, uma opção de tradução poderia ser com recurso a um advérbio de tempo, como decidido por fim com a proposta “antes do planeamento”.

Considerações finais

Na sua globalidade, o estágio realizado teve um resultado deveras positivo no desenvolvimento de atividades de tradução e outras indissociáveis desta, constituindo a primeira prática de tradução em ambiente outro que não o regime *freelance*. A redação deste relatório foi também uma experiência exegética enriquecedora e que obrigou a ponderar o trabalho desenvolvido de perspectivas diversas, o que não é exatamente o enfoque do tradutor enquanto traduz.

Aqui serão tecidas considerações finais atinentes exclusivamente aos aspetos tratados no presente relatório e outras considerações de âmbito geral. Começemos pelas primeiras.

Relativamente ao ponto 1, quanto aos materiais e recursos, sugere-se que, com a devida salvaguarda da confidencialidade, os textos de partida sejam desde início facultados digitalmente a fim de promover, inclusive, o recurso de ferramentas de TAC, cujas vantagens para o trabalho desenvolvido foram apontadas no ponto 4.5. Não sendo possível, a gestão de cópias e acessibilidade da informação guardada poderiam vir a ser organizadas de maneira a conseguir que vários estagiários possam estar a utilizar o mesmo documento simultaneamente. A existência de um único documento digital facilitaria a consulta de traduções já realizadas para uma mesma ocorrência, mesmo que pertencentes a outro estagiário. A realização em linha da tradução também traria a vantagem de a tradução ser continuamente salvaguardada e, além dos estagiários, também a supervisão poderia a qualquer momento alterar o necessário sem uma submissão formal. Isto poderia agilizar a realização do estágio à distância quando necessário, visto que seria possível uma monitorização da supervisão ao minuto.

Sobre o ponto 2, é de relevar a pertinência da preparação e sensibilização do tradutor para a área a que o texto a traduzir pertence. Foi nesta medida que a supervisão local, ainda durante o tratamento de formalidades, recomendou leitura preparatória, que depois facultaria, e explicou o âmbito e conteúdo geral do TP.

No que concerne ao ponto 3, apenas se salienta que, quanto à distribuição de horas de acordo com a tipologia do trabalho, mais tempo poderia ter sido consagrado à revisão. Esta fase de revisão geral do manual na sua íntegra foi iniciada perto do término do estágio, o que pode ter colocado em causa a uniformização do TC.

No que se refere ao ponto 4, mesmo a montante do início do estágio, a supervisão local desenhou as linhas mestras do que se pretendia como tradução. Os

métodos discutidos em 4.1. seriam resultado dessas orientações. De forma subjacente, a ideia da tradução como reescrita permitiu também aos estagiários terem margem para respeitar o *skopos* e, no caso vertente, ser dinamicamente éticos como definido nos moldes do ponto 4.1. Quanto ao ponto 4.2., as normas de qualidade e o QEC 2017 foram diretrizes assumidas pessoalmente como compromisso de qualidade e enquanto fomentadoras de hábitos de cumprimento de procedimentos a reter para implementação futura no mercado de trabalho. Já o processo de tomada de decisão descrito no ponto 4.3. teve a sua espontaneidade, no entanto, acabou por se tornar tão estruturado que se tornou possível esquematizá-lo. Um processo de tomada de decisão prático significou viabilizar propostas de modo responsável e moderadamente rápido. Foi igualmente importante, no início do estágio, a definição dos recursos lexicais e terminológicos a utilizar, alguns recomendados pela supervisão local, outros validados durante o processo de tradução e citados como fonte aquando do envio diário do ficheiro. A estruturação dos recursos referidos no ponto 4.4. foi útil porque possibilitou a pesquisa eficiente. Saber onde procurar informação garantiu uma produção mais rápida e com resultados mais fiáveis. Já no tocante ao ponto 4.5., como dito acima, as ferramentas de TAC poderiam ser um aspeto a melhorar no estágio, em especial, quando existam TP em formato digital disponíveis. A par de esta prática de TAC aprendida no curso em contexto académico constituir mais uma vertente do estágio, o trabalho dos estagiários seria mais agilizado e uniforme, sendo até funcional na divisão de trabalhos.

Em relação ao ponto 5, em 5.1. foi possível concluir que, numa cadeia referencial, o facto de o antecedente distar da anáfora e/ou não ser claro qual o antecedente dificulta a compreensão textual e gera ambiguidades. Como tal, foram essencialmente as cadeias com essas características as que sofreram modificações no TC. No entanto, também se conclui que é possível recorrer à criação de anáforas no TC para garantir a gramaticalidade e/ou adequação semântica de propostas de tradução. Do ponto 5.2., destaca-se que, embora indissociáveis do estilo do tradutor, existem padrões de pontuação em cada língua e recorda-se que no mesmo corpo textual deve haver consistência nas escolhas da pontuação. Do ponto 5.3., parece evidente que a tradução da modalidade, não sendo particularmente difícil, não é linear, já que o tradutor se pode servir da elasticidade da LC para recriar formas de expressão da modalidade no TC. Contudo, o fito será sempre o de manter o domínio semântico e a dimensão modal da ocorrência do TP. Também se pôde verificar que uma expressão pode ter mais do que um valor modal numa ocorrência, permitindo mais que uma interpretação. Está ao alcance do tradutor encontrar uma proposta que possa inviabilizar a leitura não adequada ao contexto, o que nem sempre será possível ou necessário, uma vez que o contexto poderá determinar a leitura modal a fazer. Por fim, do ponto 5.4., pôde constatar-se que várias são as técnicas de que um tradutor se socorre, de maneira que, por vezes, ao produzir um *transla-*

tum, existe uma confluência de técnicas utilizadas, não poucas vezes, instintivamente. De dois tópicos distintos, os culturemas e as redundâncias, concluímos que, face a problemas ou dificuldades diferentes, o tradutor se serve de técnicas diferentes por ter intenções diferentes.

Nas considerações finais genéricas, importa realçar que muitos tradutores desconhecem ainda as normas EN e ISO a respeito dos processos de tradução. Deixa-se o apelo a que os próximos estagiários sigam mais de perto as diretrizes destas normas a fim de estarem mais preparados para a entrada no mercado de trabalho, nomeadamente, no segmento da tradução certificada.

O mercado espera tradutores cada vez mais bem formados, sendo que num mundo globalizado a tradução deixa de ser vista como uma atividade secundária. Exige-se maior flexibilidade por parte dos tradutores, não só quanto aos pares de línguas, mas também quanto ao seu *background*. Não é relevante se se iniciou atividades ou estudos de tradução e depois se especializou numa área do saber (e.g. Direito, Engenharia Química) ou se se é um especialista e se enveredou pelos Estudos de Tradução. Em ambos os casos, é-se tradutor formado profissionalmente, sobretudo hoje quando estão acessíveis vários ciclos de ensino e até pós-graduações na área. A formação é, de resto, bastante necessária, pois o domínio de um par de línguas de trabalho pode provar-se insuficiente para sustentar uma atividade eticamente responsável e que vai ao encontro das expectativas da empresa que se integra e do cliente último.

O estágio profissionalizante, em si, consolidou conhecimentos teóricos aprendidos na vertente letiva e permitiu reavivar práticas já advindas das experiências enquanto tradutor *freelancer*. Mau grado a entrada no mercado de trabalho em tradução ao nível institucional ou empresarial ser difícil, os estudos de mestrado serão uma mais-valia em termos do saber e o estágio profissionalizante em si constituirá mais um pilar do saber fazer.

Cabe também dizer que a natureza da matéria tratada foi relevante para o tradutor-estagiário, a ponto de ter conduzido ao ingresso na formação para a obtenção do título profissional de Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho. Acresce que a elaboração deste relatório tornou mais relevante um doutoramento em Estudos de Tradução e/ou Linguística face à investigação desenvolvida e ao interesse de cruzar saberes de outras áreas com a Tradução.

À vertente letiva, deixo o apelo a que professores deem os conhecimentos práticos de condução de uma atividade de tradução a nível pessoal, não só preços a praticar, mas também por onde começar, como abrir atividade, que vantagens individuais oferecer, que competências desenvolver e como criar *marketing* pessoal. Além disso, também se poderá apostar mais em competências de revisão, uma fase crucial para a obtenção de um TC ótimo. Em todo

o caso, a componente letiva deu a conhecer a necessidade de ser instituída em Portugal a figura de tradutor juramentado, à semelhança do que já se verifica noutros estados-membros da União Europeia, como a Alemanha, e em estados extraeuropeus, como o Brasil. O trabalho do tradutor deve ser objeto de maior regulação, sobretudo no caso da tradução de documentos oficiais.

A futuros estagiários na instituição de acolhimento, sugere-se a exploração de temas outros bastante pertinentes que ficaram por explorar neste relatório. Uma das temáticas de interesse a explorar é a tradução de categorias aspetuais (Moens, 1987) ou *aktionsarten*, em especial nos casos de comutação aspetual ou *aktionsarten shifts*. A cada categoria aspetual do TP não correspondeu sempre uma de igual tipologia no TC. Um exemplo bastante ilustrativo do caso é a tradução de *knows* (i.e. um estado) em “[...] or [else] the attacker(s) knows where to go.”, cujas propostas foram *passa[m] a saber* e *fica[m] a saber* (i.e. ambos processos culminados ou culminações). A outra sugestão de exploração é a comparação entre TP e TC no que diz respeito a sistemas de valores semânticos temporais, como a localização temporal ou a duração. Isto é relevante porque partículas como *in* podem, dependendo do contexto, veicular valores distintos, admitindo várias opções de tradução. A título de ilustração, a preposição *in* pode transmitir o valor de localização no eixo do tempo (e.g. “in 2010”, “em 2010”) ou um valor de duração (e.g. “in an exercise”, “durante um simulacro”). Este estudo do domínio temporal através da localização temporal e da duração poderá ser correlacionado com a temática das categorias aspetuais.

Por tudo isto, louvam-se os beneméritos do Mestrado em Tradução da Faculdade de Letras, ressaltando-se os aspetos a melhorar num curso que passou a integrar, a partir de 2019, a Rede Europeia de Mestrados em Tradução.

Referências bibliográficas

- Allardyce, P. (2007). *"Stops"; or, How to Punctuate*. Londres: T. Fisher Unwin Ltd. (original publicado em 1884). Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/20938/20938-h/20938-h.htm>
- Basu, A. K. (1973). A Theory of Decision-Making. *The Journal of Sociology & Social Welfare*, 1(1), artigo 18. Disponível em: <https://scholarworks.wmich.edu/jssw/vol1/iss1/18>
- Bathgate, R. (1980). Studies of Translation Models 1: An Operational Model of the Translation Process. *The Incorporated Linguist*, 19(4), 113-114.
- Bathgate, R. (1981). Studies of Translation Models 2: A Theoretical Framework. *The Incorporated Linguist*, 20(1), 10-16.
- Bentham, J. (2000). *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Kitchener: Batoche Books. (original publicado em 1789).
- Berman, A. (1992). *The Experience of the Foreign: Culture and Translation in Romantic Germany*. Albany: State University of New York Press.
- Biber, D. (1993). Representativeness in Corpus Design. *Literary and Linguistic Computing*, 8(4), 243-257. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/lc/8.4.243>
- Billiani, F. (2009). Censorship. In Baker, M. & Saldanha, G. (Ed.) (2009), *Routledge encyclopedia of translation studies* (2.^a ed., pp. 28-31). London: Routledge. (original publicado em 1998).
- Bloomfield, L. (1933). *Language*. Nova Iorque: Henry Holt.
- Bourdieu, P. (1980). *Le Sens Pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bradley, E., Salkind, J., Moore, A. & Teitsort, S. (2019). Singular 'they' and novel pronouns: gender-neutral, nonbinary, or both? *Proceedings of the Linguistic Society of America*, 4(1), 1-7. Disponível em <https://doi.org/10.3765/plsa.v4i1.4542>
- Cairns, R. B. (1984). Research in language comprehension. In Naremore, R. (Ed.), *Language science*. San Diego: College-Hill Press.
- Catford, J. (1965). *A Linguistic Theory of Translation*. Oxford: Oxford University Press.

Chesterman, A. (2016). *Memes of Translation - The spread of ideas in translation theory* (revised edition). Amsterdão e Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.

Chomsky, N. (2002). *Syntactic Structures*. Berlim e Nova Iorque: Mouton. (original publicado em 1957).

Chomsky, N. (2006). *Language and Mind* (3.^a ed.). Cambridge: Cambridge University Press. (original publicado em 1968).

Davidson-Nielsen, N. (1990). *Tense and Mood in English. A Comparison with Danish*. Berlim e Nova Iorque: Mouton de Gruyter.

Delisle, J., Lee-Jahnke, H. & Cormier, M. (Eds.). (1999). *Terminologie de la Traduction, Translation Terminology, Terminología de la Traducción, Terminologie der Übersetzung*. Amsterdão e Filadélfia: John Benjamins.

Depraetere, I. & Reed, S. (2006). Mood and Modality in English. In Aarts, B. & McMahon, A. (Eds.), *The Handbook of English Linguistics* (pp. 269-287). Malden, Oxford e Carlton: Blackwell Publishing.

Díaz Cintas, J. & Remael, A. (2014) *Audiovisual Translation: Subtitling*. Nova Iorque: Routledge.

Firbas, J. (1986). On the dynamics of written communication in the light of the theory of functional sentence perspective. In Cooper, C. & Greenbaum, S., *Studying Writing: Language Approaches* (pp. 40-71). Beverly Hills: Sage Publications.

Firth, J. (1957). *Papers in linguistics 1934-51*. Londres: Oxford University Press.

Frazier, L. & Fodor, J. (1978). The sausage machine: A new two-stage parsing model. *Cognition*, 6(4), 291-325. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0010-0277\(78\)90002-1](https://doi.org/10.1016/0010-0277(78)90002-1)

Gleitman, H., Fridlund, A. & Reisberg, D. (2014). *Psychology* (trad. Silva, D., 10.^a ed., pp. 95-153). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (original publicado em 1981).

Giddens, A. (2013). *Sociology* (trad. Figueiredo, A., Silva, C., Matos, P., Sena, P., Lima, T. & Gil, V., 9.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (original publicado em 1989).

- Gonzalez, I. (2009). Culturemes in Mononoke Hime: A Comparative Analysis of Subtitles (English-Spanish; DVD-Internet). *CineMagaziNet!*, 13. Disponível em: <http://www.cmn.hs.h.kyoto-u.ac.jp/CMN13/irene-article-2009.html>
- Halliday, M. & Hasan, R. (1976). *Cohesion in English*. Londres: Longman.
- Hankamer, J. & Sag, I. (1976). Deep and Surface Anaphora. *Linguistic Inquiry*, 7(3), 391-428. Disponível em: www.jstor.org/stable/4177933
- Hervey, S. & Higgins, I. (1992). *Thinking Translation: A Course in Translation Method: French to English*. Londres: Routledge.
- Hockett, C. F. (1955). A Manual of Phonology. *International Journal of American Linguistics*, 21(4). Baltimore: Waverly Press, Inc.
- Holmes, J. (1994). *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*. Amsterdão: Rodopi. (original publicado em 1988).
- Hönig, H. & Kussmaul, P. (1982). *Strategie der Übersetzung: Ein Lehr- und Arbeitsbuch*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- House, J. (1977) *A Model for Translation Quality Assessment*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- Hoye, L. (1997). *Adverbs and modality in English*. Londres e Nova Iorque: Longman.
- Huddleston, R. (1984). *English grammar: an outline*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Huddleston, R. & Pullum, G. (2002). *Cambridge grammar of the English language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Indhiarti, T. & Rizki, D. (2018). They And Its Lemmas As Non-Binary Third Person Singular Pronouns In The Washington Post. *RETORIKA: Jurnal Ilmu Bahasa*, (4)1, 17-25. Disponível em: <https://doi.org/10.22225/jr.4.1.454.17-25>
- King, J. & Lewis, K. (2018). Anaphora. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (ed. Outono). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/anaphora/>
- Kitty van Leuven-Zwart. (1989). *Translation and Original: Similarities and Dissimilarities* (Vol. I). Amsterdão: University of Amsterdam.
- Krug, M. G. (2000). *Emerging English modals*. Berlim: Mouton de Gruyter.

Lefevere, A. (1992). *Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame* (2.^a ed.). Londres e Nova Iorque: Routledge.

Levý, J. (1967). Translation as a Decision Process. In *To Honor Roman Jakobson, Essays on the Occasion of his Seventieth Birthday* (Vol. II, pp. 1171-1182). Haia e Paris: Mouton.

Marques, R. (2012). Sobre modalizadores de frase epistémicos e evidenciais. In Costa, A., Flores, C. & Alexandre, N. (orgs.), *XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados 2011. Lisboa 2011* (pp. 398-415). Lisboa: APL.

Marques, R. (2013). Modo. In *Gramática do Português* (Vol. I, pp. 673–693). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Marques, R. (2016). O modo conjuntivo. In Martins, A. & Carrilho, E. (orgs.), *Manual de Linguística Portuguesa* (pp. 610-635). Berlim: De Gruyter Mouton.

Mello, M. (2008). *Dicionário Jurídico Português-Inglês/Inglês-Português*. Lisboa: Dinalivro.

Mill, J. (1965). *The Collected Works of John Stuart Mill* (Vol. II) - *The Principles of Political Economy with Some of Their Applications to Social Philosophy* (Vol. I-II), Robson, J. (Ed.). Toronto: University of Toronto Press, Londres: Routledge e Kegan Paul. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/titles/102>

Móia, T. (2014). Construção de textos: gramaticalidade, coesão e coerência. *Revista do Centro de Estudos Judiciários 2014* (Vol. II), 271-280. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/33159>

Newmark, P. (1998). *A Textbook of Translation*. Essex: Pearson Education. (original publicado em 1988).

Nida, E. (1964). *Toward a Science of Translating: With Special Reference to Principles and Procedures Involved in Bible Translating*. Leiden: E. J. Brill.

Nida, E. (1969). Science of Translation. *Language*, 45(3), 483-498. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/411434?seq=1>

Nida, E. & Taber, C. (1982). *The Theory and Practice of Translation*. Leiden: E. J. Brill.

Nord, C. (1991). Scopus, Loyalty, and Translational Conventions. *Target*, 3(1), 91-109. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1075/target.3.1.06nor>

- Nord, C. (1997). *Translating as a purposeful activity: Functionalist approaches explained*. Manchester: St Jerome.
- Oliveira, F. & Mendes, A. (2013). Modalidade. In *Gramática do Português* (Vol. I, pp. 623–669). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Palmer, F. (1986). *Mood and Modality*. Cambridge University Press.
- Pavlović, N. (2007). *Directionality in Collaborative Translation Processes: A Study of Novice Translators*, dissertação de doutoramento, Universitat Rovira i Virgili.
- Peres, J. (2009). *Tópicos de Linguística do Texto*, ms., Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Popovič, A. (1976a). *Dictionary for the Analysis of Literary Translation*. Edmonton: Department of Comparative Literature, The University of Alberta.
- Popovič, A. (1976b). Aspects of Metatext. *Canadian Review of Comparative Literature*, 3(3), 225-235. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/crci/index.php/crci/issue/view/185>
- Postgate, J. (1922). *Translation and Translations: Theory and Practice*. Londres: G. Bell & Sons, Ltd.
- Raposo, E. (2013). Estrutura da Frase. In *Gramática do Português* (Vol. I, pp. 303–398). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rault, C. (2010). The French Approach to Counterterrorism. *CTC Sentinel*, 3(1), 22-25. Disponível em: <https://www.ctc.usma.edu/the-french-approach-to-counterterrorism/>
- Reiss, K. & Vermeer, H. (1984). *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*, Tübingen: Niemeyer.
- Reiss, K. (1989). *Texttypen, Übersetzungstypen und die Beurteilung von Übersetzungen*, (trad. Andrew Chesterman, *Text-types, Translation Types and Translation Assessment*), (pp. 105-115). (original publicado em 1977).
- Rose, M. (1981). Translation Types and Conventions. In Rose, M. (ed.) *Translation Spectrum: Essays in Theory and Practice* (pp. 31-40). Albany: State University of New York Press.
- Ross, J. (1967). *Constraints on variables in syntax*, dissertação de doutoramento, Massachusetts Institute of Technology.

Sager, J. (1994). *Language Engineering and Translation: Consequences of Automation*. Amsterdão e Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.

Slobin, D. (1966). Grammatical transformation and sentence comprehension in childhood and adulthood. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 5(3), 219-227. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0022-5371\(66\)80023-3](https://doi.org/10.1016/S0022-5371(66)80023-3)

Spivak, G. (1993). The politics of translation. In Spivak, G., *Outside in the Teaching Machine* (pp. 179–200). Nova Iorque: Routledge.

Stetting, K. (1989). Transediting – a new term for coping with a grey area between editing and translating. In Caie, G. (Ed.), *Proceedings from the Fourth Nordic Conference for English Studies*. Copenhagen: Department of English, University of Copenhagen (pp. 371–382).

Swadesh, M. (1934). The Phonemic Principle. *Language*, 10(2), 117–129. Disponível em: www.jstor.org/stable/409603

Toury, G. (1980). *In Search of a Theory of Translation*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, Tel Aviv University.

Toury, G. (2012). *Descriptive Translation Studies and Beyond – Revised edition*. John Benjamins Publishing. (original publicado em 1995).

Van Der Auwera, J. & Plungian, V. (1998). Modality's semantic map. *Linguistic Typology*, 2(1), 79-124. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/lity.1998.2.1.79>

Van Doorslaer, L. (2007). Risking conceptual maps. In Gambier, Y. & van Doorslaer, L. (Eds.), *The Metalanguage of Translation*, *Target*, 19(2), 217–233. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/target.19.2.04van>

Venuti, L. (1995). *The Translator's Invisibility*. Londres: Routledge.

Vermeer, H. (2004). Skopos and Commission in Translational Action (trad. Chesterman, A.). In Venuti, L. (Ed.), *The Translation Studies Reader*. Londres: Routledge, 2.^a ed. (original publicado em 1989).

Vinay, J.-P. & Darbelnet, J. (1972). *Stylistique comparée du français et de l'anglais: méthode de traduction: Nouvelle édition revue et corrigée*. Paris: Didier. (original publicado em 1958)

Vlakhov, S. & Florin, S. (1969). Neperevodimoe v perevode: realii. In *Masterstvo perevoda 1969* (pp. 432–456). Moscovo: Sovetskij pisatel'.

Waard, J. & Nida, E. (1986). *From One Language to Another: Functional Equivalence in Bible Translating*. Nova Iorque: United Bible Societies.

Anexo: Cronograma

Setembro de 2018

S	T	Q	Q	S	S	D
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17*	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Outubro de 2018

S	T	Q	Q	S	S	D
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Novembro de 2018

S	T	Q	Q	S	S	D
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

Dezembro de 2018

S	T	Q	Q	S	S	D
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Janeiro de 2019

S	T	Q	Q	S	S	D
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Fevereiro de 2019

S	T	Q	Q	S	S	D
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28			

Março de 2019

S	T	Q	Q	S	S	D
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21**	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

Legenda

■ Presença de três horas

■ Presença de sete horas

* Início do estágio

** Término do estágio

